

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE PEDAGOGIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Ester da Silva Campos de Oliveira

A argumentação pedagógica de Jesus histórico: uma contribuição para a formação docente na perspectiva de uma educação democrática e não-violenta

Juiz de Fora
2023

Ester da Silva Campos de Oliveira

A argumentação pedagógica de Jesus histórico: uma contribuição para a formação docente na perspectiva de uma educação democrática e não-violenta

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Pedagogia. Área de concentração: Educação.

Orientador: Rita de Cássia Pimenta de Araújo Campelo

Juiz de Fora

2023

Ester da Silva Campos de Oliveira

A argumentação pedagógica de Jesus histórico: uma contribuição para a formação docente na perspectiva de uma educação democrática e não-violenta

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Pedagogia. Área de concentração: Educação

Aprovada em 14 de Julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Campelo - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a. Dr^a. Adriana Aparecida da Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira, Ester da Silva Campos de.

A argumentação pedagógica de Jesus histórico : uma contribuição para a formação docente na perspectiva de uma educação democrática e não-violenta / Ester da Silva Campos de Oliveira. -- 2023.

93 p. : il.

Orientadora: Rita de Cássia Pimenta de Araújo Campelo
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, 2023.

1. Educação. 2. Democracia. 3. Transformação social. 4. Jesus histórico. 5. Análise retórica. I. Campelo, Rita de Cássia Pimenta de Araújo, orient. II. Título.

Dedico este trabalho ao próprio Jesus Cristo, meu grande e fiel amigo.

À Ana Júlia e Maria Luíza, minhas pequenas professoras, por me ensinarem que a primeira escola é a família.

Ao meu amado companheiro de estudo e de vida, Matheus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por suas infinitas misericórdias e dádivas concedidas. Sem Ele, nada disso seria possível ou sequer, imaginado.

Agradeço também aos meus pais Maria e Marco, por lutarem nas madrugadas, trabalhando todos os dias para me garantir a oportunidade de estudar. Aos investimentos não só financeiros, mas emocionais, morais e espirituais.

Agradeço ao meu querido marido Matheus pelo indescritível companheirismo. Seu consolo nos dias difíceis me fez suportar em amor o processo. Seu entusiasmo nos dias de alegria, desfrutar da vida. Sua presença me fez (e faz) querer ser alguém melhor.

Agradeço à Ana Júlia e Maria Luíza, minhas meninas... É por vocês e para vocês que mamãe estuda e trabalha. Acredito tanto no poder da educação que resolvi virar professora duas vezes. Me formo agora em Pedagogia, mas bem antes já havia me formado mãe. Se bem que acho que aprendi muito mais do que ensinei. Educar também é isso.

Agradeço à minha família materna e paterna pela interseção e o carinho durante minha vida, especialmente nesses últimos anos. Mesmo tão longe, sempre tão perto... Se estico minhas mãos, sinto que posso abraçá-los. Solange e João, meus sogros, saibam que são minha família também e a vocês, agradeço imensamente por cada palavra e oração.

Agradeço aos amigos de vida e faculdade pela companhia agradável e palavras de ânimo quando as coisas não iam bem e eu pensava em desistir. Por me alegrar no ônibus, me acompanhar nas refeições corridas no RU, pegar o circular lotado com um sorriso no rosto e esperança no coração. Por estudar para os trabalhos e avaliações no DA, na biblioteca e até no corredor.

Agradeço à toda a equipe da PROAE pelo grande apoio e orientação, possibilitando que pessoas necessitadas, como estive, não percam a oportunidade

de se formar em uma universidade pública de excelência. Quem consegue estudar com a barriga doendo? O som da fome é mais alto que o do pensamento. Ter um teto (Moradia Estudantil), alimento (RU livre), e despesas supridas me garantiram segurança para estudar, pesquisar e agora, me formar.

Agradeço aos meus irmãos da fé, que oraram por este sonho e também me auxiliaram no que foi preciso durante a formação, oferecendo palavras de força, perseverança e dedicação.

Agradeço ao querido Bispo Emir, professor por excelência, Pastor “Rubinho” e Pastor Antônio Carlos, agradeço por me ensinarem tanto, sobretudo, sobre como ser uma pessoa melhor para Deus e para o próximo. Me ensinaram sobre conflitos da alma e a resistência às tendências egoístas e destrutivas. Parte do meu amadurecimento e crescimento veio da escuta de suas palavras e observação de suas ações. É uma honra tê-los como irmãos.

Agradeço ao querido professor Gilmar Santos e Marcos Esteves pelas sextas de alegria, estudo e esperança. Por terem acreditado em mim quando eu mesma já não conseguia. Por fazerem tanto com tão pouco. Embora os recursos dos professores das escolas públicas sejam escassos, a esperança de vocês não é. Espero poder fazer pelos meus alunos o que fizeram por mim e poder ver, mesmo que depois de tanto tempo, que nenhum esforço pela educação de qualidade e acessível é em vão. Tê-los como mestres me fez querer ser uma.

Agradeço a cada educador que participou da minha formação, não só escolar, mas uma formação para a vida. A cada um que passou por meus caminhos e não foi citado separadamente.

A todos, meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo trazer reflexões para a formação de profissionais da educação acerca de uma educação democrática e não-violenta utilizando uma análise da argumentação pedagógica de Jesus histórico. Através de uma revisão bibliográfica, resgatamos as noções de democracia para o fortalecimento de uma sociedade mais igualitária e justa, bem como o conceito de não-violência, refletido não apenas na oposição da barbárie, mas na luta contínua contra as desigualdades sociais. Abordamos o discurso do Jesus histórico na perspectiva da retórica, segmento da filosofia concentrado na persuasão do auditório ao qual se destina por meio de recursos diversos, aqui apresentados os tropos e figuras retóricas. Destacamos a importância das técnicas para potencializar a função pedagógica das argumentações, mas também a criticidade e sensibilidade, sem as quais perde os sentidos e não produz a transformação desejada.

Palavras-chave: Educação não-violenta, Democracia, Transformação social, Figuras retóricas.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo traer reflexiones para la formación de profesionales de la educación sobre una educación democrática y no-violenta a partir del análisis del argumento pedagógico del Jesús histórico. A través de una revisión bibliográfica, rescatamos las nociones de democracia para el fortalecimiento de una sociedad más igualitaria y justa, así como el concepto de no-violencia, reflejado no solo en la oposición a la barbarie, sino en la lucha continua contra las desigualdades sociales. Abordamos el discurso del Jesús histórico desde la perspectiva de la retórica, un segmento de la filosofía concentrado en la persuasión de la audiencia a la que está destinado a través de diversos recursos, aquí presentados los tropos y figuras retóricas. Destacamos la importancia de las técnicas para potenciar la función pedagógica de los argumentos, pero también la criticidad y la sensibilidad, sin las cuales pierde su sentido y no se produce la transformación deseada.

Palabras-clave: Educación no-violenta, Democracia, Transformación social, Figuras retóricas.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– A história sobre a pesquisa da vida de Jesus	37
Tabela 2	– Percepção da dinâmica do judaísmo na época de Jesus	49
Tabela 3	– Relação de auditórios	59
Tabela 4	– Tipos de parábolas	73
Tabela 5	– Dois alicerces	78
Tabela 6	– O bom samaritano	81
Tabela 7	– Os trabalhadores da vinha	84
Tabela 8	– O construtor da torre e o Rei rumo à guerra	86

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	– Proposta do autor	26
Ilustração 2	– Nossa proposta	26
Ilustração 3	– As fontes sinóticas	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	EDUCAÇÃO NÃO VIOLENTA, DEMOCRACIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	18
2.1	PONTO DE PARTIDA: DA GUERRA À PAZ	21
2.2	A LIBERTAÇÃO PELO CONHECIMENTO	28
3	EM BUSCA DO PERCURSO DO JESUS HISTÓRICO	33
3.1	DA GÊNESE: A PESQUISA SOBRE O JESUS HISTÓRICO	34
3.2	DAS FONTES: CRISTÃS, NÃO CRISTÃS E SUAS AVALIAÇÕES	37
3.2.1	Cristãs	37
3.2.2	Não-cristãs	42
3.2.3	Avaliações das fontes	44
3.3	DA ESTRUTURA: LINHA CRONOLÓGICA E CULTURA	44
3.3.1	Um menino nasceu, um filho nos foi dado	44
3.3.2	Jesus e o judaísmo	46
3.3.2.1	<i>O Judaísmo: entendendo o contexto histórico</i>	48
3.3.2.2	<i>Jesus, um judeu: entre o comum e o extraordinário</i>	52
4	ANÁLISE RETÓRICA	55
4.1	A RETÓRICA	57
4.2	ARGUMENTAÇÃO	63
4.3	O DISCURSO DO JESUS HISTÓRICO	69
4.3.1	Parábolas e analogias	70
4.3.2	Análise das parábolas	75
4.3.2.1	Parábolas sobre discipulado	76
4.3.2.1.1	Dois alicerces	76
4.3.2.1.2	O bom samaritano	78
4.3.2.1.3	Os trabalhadores da vinha	81
4.3.2.1.4	O construtor da torre e o Rei rumo à guerra	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
6	REFERÊNCIAS	92

1. INTRODUÇÃO

Nesta investigação, nossa pretensão é contribuir para a formação de profissionais da educação numa perspectiva democrática e crítica, que respeite os indivíduos e que, por meio da educação não-violenta, possa estabelecer novos parâmetros de educação na construção de uma sociedade mais humanizada. Indo ao encontro com a problemática de um discurso consistente, coerente e que traga inovações para pensar a docência na atualidade, as argumentações de Jesus Cristo histórico apresentaram relevante contribuição e importantes reflexões sobre o que é uma educação transformadora. Assim, surgiu o problema a ser investigado: Como o discurso de Jesus histórico se constitui em uma pedagogia não violenta e democrática? Para responder a esta pergunta, utilizamos como metodologia de pesquisa a revisão bibliográfica qualitativa de materiais do campo da filosofia, educação e ciência da religião.

Nossa hipótese é que ao analisarmos as metáforas e analogias apresentadas no discurso do Jesus histórico, possamos observar sua concepção pedagógica que pode resultar em inúmeras reflexões sobre o educar na atualidade, mesmo tendo como objeto de análise um discurso tão antigo, mas que, para nós, é intimamente contemporâneo, e ainda ousamos dizer: profundamente atemporal. Portanto, ao estabelecermos um paralelo com o cenário da educação, poderemos perceber que para desfrutar de uma educação democrática, livre e respeitosa, é necessário ter em vista quais são os caminhos a percorrer, quais os princípios que orientarão e sustentarão a prática e qual é a finalidade, o objetivo maior que dá sentido a todo o processo educacional.

Para isso, é importante voltar à gênese da pesquisa para compreender melhor suas intenções e dar sentidos mais profundos ao que não é apenas um trabalho que finaliza o ciclo da graduação, mas que inaugura um ciclo de pesquisa que é bem mais antigo do que o próprio período de curso em educação. A curiosidade de saber mais sobre a figura de Jesus Cristo, surge no fim do ensino fundamental e aflora no ensino médio e mesmo após tanto tempo, ainda continua intenso o desejo de conhecê-lo mais e aprender com seus ensinamentos. Um homem com um discurso que reunia multidões a sua volta, ainda hoje continua atraindo a atenção dos mais distintos públicos e formando discípulos ao redor do mundo. Seja cristão ou não, não se pode negar que a atmosfera de sabedoria envolvia a existência de Jesus e se manifestava em suas palavras e ações em um nível instigante de compreensão histórica, social, política e pedagógica.

O “Jesus histórico” aqui apresentado é a representação do homem judeu que nasceu de Maria, em um estábulo, na forma mais humilde e marginalizada para a época, que cresceu aprendendo e ensinando nos templos, nos quais anunciava o arrependimento e a chegada do reino de Deus. A cada dia, ampliava-se sua atuação e mais potente se tornavam seus discursos, que moviam as pessoas a segui-lo, seja pela curiosidade de seus feitos, amor à sua obra, desejo de salvação ou pela revolta com as críticas que ele fazia e desejo de vê-lo falhar, para, então, condená-lo. Democraticamente construiu e propagou seu ministério e pela mesma democracia que ascendeu, também decaiu quando pela vontade do povo, o condenaram à morte por crucificação.

Esse Jesus, o qual é referido neste trabalho é o Cristo-homem¹ e, embora tenha o seu indivisível propósito sagrado, não é foco de estudo dessa pesquisa a abordagem do Cristo-Deus², já que o que está em análise é o discurso de Jesus em seu tempo histórico. É relevante apresentar essa concepção de Jesus Histórico para observarmos o caráter de suas argumentações na condição de um homem marginal e sem privilégios, que contava majoritariamente com seus recursos retóricos para propagar a mensagem de salvação ao povo. Com um discurso pautado na união, igualdade, justiça, perdão, fidelidade e liberdade, passou a ser uma grande referência não só em seus tempos, como também nos dias de hoje. Portanto, a existência de uma figura que não só reúne as características essenciais para a promoção da dignidade em teoria, como também na práxis é fascinante, especialmente quando contrastada com um mundo caótico e carente de boas doses de integridade e fraternidade em que vivemos atualmente. Podemos dizer, então, que há um certo magnetismo que nos atrai à figura do Jesus histórico e arriscamos dizer que seja sua coerência que nos traz esperança e pelo fato de não ser pré-requisito para ser agente de transformação ter alguma habilidade sobrenatural.

Ao desenvolver a pesquisa sobre as contribuições do Jesus histórico, houve um despertar para um ciclo de renovação de energias e conhecimentos, bem como transformações de perspectivas. Assim, assumir uma posição crítica e de não-repetição das atrocidades é um ato de coragem e de respeito ao presente e futuro da educação. É necessário

¹ O Deus que se torna humano e para viver entre a humanidade, passando pelos martírios da carne para trazer remissão de pecados e salvação por meio do sacrifício de cruz, conforme nos apresenta a tradição religiosa cristã. Vale ressaltar que a figura de Cristo representa totalidade enquanto homem e divindade, mas o termo após o hífen destaca um aspecto de sua natureza a ser evidenciado.

² O Cristo na forma de homem com seus atributos divinos operantes, destacando, então, a natureza mística sobre a humana.

revisitar, refletir e ressignificar a história, sobretudo, da própria. Portanto, ao observar as inúmeras tragédias escolares (rigidez, silenciamento, apatia, isolamento, negatividade, cobrança, etc), foi possível reviver a sensação de ser mais um entre os milhares de alunos vítimas de um sistema seletivo e antidemocrático. As injustiças causam revolta, mas sem ações efetivas, serão apenas murmúrios ao vento que nada mudam no cotidiano escolar. Ao compreender que era possível romper com essa visão de educação, de educadores e educandos, as portas de um novo mundo se abriram e, ao entrar por elas, foi possível vislumbrar novas oportunidades.

Ampliar os círculos de convívio trouxe à tona um desejo coletivo de fazer algo a mais pelas crianças, jovens e adultos, escolas e comunidades, que tornasse mais igualitária e prazerosa a vida daqueles que passavam pela escolarização. Partindo do interno da alma ao interno da escola, dois homens que internamente também se inquietam, se uniram para incentivar uma jovem sonhadora a lutar pela democracia, esta pesquisadora que agora, compartilha um pouco de sua jornada. Coerentes e militantes das causas humanitárias, esses professores citados, além de ensinar disciplinas escolares, ensinaram sobre a vida, acreditando e se dedicando à educação dos jovens desiludidos. Assumiram uma responsabilidade de trazer esperanças e abrir caminhos para a transformação. Não é intenção passar uma mensagem incompleta, como se a formação tivesse sido exclusivamente desinformativa, desiludida e desesperançosa, pois seria uma injustiça com todos os envolvidos. Foi também, mas não só. No entanto, as violências tocaram o íntimo e influenciaram significativamente as perspectivas de presente e futuro.

No entanto, há em conflito com a desilusão a esperança. Ao ouvir sobre a superação de tantos sujeitos que na mesma situação ou pior conseguiram se erguer e mudar de vida, ficou o desejo e a dúvida de como seria possível. Emerge então da observação e escuta da turma o trabalho sistemático e sensível de resgate da autoestima e autonomia, do qual esta pesquisadora teve a honra de ser contemplada. Noites de estudo, materiais emprestados, acesso à internet de computadores públicos, leituras nas pausas do trabalho e trajetos trabalho-escola, eram um desafio, mas que confiando nas palavras, no discurso, passaram a ser o caminho. Felizmente foi possível ao final vislumbrar a recompensa: a aprovação em curso superior em uma universidade pública, este mesmo ao qual este trabalho se sujeita para a obtenção do título de graduada em Pedagogia. Embora houvesse um forte gatilho que desestabilizava as noções de educação, foi através da experiência no curso que foi possível ressignificar as dores e transformá-las em ações de resistência. Portanto, este trabalho não é apenas uma apresentação formal como critério parcial à integralização do curso, mas a

manifestação da alegria esperançosa de possibilitar às próximas gerações de alunos uma educação democrática, transformadora e não violenta.

Podemos dizer que são múltiplas as razões que levam os sujeitos a escolherem uma profissão: afinidade, rentabilidade, facilidade, investimento, enfim, a lista é extensa e subjetiva. É difícil crer que mesmo com seus muitos anos de vida acumulando experiências e expectativas, construindo um ideal de profissão e profissional, tantos professores tenham se rendido ao superficial cumprimento de um papel social, dizendo para si mesmos: “sou mestre e sei ensinar”, mas não conseguem se sentar para ouvir, aprender e se transformar. Como, então, poderia ensinar ao outro? O compromisso com a educação não deve ser vazio e nem se basear na pseudo-pedagogia, mas emergir com bom senso, responsabilidade e fundamento. Educar é educar-se, primeiramente e é preciso que este ato seja feito com integridade, seriedade e respeito a diversidade, para que possamos vislumbrar uma realidade onde nossos educandos se formam sujeitos críticos, sensíveis, transformados e transformadores.

Mas esse conceito profundamente esperançoso se coloca em contraste com as distintas realidades e cria um palco para investigação do que era de fato ser um bom professor, refletindo sobre como ele se relaciona, ensina e aprende. Além de conceitos pedagógicos e vivências profissionais, existe algo que dá sentido e propósito à prática docente e move os profissionais da educação: um ideal. É preciso compreender que é o ideal universal da dignidade humana, que precede uma educação transformadora, priorizando a formação do ser em sua mais pura natureza e não a do homem com finalidades pré-determinadas, submetidas aos interesses individuais de outros homens, o homem-útil.

Em consideração às exposições anteriores, fica cada vez mais claro que as vivências escolares e não-escolares contribuíram não só para a escolha profissional desta pesquisadora, como também para a construção de um ideal que orienta a prática pedagógica, que arrisco dizer ser respeitosa e sensível. No entanto, é necessário destacar que esta forma de educação não é apenas um resultado, mas todo o processo, concomitantemente. Pode ser a docência construída na repetição cega, repetição reflexiva e na não-repetição seja cega ou crítica. Aqui, destacamos que a repetição não é um fardo se esta traz consigo uma concepção respeitosa dos sujeitos, assim como a não-repetição pode também não ser transcendente, se esta ao invés de propor a superação dos problemas educacionais, não os resolve e cria outros. Se a crítica é o pilar que sustenta a educação e há um desejo real e comprometimento com a causa da democracia, ser professor nessa realidade é estar na linha de frente no combate não só da ignorância disciplinar ou analfabetismo, mas se posicionar contra a degradação da essência humana e do espírito democrático.

Diante de um cenário como o atual da educação, que tem em si um campo para formação de soldados (não no sentido literal, mas na relação se servidão aos interesses de seus superiores) marchando para uma batalha que não sabem onde começou e tampouco quando vai acabar, com fardas e armas emprestadas que a qualquer momento podem lhe ser tiradas, não há espaço para a formação de cidadãos, pessoas que pensam, criticam, aceitam, mas também se recusam. Portanto, é um ato de resistência se negar à reprodução da passividade escolar e social e exigir que retornemos aos nossos ideais de dignidade e liberdade, para resgatarmos uma formação de qualidade e acessível, promovendo um lugar de acolhimento de pessoas e ideias.

Para estruturar o trabalho e resgatar os ideais apresentados, buscamos por discursos que fossem de caráter público, pois além da facilidade de encontrar referências, é possível transitar pelas inúmeras possibilidades de interpretação em vista de um grande acervo para consultas. Portanto, esta pesquisa abrange o público acadêmico e não-acadêmico e traz reflexões sobre a educação, com uma linguagem simples e acessível, de forma a convidar todos os interessados no estudo e na luta por uma educação transformadora. Mas quem é este professor que nos permite tais reflexões sobre sua prática pedagógica?

“Mestre”, como chamava o povo a Jesus, refletia a natureza do respeito, da sabedoria, com retórica ímpar e sensibilidade pedagógica, que promovia uma transformação de vida e ideais naqueles com quem se relacionava. Encontramos no discurso do Jesus histórico grande proximidade da visão de educação defendida por nós, além de trazer seus princípios de forma transparente e didática, possibilitando maior compreensão de suas propostas. Suas palavras produziam sentidos e esses sentidos produziam nos sujeitos criticidade para discernir o que lhes convinha aceitar e o que lhes convinha resistir, compartilhando seus saberes e assim, oferecendo uns aos outros oportunidades de viver tanto o presente quanto o porvir de forma íntegra. Esses sujeitos eram agentes da transformação, uma vez que rompiam com os padrões limitantes, violentos e antidemocráticos trajados de “democracia”, que conheciam ao propagarem a inovação do evangelho de Cristo: a igualdade humana.

A partir dessas considerações, os subtítulos deste trabalho cumprem o que delineamos como objetivo geral desta investigação segundo o qual assim anunciamos: analisar, amparadas pela metodologia firmada pela retórica, o discurso de Jesus histórico, para expor as metáforas e analogias que o coordenam seus ensinamentos e abordagens os quais constituem uma pedagogia democrática que pode contribuir para a formação de professores mais críticos em sua práxis. Assim, por finalidades didáticas, fragmentamos a pesquisa em três etapas, sendo a primeira introdutória ao conceito de democracia, a segunda apresenta a

história e contexto de vida do Jesus histórico e por fim, a terceira se destina a análise do discurso.

Inauguramos a pesquisa abordando a definição de democracia segundo a perspectiva de Jacques Maritain (1964), para desmistificar sentidos comuns que pregam noções rasas que prejudicam não só a compreensão como a real aplicação da democracia nos espaços da vida comum, nos escolares e não-escolares. Aliada à educação não-violenta, obtemos uma nova perspectiva de sociedade e, por isso, essa ótica nos requer também uma atenção especial, pois ao que temos visto, as violências são constantemente relativizadas, tornando-se cada vez mais complexas e aceitáveis aos olhos daqueles que com elas já estão familiarizados e, portanto, não percebem a gravidade desse mal e o desfecho para o qual estamos nos encaminhando, distanciando-nos cada vez mais da real democracia. Imaginamos que a maior dificuldade aqui não esteja em manifestar nossa desaprovação à violência, mas de nos posicionarmos e lutarmos a favor da não-violência. Apesar de parecer controverso, a questão que criticamos aqui é simples: permanecer saturados da violência porém, sem proposições efetivas para a transformação de um sistema que se constituiu excludente e feroz.

Nesse tópico, abordaremos, então, como a democracia está intrinsecamente ligada à não-violência e como é possível, juntos, proporcionar uma transformação social tangível, que envolva uma formação respeitosa, democrática e de qualidade para um projeto de sociedade mais humanizada. No entanto, ressaltamos antecipadamente que embora as considerações do autor sejam relevantes, há uma limitação em sua tese, pois alia a democracia ao cristianismo e nos deixa o questionamento acerca da inexistência da democracia fora da fé cristã. Porém, partiremos de algumas premissas importantes: equidade humana, autoridade responsável, violência e degradação e igualdade das ordens políticas e sociais.

Na segunda parte, seguiremos recuperando informações relevantes sobre o percurso do Jesus Histórico, seu contexto de nascimento, vida e morte, suas relações interpessoais e a organização social da época, para compreender quem era esse Jesus Cristo, e, posteriormente discernir os motivos que constituíam o discurso da maneira como conhecemos. Embora existam diversos autores que destinam suas pesquisas a descobrir mais sobre Jesus da história e na história, Gerd Theissen e Annette Merz nos privilegiaram com um livro intitulado *O Jesus Histórico: um manual* (2015) e seria de profunda negligência não utilizá-lo como texto fundamental nessa etapa do trabalho em vista de sua relevante pesquisa.

Encaminhando para o final do trabalho, apresentamos, na terceira parte, nossa análise retórica das metáforas e analogias dos discursos desse Jesus Histórico. Devido a extensão de parábolas (em quantidade e qualidade), nos restringimos a desenvolver uma análise por

temáticas, a qual selecionamos a do discipulado para compor a pesquisa, dado seu caráter essencialmente pedagógico e intencional na formação de professores. Embora tenhamos um acervo interessante sobre o tema, como *A Pedagogia de Jesus: O mestre por excelência*³, *A Pedagogia de Jesus: uma visão ética para a gestão democrática*⁴, *A pedagogia libertadora das parábolas de Jesus: uma leitura à luz do método freireano*⁵, *A Dimensão pedagógica da religião: da pedagogia de Jesus à pedagogia cristã em tempos de sociedade secularizada*⁶, *Compreendendo todas as parábolas de Jesus*⁷, *O propósito das parábolas de Jesus: um estudo exegético de Mc 4, 10-12*⁸, que tratam de aspectos pedagógicos, éticos, liberdade e conscientização, influência ideológica, linguagem histórica, intensionalidade e confronto respectivamente. No entanto, apesar de riquíssimos, cada produção atua em um desdobramento, sendo complementares umas as outras e influenciando esta pesquisa. Observamos lacunas acerca da retórica para a educação, sobretudo no eixo democrático, não-violento e transformador que propomos. Nesse sentido, buscamos, então, contribuir com uma perspectiva pedagógica e retórica do discurso de Jesus e fomentar as discussões sobre o tema.

Por fim, ressaltamos que esta pesquisa, desenvolvida como conclusão do curso de pedagogia, que tem um caráter particularmente inovador na instituição a qual está submetida, é um novo começo para todos aqueles que não só desejam usufruir como também construir novos caminhos para a educação. Aliando nossas experiências, estudos e concepções do que é de fato humanizar a educação, partiremos rumo a uma formação sensível, começando a partir daqueles que formam outros professores e estendendo a outros grupos envolvidos com os processos formativos a oportunidade de pensar uma educação além dos padrões estabelecidos, principalmente os que nos aprisionam e deterioram nossa criatividade, dignidade e racionalidade.

2. EDUCAÇÃO NÃO-VIOLENTA, DEMOCRACIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

³ PRICE, J. M. **A pedagogia de Jesus: o mestre por excelência**. 3ª edição. Rio de Janeiro: JUERP, 1980.

⁴ MILANI, Lionel Soares. **Pedagogia de Jesus: uma visão ética para a gestão democrática**. São Leopoldo: EST/PPG, 2018.

⁵ SILVA, Darcí Donizetti. **A pedagogia das parábolas de Jesus: uma leitura à luz do método freireano**. São Paulo: PUC/SP, 2006.libertadora

⁶QUEIROZ, Daniela Moura. **A Dimensão pedagógica da religião: da pedagogia de Jesus à pedagogia cristã em tempos de sociedade secularizada**. Recife, 2009

⁷ SNODGRASS, Klyne. **Compreendendo todas as parábolas de Jesus**. 1ª edição. Rio de Janeiro: CPAD, 2010.

⁸ MONA, Dinis Manuel Nhangá. **O propósito das parábolas de Jesus: um estudo exegético de Mc 4, 10-12**. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2017.

Neste momento de nossa investigação realizamos uma discussão sobre o que é a educação não-violenta, um termo que, a princípio, pode parecer óbvio, mas que não se refere apenas ao não uso da violência mas a inexistência da violência em seus processos, e, embora seja intuitivo seu significado, nos é surpreendente que diante de tamanha necessidade social, ainda não conseguimos aplicá-la de forma eficaz em nossas mais distintas formas de educação e de vida. Levantamos também a questão da democracia, pois, nos é nítido que a democracia não precisa se configurar em novas palavras, mas em ações concretas para que as tragédias que vivemos sirvam para a construção de uma memória social que nos afastará da barbárie e nos achegará em fraternidade à verdadeira paz.

Assim, inauguramos, aqui, um verdadeiro túnel do tempo que nos levará ao passado para compreender parte de nossas raízes, a fim de não nos surpreendermos nos dias de colheita, que estão a cada estação mais próximos. Ressaltamos que não podemos assumir o pessimismo como guia de nossa vida, queixando-nos que não há nada que possamos fazer para que bons frutos nasçam quando a semente já foi feita e a qualidade dessas sementes é duvidosa. Não é a proposta deste trabalho promover um sentimento de impotência em seus leitores, pelo contrário, a intenção é trazer esperança e motivá-los a agir conforme sua consciência e recursos, para que sejam também semeadores e ceifeiros na obra da transformação social.

A cada momento surgem trabalhos se dispondo às novidades teóricas sobre a democracia, porém, sentimos neles certa incompletude não só acadêmica, mas espiritual - entende-se que espiritual aqui está relacionado ao espírito da vida constituído de valores de dignidade e ao propósito humano, e não há algo religioso ou místico. Como uma bebida doce que ingerimos a fim de saciar a sede e agradar nosso paladar, essas propostas de inovação por hora nos aprazem, mas em pouco tempo a necessidade retorna e nos lembra que somente com a água insípida, inodora e incolor é que podemos nos satisfazer. Semelhante a esta analogia, nosso espírito anseia pela democracia plena, sem misturas duvidosas, para que nossa sede de justiça seja de fato, saciada.

Não protestamos contra a renovação científica, legítima e necessária, mas é preciso compreender que não se soluciona um dilema tão complexo como a situação da democracia no país e no mundo complexificando e relativizando ainda mais sua essência. Para isso, retomemos às analogias anteriores para pensarmos de forma simples: Se há em nosso pomar uma praga que prejudica nossa plantação, o que seria mais coerente: plantar outra variedade de frutas ou elaborar um plano de combate às pragas? É fundamental entender as

necessidades para, a partir delas, desenvolver soluções que sejam de fato eficazes, não dependendo nosso tempo escasso e esforços entusiasmados ao que já está claramente fadado ao fracasso, mesmo que por hora nos indique possibilidades de sucesso. Assim, só é possível solucionar as questões de uma democracia frágil entendendo suas reais fraquezas e buscando então, construir caminhos que direcionem nossas práticas ao fortalecimento de sua essência.

Apresentar a obra de Maritain (1964)⁹ como referencial teórico é um risco em sua totalidade, pois o autor estabelece uma relação indissociável entre o cristianismo e a democracia. Utilizar o material pode despertar em muitos à conclusão de nossa insensatez e nos certificar como opressoras da liberdade e assíduas defensoras de uma religião, porém, não podemos descartar as contribuições do autor para as reflexões sobre a identidade da democracia e portanto, sinalizamos aqui suas limitações. Seu contexto histórico nos proporciona uma compreensão mais sensível de seu texto ao localizarmos o autor no meio da Segunda Guerra Mundial, aflito pelos problemas políticos, sociais, ideológicos e humanitários, principalmente este último que para o autor (e nós concordamos) era urgente. As violências aderidas e reproduzidas pelas autoridades e pelo povo nos proporcionam um questionamento sobre a causalidade, que vai além de uma política instável, uma crise identitária coletiva e sentimentos de injustiça, dentre outras motivações, mas algo mais íntimo, que confronta a própria concepção do que é ser humano.

Durante as guerras, sobretudo a referida Segunda Guerra, é possível localizar sintomas graduais da desnutrição da democracia, que deixou de se alimentar de justiça e integridade, para, se deleitar nos interesses individuais, egoístas e gananciosos dos homens, que buscavam perdidamente por si, enquanto perdiam, a cada passo, sua própria humanidade. Logo, restaurar a dignidade do homem não se difere de resgatar a dignidade da democracia, pois ambas são essencialmente interligadas e por isso, suplementar ao homem com a pureza de espírito e responsabilidade social é nutrir e fortalecer a democracia. Mas não tememos por “pureza” uma concepção ingênua ou enviezada por um segmento político, religioso ou quaisquer outro que queira definí-la para servir aos seus interesses, mas compreendemos o “puro” como algo relacionado a manutenção de sua forma e essência original, não alterado pela presença ou inclusão de impurezas ou de elementos estranhos. Leia-se impureza e elementos estranhos os ideais de degradação da dignidade e opressão da liberdade.

Ao abordar sobre as guerras e os absurdos que nela nascem e crescem, precisamos destacar que a história está vinculada a um ciclo de repetição, variando em tempo, espaços e

⁹ MARITAIN, Jacques; **Cristianismo e Democracia**; 5ª edição; Rio de Janeiro: Agir, 1964.

sujeitos. Há de fato as grandes tragédias, mas será que é possível dizer que suas repetições são herança do desconhecimento, da ingenuidade ou são fruto do pleno conhecimento e da intencionalidade? Desta forma, a humanidade tornava-se a cada velha novidade mais frágil e fragmentada. Cazuza, cantor brasileiro, disse em sua canção *O tempo não pára* (1988): “vejo o futuro repetir o passado/ vejo um museu de grandes novidades”, o que em outras palavras, reflete a mesma ideia da forte tendência a repetição das atrocidades pela ignorância ou conhecimento. Assim, o primeiro elemento da teoria de Maritain (1964) que utilizamos é a característica do protagonismo, ou seja, o sujeito tem a capacidade de se posicionar na história, defendendo e criticando ideais, produzindo e reproduzindo comportamentos, difundindo ou retendo conhecimentos. Dessa forma, o que direciona os homens a um protagonismo em prol da democracia ou contra ela? Será que esse protagonismo é legítimo se esse sujeito não acessa a todas as informações necessárias para a tomada de decisão ou é iludido por suas paixões? Esse é o questionamento que fazemos a respeito desse primeiro ponto, embora acordamos com o conceito de reprodução histórica e responsabilidade social individual e coletiva para a produção da história.

2.1. PONTO DE PARTIDA: DA GUERRA À PAZ

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, os países se posicionaram no conflito pela defesa ou pelo ataque à democracia e os homens intensificaram suas reflexões sobre liberdade, justiça e fraternidade, lutando bravamente pelo ideal democrático, enquanto do outro lado estavam os que se apoiavam em discursos militaristas, racistas e totalitários degradando o espírito em busca de poder, minimizando aos outros para maximizar a si, armando-se de traição da própria humanidade.

Nesse cenário caótico, Jacques Maritain (1942), filósofo francês e católico, em exílio, destina seus esforços a repensar a democracia e resgatar o que chama de “autênticos valores” que constituem o cristianismo e também a democracia. Surge, então, “Cristianismo e Democracia”. Apresenta aos leitores a relação complexa entre a religião cristã e a política de seu tempo, bem como suas contribuições recíprocas para o desenvolvimento do espírito, promovendo uma Nova Cristandade e uma nova (embora regresse ao passado para se constituir) democracia. Seus votos de vitória não se associam a um grupo de aliados político-militares, mas à paz a ser desfrutada no pós-guerra, mesmo depois de tamanhas tragédias que ainda seguiriam após a escrita do material. Seu livro possui um caráter esperançoso e crítico, porém, profundamente enfiado pela fé que professava.

Apresentamos essas considerações sobre o autor para orientar a compreensão sobre sua teoria, a fim de não nos perdemos em seus ideais e assumirmos uma posição de defesa ou ataque pela euforia da leitura. É preciso muito cuidado.

Maritain (1942) levanta uma questão interessante a respeito dos efeitos da guerra na humanidade, afirmando que a guerra não será verdadeiramente ganha se não houver, de fato, uma transformação da mentalidade dos homens de forma tão profunda que seja compreensível o sofrimento dos povos para que a revolução social seja alcançada e que todos possam conviver em paz e desfrutar da conquista coletiva de uma sociedade mais justa. Portanto, para o autor, a verdadeira vitória não está na análise do poder militar com que um país finalizou a guerra, em quantas terras conquistou ou quantos aliados conseguiu no processo, pois seu triunfo está nos ideais propagados e naquilo que acrescentou à Humanidade (dentro do que é possível nesse contexto) para renovar suas forças e consolidar os direitos básicos de existência e qualidade de vida. É necessário reforçar que a fragmentação dos envolvidos em grupos na guerra não fragmenta sua humanidade e conseqüentemente, quem ganhar estará na mesma posição de quem perder do ponto de vista humanitário: ambos devastados pela corrosão de sua identidade. Por isso, a questão primeira que o autor nos traz carrega grande significado, afinal, “se a reforma intelectual e moral neles empreendida não for igual ao sofrimento do seu atual martírio à grandeza das transformações sociais” (MARITAIN, 1942, p. 26) a guerra será inevitavelmente perdida.

A tragédia das guerras está justamente na concepção de que a defesa de interesses individuais supera a defesa dos interesses coletivos e dá margem aos países para justificarem suas atrocidades, sustentando-se nos ideais de transformação que são, na verdade, um ataque ao que é íntegro e democrático com uma aparência de revolução e elevação dos interesses comuns. Põe-se à prova o caráter dos homens ao submetê-los a tamanho conflito que exige clareza, força e perseverança para defender seja quais forem, seus ideais, entregando à morte seus corpos, mas não suas crenças. Como é possível, se não pela liberdade, alguém desejar ocupar campos de batalhas militares e intelectuais, aceitando as provocações e buscando respondê-las à altura para que não seja a guerra um espaço apenas de destruição, mas também de purificação e expansão de um ideal maior que até o instinto de sobrevivência que os preserva? (MARITAIN, 1942). Embora pareça radical, e talvez o seja, a firme persuasão dos sujeitos e submissão ao ideal tem o poder de levá-lo a níveis inpensáveis de combate.

Agora, o questionamento está na consagração da liberdade como potencializadora do ideal democrático, mas que, por vezes, na história serviu como ferramenta para macular sua própria essência de libertação. No entanto, o que se observa nesse contexto são homens

usando de sua liberdade para suprimir a liberdade dos demais, vestindo-se de trajes de “democracia” que logo é despido, revelando os crimes contra a dignidade e liberdade dos homens. Se validam com a aprovação popular que, sem liberdade e sem consciência plena para exercer sua liberdade, apoiam desesperadamente seus salvadores que marcham com elas para um precipício. O que dizer da liderança cega pelo orgulho que conduz o povo cego pela ilusão? Ambos assumem uma responsabilidade acordada, mas se falham em seus deveres, padecem mutuamente.

Podemos afirmar que não há um inimigo maior da democracia que a ignorância. A ignorância que dissimula os homens e estes, se elegem como superiores aos outros e dizem populações com a pseudociência da supremacia. Também podemos dizer que a ignorância também permite eleger outros homens para governar, baseados suas decisões em suas carências expostas ou ocultas. Ignorância que propaga mais ignorância se modulando como sabedoria e revolução, prometendo o inatingível e justificando o indefensável. O ódio ao povo e a seu poder, faz com que homens frágeis se separem das massas e queiram, por si só, desarmar os ideais advindos da democracia. Assim, com a opressão de governos totalitários que se apresentam como a única solução viável para o desenvolvimento nacional e saída para seus grandes problemas, os homens são iludidos e convencidos a barbárie. Resumidamente, a ignorância é um meio, mas também um objetivo.

A fragilidade da democracia se encontra justamente em sua crise identitária, que não consegue divergir aquilo que é e o que não é de fato democrático. Argumentar pertencimento ao povo não valida sua característica democrática se não servir ao povo que o elegeu e não sustentar seu poder na promoção da transformação. É por isso que a Segunda Guerra nos traz tantos exemplos para refletirmos, sobretudo, sobre como os homens se enganam e acreditam em suas mentiras em busca de poder, status, riquezas e elevação do ego na figura de grandes líderes revolucionários. Segundo Maritain (1942, p. 34), estes “empregam o espírito para trair o espírito” e são “vulgares traficantes da degradação humana” e são esses homens que promovem as pseudociências fundadas em princípios caluniosos e inconsistentes, que ofertam ao povo informações que semeiam dúvidas e despertam a maldade em seus corações.

Apesar desse projeto sadista ter encontrado em muitos terra fértil para germinar seus ideais, em outros, desenvolveu a hesitação às propostas e promoveu espaços de resistência nas ciências e nas artes. Fiéis, seguiram os homens no combate à barbárie e aos ataques à democracia que, mesmo em prisões e submetidos às mais cruéis formas de humilhação e tortura, mantiveram acesa a chama da esperança e resistiram heroicamente. Assim, observamos, aqui, um ponto fundamental que alivia nossa tensão para esse primeiro

apontamento dos males que assombram a democracia: a resistência por meio do conhecimento.

Outro apontamento de Maritain, para o fracasso da democracia moderna, é a complexa relação entre as ordens políticas e sociais. Sua crítica está justamente no fato de que atualmente são compreendidas como áreas interdependentes - o que realmente está correto - mas com níveis distintos de importância, e aí reside sua discordância. Nesse desequilíbrio entre as ordens, emerge a desigualdade que afeta direta e indiretamente o povo, majoritariamente à margem das decisões acerca dessas classes. É revelador o egoísmo que rege esses governos antidemocráticos, que sustentam sua política econômica nos interesses individuais para autopromoção, enriquecimento pessoal e manutenção de status social. Fragmenta-se o social de suas responsabilidades ou destina a eles seus mirrados esforços para garantir o mínimo de satisfação popular, para assegurar sua permanência no controle e continuar gerindo minuciosamente a miséria do povo.

Nesse cenário, o pequeno grupo que detém o poder se distancia cada vez mais da realidade do proletariado e suas ações são, para estes desfavorecidos, um duro golpe à sua sobrevivência e honra. Mas não podemos usar esses fatos para especular o sucesso de outra polêmica estrutura político-social que é o comunismo (tal qual conhecemos hoje), que visa a propagação da soberania popular - que por um lado poderia ser uma solução a esse desequilíbrio apontado - pois esta, assim como as demais, cada qual com suas particularidades, são regimes de opressão a diversidade e liberdade e se constituem uma afronta a real democracia pela sua relação desequilibrada de princípios, valores e ações (MARITAIN, 1942, p. 33-35). Logo, para que uma democracia seja de fato consolidada, é preciso equilibrar a balança e entender que o político e o social estão a serviço do grande interesse da democracia: promoção da dignidade humana.

Destacamos que não é nossa intenção apresentar soluções finais para os problemas da Humanidade que são muitos em quantidade e diversidade ou até mesmo para o tema ao qual está destinada nossa pesquisa, que é a educação democrática. A sociedade é dinâmica e não há dentro de qualquer teoria uma solução pronta, funcional e atemporal. Contribuímos aqui com reflexões e questionamentos, além de apresentarmos argumentos relevantes e ideais que, para nós, são razoáveis, no sentido de uma racionalidade possível. Desejamos que nossa pesquisa fomente uma busca insaciável pela educação democrática, para que todos aqueles que nos antecederam encontrem em nossa luta satisfação e todos aqueles que nos sucederão encontrem em nossa luta inspiração para fazer ainda mais e melhor, num ciclo de benfeitorias e superação dos fantasmas que nos assombram: as violências.

Se as violências que nos perseguem são um ataque ao que é justo, digno e democrático, não é coerente e nem aceitável que tenhamos nela o desejo e o recurso para a obtenção de poder, mesmo que sob a justificativa de fazer o melhor para o homem com o melhor dos homens. Não há no desequilíbrio forças capazes de equilibrar os valores a que os homens estão sujeitos ou que se sujeitam para atingir objetivos comuns, pois não é possível que haja entre os grupos algo tão grande que possa reduzir quem o elegeu como finalidade de suas ações. O que queremos dizer é que os homens têm o poder de definir seus objetivos e buscar formas de atingi-los, mas se este objetivo é algo que desqualifica o homem em sua essência, não serve para engrandecer aqueles que trabalham por esse fim, mas a cada avanço rumo a sua “conquista”, retrocedem espiritualmente e violentam uns aos outros acreditando fielmente que a violência e liderança autoritária são a força necessária para o sucesso e a redenção de suas desesperadas tentativas de sucesso.

A falência da democracia na Modernidade está na legitimação das violências como caminhos válidos para promover o bem comum e convencem ao povo de sua soberania indispensável para o pleno funcionamento social, reconfigurando o pensamento popular para que a dependência o torne cada vez mais submisso, participando (in) conscientemente de uma marcha fúnebre da sua dignidade. Nessa relação de poder, surgem ideais que anunciam as verdades ocultas e colocam em dúvida aquilo que era certeza, geram desconfiança e mobilizam os homens a buscarem por algo maior, unificador, transformador, despertando em cada indivíduo o desejo por uma luta que valha à pena. Podemos nomear esse desejo como esperança, mas uma esperança que é rica, potente, resistente e perigosa para os inimigos da democracia.

Segundo Maritain (1942), a essência do cristianismo está na defesa da dignidade do homem alcançada pela misericórdia divina e soberania de Deus, da qual, se extrai como exemplo a finitude humana e fragilidade diante da morte. Da unificação dos homens na condição de miséria e dependência, emerge a igualdade. Da sua aceitação ou não pelo favor divino, sua liberdade. Mas essa liberdade de ser e fazer tem limites claros: não há homem maior ou melhor que o outro e não há homem maior ou melhor que Deus. Assim, inferimos a conclusão de que o ataque à liberdade dos semelhantes, é um ataque ao próprio Deus, pois disputam elevar seu próprio nível e se igualar a Ele. No entanto, essa perspectiva só é possível diante de pares que, assim como ele, recorrem a figura de uma divindade, mesmo que não-cristã para se consolidar. Aqui apontamos uma lacuna na teoria: a relação indissociável para a concretização das noções de igualdade diante da superioridade de um ser exterior a categoria humana. Podemos, no entanto, propor uma adaptação, sugerindo que a

equidade está correlacionada a própria consciência de grupo (seu pertencimento) e sua situação enquanto ser finito, unificados perante a morte, mas deixando de lado a unificação na submissão ao divino. Não observamos nessa proposição alteração significativa para a composição geral, embora se fragmente das colocações do autor.

O autor apresenta também as ações de Jesus em favor dos grupos marginalizados, perseguidos, humilhados e degradados por uma sociedade excludente e as relaciona com uma revolução social em prol de uma sociedade mais democrática. Atribui também qualidades ao discurso de Jesus que pautado na igualdade, justiça, misericórdia e respeito, inspirou movimentos de críticas ao sistema ao qual pertencia e também posteriores, mudança de hábitos, melhoria da qualidade de vida, senso de propósito, liberdade e destacou a importância da fraternidade para o bom funcionamento não só da organização social, mas na mobilização pelo objetivo maior, no caso a salvação, mas poderia se aplicar a outras propostas, dependendo da intenção do orador. Embora tenha concluído que a essência do cristianismo está pautada em tais valores e estes, são características fundamentais para a construção e o fortalecimento da democracia, não se pode inferir, fora da concepção do autor, que a democracia seja essencialmente cristã por compartilhar de tais valores.

Para facilitar a compreensão, organizamos os seguintes esquemas: O primeiro representa a tese do autor de que a democracia é composta por alguns valores e esta, está contida dentro do cristianismo. No entanto, a confusão que pode resultar da colocação é a de que a democracia divide o grupo de valores, mas possui em seu subgrupo os mesmos. Observa a ilustração 1. Já a ilustração 2, apresenta nossa adaptação da teoria na qual os valores pertencem às duas categorias, mas estas assumem independência, embora proximidade.

Proposta do autor



Ilustração 1

Nossa proposta



Ilustração 2

Nossa solução para o dilema apresentado está na autonomia de cada parte, com suas características essenciais e sua dinâmica própria, mas não em sua exclusão. Se o que é compartilhado são os valores, podemos inferir, nessa nova perspectiva, que qualquer religião que tenha proximidade ideológica pode promover em seu cerne a democracia, até mesmo a falta de religião não limita o potencial democrático se estes valores estão consolidados em suas premissas.

O pareamento dos ideais é necessário ao pleno funcionamento das propostas e organizações da vida comum. Para que haja essa sintonia, o povo e seus governantes devem compartilhar e confiar uns nos outros e garantir que a autoridade de ambos seja respeitada. Nesse sentido, a democracia nos oferece uma reflexão sobre as formas de governo existentes e a importância da abertura ao diálogo para cada uma delas, apresentando então o conceito de que a democracia não é uma forma de governo, mas uma forma de governar. Em outras palavras, não é uma estrutura, mas um conjunto de ações, de ideais. É fundamental que os governantes estejam cientes de seu papel como representantes do povo e adeptos do ideal democrático para que possam exercer suas funções de forma justa. Do mesmo modo, o povo deve estar ciente de seus deveres e participar ativamente das decisões coletivas no que diz respeito à sociedade. Para firmar o bom relacionamento entre os poderes (governamental e popular) é preciso firmar um pacto de consideração às necessidades comuns e da submissão à autoridade mútua. No entanto, nenhuma razão infalível, mas oscila entre a justiça e injustiça na procura por redenção, buscando o equilíbrio enquanto se desequilibram¹⁰.

A maior questão quanto ao povo não é a tirania, mas o conhecimento sobre si e o mundo, seus direitos naturais e sociais e sua importância para a organização da qual participa. Nesse sentido, o homem precisa entender que tem o direito de dirigir sua própria vida e responsabilizar-se por suas ações diante da lei, e dessa forma, torna-se mais crítico a sujeitar-se às barbáries que a tirania possa querer submetê-lo. Precisa ser claro que toda forma de dominação e perpetuação de poder do homem sobre o homem pode até resultar-lhes um pequeno gosto de ascensão, mas são tempestades poderosas que destroem tanto quem foi desumanizado com as ações tiranas, quanto ao próprio líder e desumanizou a si mesmo (MARITAIN, 1962).

Se ao líder cabe o fortalecimento dos princípios democráticos para que sua liderança não se torne tirania, é tarefa dos liderados o cuidado com sua liberdade e sabedoria para não se submeter à tirania. Sabemos que essa relação é bem mais complexa e isso se dá porque não

¹⁰ MARITAIN, 1962, p. 58-59

há um só sujeito que impede ou dificulta a democracia de se consolidar, mas um sistema sólido de violências e um grupo extenso e diverso de sujeitos violentados. Se é preciso estar em harmonia para que essas violências sistemáticas não assumam o controle dos próprios ideais, é necessário um trabalho de conscientização e acolhimento, bem como uma ruptura nesse sistema. Alinhar as práticas políticas ao bem estar comum e compreender que os direitos do homem não são negociáveis e precisam ser garantidos, para que possam desfrutar em sua vida diária dos benefícios de uma política igualitária e justa é um grande passo. A igualdade, liberdade e qualidade de vida não são só questões da política, são a própria política.

Todo aquele que, de fato, crê na mensagem que traz a democracia e vê em seus efeitos doses de ânimo contra nossa anemia humanitária, que sangra a cada novo golpe do tiranismo, tem uma obrigação moral com o repúdio do totalitarismo que em suas múltiplas faces, engana os homens e lhes infla de falsas esperanças. O conhecimento é o princípio da liberdade e a liberdade o princípio da democracia e com o pleno saber e fazer, há possibilidades de uma política que possa sustentar a dignidade e que eleve nossos espíritos a um nível satisfatório e gradualmente nossa qualidade de vida rumo ao gozo de nossas realizações coletivas. No entanto, se o saber, ser e fazer estiverem em consonância com a ganância e os males que dela fluem, não haverá paz para a Humanidade e a barbárie será o caminho. Assim, o que dizer da chegada? Será tal qual ou ainda mais sombria, por isso, que a história nos ilumine e lembremos dos horrores de Auschwitz para que não nos esqueçamos das tragédias provocadas pelo totalitarismo. Viver democraticamente não é apenas a garantia de uma qualidade de vida, é a defesa do próprio direito a viver.

2.2. A LIBERTAÇÃO PELO CONHECIMENTO

Nossos conhecimentos históricos nos direcionam o pensamento a uma simulação de futuro que pode ser ou não coerente com a realidade vindoura, mas que nos oferece uma gama de reflexões sobre o que temos realizado hoje e de qual caminho estamos mais próximos. Maritain (1942) especulou possibilidades no período da Segunda Guerra, onde a humanidade dos povos estava em campo e, posteriormente, viu o cumprimento de algumas de suas previsões. O fato é que as crises passadas, nos orientam hoje a seguir pela luz, pela justiça e pelo conhecimento que a democracia nos oferece, e agarrá-la e defendê-la, é uma tarefa de todos aqueles que prezam pela liberdade e desejam a transformação social e elevação da dignidade da natureza e das pessoas.

Não se pode, porém, propor a restauração da democracia sem considerar a importância da educação no processo de manutenção ou transformação. “Ninguém escapa da educação” (Brandão, 2007, p. 7) , disse o autor ao iniciar seu texto *O que é educação?* , expressando o ponto de partida, mas de certa forma, o ponto de chegada. A ideia de que a educação é um fenômeno inerente ao ser humano e também inevitável, ilustra a necessidade de pensarmos sobre o que é a educação e também sobre quem são os sujeitos educados e para que tipo de comunidade essa educação é pensada. Portanto, se é interesse da sociedade que a educação forme cidadãos conscientes e fervorosos democratas, é coerente que se preze por uma educação democrática e crítica. Porém, a luta presente é em oposição ao modelo tradicional que forma mão-de-obra silenciosa e manipulável. Assim, percebemos que o ideal que orienta os homens é poderoso e transpõe seu próprio tempo de implementação, ao ser perpetuado pelas seguintes gerações. Para que haja uma real transformação social, é preciso dedicar recursos e esforços à formação humana, romper com os ciclos de violência e negligência e construir coletivamente práticas democráticas.

Com base nisso, podemos resgatar a conhecida ideia da “lei da sementeira” que narra a relação imutável do plantio e da ceifa, ou seja, não se pode extrapolar a natureza de uma semente para um fruto de outra natureza. É certo de que o tempo entre o plantio e a ceifa não é imediato, o que compreende um grande intervalo, exigindo de seus trabalhadores perseverança. A expectativa dos homens que semeiam para sua carne (interesses egoístas e gananciosos) está na fartura individual, no entanto, este semeia ruína para si mesmo. Porém, aos que semeiam pelo espírito (entendemos aqui os interesses coletivos, democráticos e justos), desfrutam de suas ações convertidas na elevação do bem estar comum e no fortalecimento de sua dignidade e dos demais membros da sociedade. Os princípios e valores sustentados pelo cristianismo oferecem aos homens em seu livre arbítrio a oportunidade de escolherem suas sementes, orientando sobre a relação imanipulável de suas ações e seus resultados. Assim, cabe a cada indivíduo refletir sobre suas expectativas e buscar nas experiências, meios de alcançá-las.

Nesse processo, os sujeitos se encontram nos caminhos e compartilham seus ideais uns com os outros, trocam experiências e apresentam suas expectativas quanto ao futuro. Na riqueza da partilha surgem divergências e estas assumem o papel de pluralizar a visão de mundo, dar protagonismo ao outro, como também, colocar à prova a força dos princípios e flexibilidade dos homens às necessidades do próximo. Além de livre e igualitária, a formação dos sujeitos para a democracia deve ser também pensada para a fraternidade. Do senso de interdependência nasce a empatia, ou seja, o comprometimento e responsabilidade com o

outro, ampliando o campo de visão e ação para além das próprias necessidades. Esta é, então, uma virtude essencial para a implementação e fortalecimento da democracia e construção de uma comunidade solidária.

No entanto, a educação moderna tem destinado grandes esforços à discussão sobre metodologias inovadoras e melhores materiais (o que é importante, vale dizer), mas perde de vista os sentidos e propósitos da própria educação. Falta clareza quanto aos objetivos e, sendo intencional ou não, encaminham os alunos ao fardo da insegurança e ignorância. A provocação é pensar sobre como a educação democrática se constitui e como se aplica os pilares de liberdade, igualdade e fraternidade de forma a não ser apenas um belo slogan, mas um projeto real, válido e executável. A apresentação das propostas pedagógicas como transformadoras, potentes e democráticas nos currículos e nos discursos institucionais são poderosas, mas quão mais poderosas poderiam ser se fossem concretas? Logo, como a escola está preparando os sujeitos para serem críticos e cidadãos exemplares, agentes da inovação e do desenvolvimento? Certamente não pode ser silenciando, coagindo e desmotivando a comunidade escolar.

Se firmam, então, nesse contexto, noções deformadas de sujeitos e se promove a desigualdade tanto de acesso à educação quanto a qualidade, já que grande parcela da população está submetida a esses currículos escolares com propostas incompatíveis com a realidade. O grande perigo está na ação antidemocrática que exercem, ao fragmentar o conhecimento e distribuí-lo de forma seletiva e desigual entre os alunos, fortalecendo um caráter utilitarista, excludente e permanente (se não alterado) na educação (Brandão, 2007, p. 27). Além disso, nesses espaços, não há lugar para as críticas ao sistema ou a organização e dinâmica do trabalho, sendo consideradas como insolência e desrespeito. Não há nítido o que é ser esse cidadão, apesar das escolas pomposamente exibirem esse termo como prioridade e tampouco há o incentivo a inovação de conceitos, processos, produtos ou quaisquer outro, se estes não se enquadram no que é concebido como adequado ou desejado como resultado. Certamente que o desenvolvimento intelectual e moral desses sujeitos não está ligado ao quanto avançaram em saberes, refletiram sobre as questões sociais ou trabalharam para a transformação de algo ou alguém, mas o quanto expressaram com maestria na avaliações padronizadas os conteúdos pobres em sentido e diversidade e engessados para limitar os questionamentos e movimentos, formulados apenas para qualificar minimamente ao trabalho.

As escolas, apesar de apresentarem uma constante incoerência entre o discurso transformador e a prática ao promover esse tipo de dinâmica educacional acrítica, dizendo serem democráticas e inibindo a participação, exigindo protagonismo e silenciando as ideias,

solicitando cordialidade e violentando os alunos, não são as vilãs da democracia e nem tem o papel de dificultar ou impossibilitar que ela se firme, é inverso. A escola é agente essencial para a divulgação dos ideais democráticos e a consolidação de práticas livres e respeitadas, que buscam trazer elementos que enriqueçam a vida escolar e cotidiana com saberes múltiplos, valorizando a diversidade de conhecimentos e sujeitos e encontrando nessas trocas profundas subjetividades e vislumbrando as possibilidades de transformação para uma sociedade anêmica e frágil. A escola precisa ser amparada, acolhida e orientada. Embora alguns discursos destaquem ela como o centro da sociedade, dizendo ser dela a responsabilidade da decadência ou ascensão de um ideal, feroz instrumento político-ideológico de opressão, a observamos com um olhar mais sensível, como um espaço com potencial, mas que sozinho, nada pode fazer. Portanto, para que a educação democrática seja de fato alcançada, é necessária a participação de todos em harmonia, conhecimento e disposição.

Emerge nesse contexto a urgência de uma instituição (mas não só) comprometida com a essência democrática e disposta a enfrentar o autoritarismo educacional não só dentro de seus muros, como fora também. Aliar-se ao ideal democrático é levantar a bandeira da não-violência e romper com o ciclo de atrocidades que, cotidianamente, ainda respinga nos mais vulneráveis. Sendo assim, o vínculo discursivo e prático das escolas com os princípios democráticos são a sementeira do espírito para a transformação social. Educar não é apenas lançar sementes à terra, mas também oferecer condições para que germinem e frutifiquem segundo suas intenções.

Se aqui vislumbramos uma sociedade democrática, é necessário que nosso modelo educacional compartilhe essas expectativas e experiências e que, coloque-se à disposição de concretizá-las por meio de uma educação não-violenta, não só se posicionando contra a barbárie, mas também na luta ativa contra sua normalização, cuidando para que não abra brechas para o autoritarismo. Se temos uma perspectiva otimista quanto ao futuro da educação, que se sustenta nos princípios e valores democráticos, precisamos nos atentar aos detalhes que envolvem o seu projeto de construção, as formas de educar e educar-se. É preciso romper com aquilo que já não faz mais sentido ou que não é de fato eficaz para nos impulsionar ao objetivo maior ao qual nos sujeitamos. Consideramos que a crítica tem seu papel fundamental para nossa não-acomodação e incentivo na busca pelas melhorias nos processos formativos, mas sozinha, não causa impacto algum, se não, na esperança. Contudo, cremos que há na reflexão e ação coordenada um grande potencial de transformação.

A identidade do movimento está diretamente ligada à identidade de seus participantes, o que por um lado nos revela na educação tradicional, a composição de sujeitos com uma visão construída sob as perspectivas de controle, conteúdos determinados e baixas exigências quanto à participação popular da vida política e, do outro, identificamos a educação alternativa constituída de liberdade, criticidade e autonomia. Desse modo, é preciso, fundamentalmente, assumir as características de igualdade e justiça defendidas e suas ações devem refletir o afastamento da desumanidade, para que suas práticas surtam efeitos reais e transformem os pensamentos e ações de seus educandos. Assim, o professor que assume o compromisso com a educação democrática, firma um pacto com a identidade democrática e deve agir sob sua luz e ser orientado por ela. É estar a serviço do ideal e por meio do ideal, apresentar seu serviço.

Destacamos, aqui, que a identidade dos seres humanos se firma no conhecimento que têm de si, do outro e do meio, e, que por intermédio das trocas, destina seus esforços a manutenção ou revogação de suas práticas e ideias. A posição de mestre, nesse contexto, está relacionada a uma figura em destaque, com grande influência social e que pode usar de seus espaços e discursos para servir ao ideal democrático ou para degradá-lo, se, assim, lhe aprazer. Embora o que temos observado historicamente não tenha tido grande contribuição para o fortalecimento da democracia na educação, proporcionaram reflexões sobre como a entendemos, a exercemos e a compartilhamos com as gerações presentes e futuras.

Nossa intenção de contribuir para uma formação profissional mais democrática vem da carência de boas práticas na educação, perpetuando ciclos de violências. Se para formar professores é preciso um aporte teórico e prático, o que poderíamos fazer para fomentar as discussões sobre a docência senão apresentar as produções científicas da área e práxis democráticas a fim de enriquecer o repertório individual e coletivo dos educadores? Assim, aliamos as reflexões sobre a pedagogia já apresentadas com as nossas inquietações, e seja para responder ou gerar mais questionamentos, mobilizamos, aqui, esforços para pensar a educação. Nessa busca por uma prática respeitosa, encontramos no discurso do Jesus histórico a esperança para uma educação transformadora por sua sensibilidade pedagógica, intencionalidade e diversidade de recursos, dos quais destacamos as parábolas e metáforas. Para compreendermos melhor seus discursos, precisamos compreender quem é o sujeito por trás deles. Quem é o Jesus histórico?

3. EM BUSCA DO PERCURSO DO JESUS HISTÓRICO

Nesta segunda parte do trabalho, realizamos um estudo sobre o percurso de Jesus Cristo, com o objetivo de procurar e entender o contexto social, religioso e cultural que o constituiu enquanto sujeito. Na próxima etapa, tendo compreendido o referido percurso, investigamos sua prática pedagógica e suas características docentes. O cuidado dessa etapa está na seleção de fontes que sejam confiáveis em tempo, espaço e perspectiva, corroborando para a construção de uma narrativa histórica plural e verossímil da figura histórica de Jesus e suas ações.

Por finalidades didáticas, configuramos uma organização de estudo baseada em três eixos principais: gênese, fontes e estrutura. Quando nos referimos à gênese, buscamos resgatar a origem das pesquisas sobre a vida de Jesus enquanto sujeito histórico por autores que, sob distintas óticas, contribuíram para a produção teórica sobre ele, da qual, hoje podemos desfrutar. Em relação às fontes, concentramo-nos em eleger bases sólidas que derivam tanto das concepções cristãs, como não-cristãs, pois compreendemos que a história não é neutra e que as narrativas se configuram de diferentes modos e intenções. Sendo assim, recorrer a essa pluralidade de fontes é um exercício de validação das próprias fontes em sua autenticidade, por esta razão utilizamos, logo acima, o termo verossímil, termo este próprio da análise retórica. Quanto à estrutura, desenvolvemos uma linha cronológica da história de Jesus, contextualizada com um breve panorama da religião e cultura judaica e a organização social e geográfica que compunham o cenário no qual ele nasce, vive e morre.

Diante da necessidade de desenvolver uma linha histórica da vida de Jesus que reunisse um conjunto de informações verossímeis, trouxemos para o estudo o livro *O Jesus Histórico: um manual* (2015) de Theissen e Merz como referencial, possuindo uma bibliografia extensa e seu cunho didático. Aliados estão também às reflexões do livro *Caminhamos na estrada de Jesus: O evangelho de Marcos* (1996), elaborado conjuntamente para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e que discorre sobre as passagens bíblicas que contemplam a jornada de Jesus na percepção de Marcos, considerado o mais antigo e confiável dos sinóticos¹¹. Certamente a Bíblia Sagrada nos auxiliará na construção com informações sobre a vida de Jesus, mais precisamente, recorreremos aos três evangelhos sinóticos. Contamos também com *Jesus Histórico: Uma brevíssima introdução* (2012), de

¹¹ “Deriva do grego *syn óptikós*, ‘que de um só golpe de vista abrange várias coisas’. Compõe os sinóticos os Evangelhos de S. Marcos, S. Mateus e S. Lucas, assim chamados [de sinóticos] porque permitem uma vista de conjunto dada a semelhança de suas versões” (FERREIRA, 2010)

Chevitarese e Funari. Para compreender melhor o judaísmo de sua época, temos *Jesus segundo o judaísmo* (2003), de Bruteau (org) e *Um rabino conversa com Jesus: um diálogo entre milênios e confissões* (1994), de Neusner.

Os títulos a seguir “da gênese”, “das fontes” e “da estrutura” são um breve resumo do material base citado *O Jesus histórico: um manual*, de Theissen e Merz (2015) que nos auxiliará na compreensão de como se construiu a pesquisa sobre o Jesus do ponto de vista histórico. Ideias que partem de outros autores serão devidamente referenciadas no momento em que aparecerem.

3.1. DA GÊNESE: AS PESQUISAS SOBRE O JESUS HISTÓRICO

Tudo que existe teve um começo. As menções sobre Jesus, biblicamente, surgiram antes mesmo de seu nascimento, com profecias que anunciavam a chegada do filho de Deus ao mundo terreno, levantando inúmeros questionamentos sobre quando seria sua vinda, como se apresentaria e como seria o divino em forma de homem. Já em seu tempo, era referenciado pela sua trajetória, suas palavras e ações que mobilizaram as paixões de seu auditório¹². Para nós que, cronologicamente estamos no futuro de sua existência e podemos observar seu percurso em sua totalidade¹³, há uma gama de possibilidades de interpretação e reflexão sobre a história e suas raízes, bem como seus frutos.

É neste potencial da subjetividade histórica que nascem também os questionamentos sobre como surgiram essas informações e sua veracidade, quem são os sujeitos envolvidos, qual o contexto em que vivenciaram e compartilharam suas experiências e discursos e se colocam em confronto com as concepções de história de Jesus que outrora eram sagradas e, por isso, imaculáveis e inquestionáveis e se inaugura uma nova fase de pesquisas sobre ele, já não como unidade de Deus e homem, mas em sua natureza humana. Com Herman Samuel Reimarus¹⁴, autor que desenvolveu seu interesse na razão da religião, nasceu a concepção puramente histórica de Jesus, a qual vamos abordar adiante, juntamente com as demais concepções e autores que o sucederam.

¹² Termo próprio da Retórica que descreve o público a quem se destina um discurso

¹³ Embora as escrituras bíblicas prometam um retorno triunfal a esse mesmo Jesus do passado, encerrando a sua trajetória de salvador da humanidade, não entraremos nesse mérito por não se alinhar às propostas desta pesquisa, que se configura na compreensão e análise de Jesus enquanto sujeito histórico.

¹⁴ Reimarus “tornou acessível apenas a amigos próximos o fundamento histórico-crítico de suas ideias, ‘Apologia ou escrito de defesa para os adoradores racionais de Deus’. Depois de sua morte, G. E. Lessing publicou os fragmentos dessa obra (1774-1778) sem revelar a identidade do autor” (THEISSEN; MERZ, 2015, p. 21)

Fazendo um apanhado das ideias centrais de Reimarus (1774-1778), poderíamos organizar três ideias centrais: a primeira de que ele distingue a pregação de Jesus (aquilo que foi dito) do que os apóstolos creram, aquilo que entenderam e compartilharam com o povo. Ele compreendia que existia uma lacuna entre o discurso real e a propagação do discurso e que durante a pregação sobre a pregação, muitas ideias poderiam ser modificadas, distinguindo o Jesus histórico do Jesus eclesiástico. A segunda questão é a de que nenhuma argumentação é isenta de seu contexto, o que coloca a necessidade de se observar as pregações de Jesus considerando a realidade do judaísmo de sua época. Por último, e mais polêmico: destaca que a ideologia da necessidade de sofrimento para a libertação e sua ressurreição compõem a teoria de fraude objetiva, culpando aos discípulos por ocultação de cadáver e a criação de um retorno triunfal fabuloso,¹⁵ o que, dessa forma, explicaria as discrepâncias existentes na história e pregação de Jesus. Resumindo, o autor contribuiu para uma nova ótica sobre Jesus, que sai do extremo das paixões para o extremo da razão, promovendo no cristianismo um espaço para crítica da realidade e da fé.

Posteriormente, surge David Friedrich Strauss (1835-1883)¹⁶, que avança nas reflexões sobre o Jesus histórico em três pontos centrais: o mito, a humanidade de Deus e a crítica ao livro de João. Destacamos o primeiro, que é o conceito de mito aplicado nos evangelhos, do qual o autor ao se posicionar no confronto entre o supranaturalismo e racionalismo, apontou suas falhas e argumentou que a solução mais viável para resolver as necessidades da razão pura e crença ingênua estava na aplicação desse conceito, concedendo legitimidade ao testemunho. O segundo se refere à humanidade de Deus e diz que a abordagem mítica¹⁷ não comporta a concepção da divindade possuir um lado humano e assim, desenvolve uma cristologia especulativa de que todos os homens possuem em si, atributos divinos. Portanto, para que se concretizasse a expectativa evangélica do conceito de Deus encarnado, esse conceito deveria ser aplicado a toda a humanidade. O terceiro ponto de sua pesquisa está no reconhecimento do caráter teológico que sustenta os discursos do evangelho de João, o condicionando, do ponto de vista histórico, como menos confiável dos sinóticos. Apesar dessa consideração, o equívoco de Strauss, segundo Theissen e Merz

¹⁵ Aqui, nota-se um duplo sentido. O primeiro remete à fábula, como uma narrativa alegórica com uma moral intrínseca (Michaelis, 2015). O segundo sentido é coloquial com atribuição positiva: fantástico, extraordinário (Michaelis, 2015). Logo, o retorno triunfal fabuloso é algo simultaneamente fantasioso (na perspectiva do autor) e impressionante.

¹⁶ *Das Leben Jesu, kritisch bearbeitet*, 2 vols., Tübingen 1835 /1836

¹⁷ abordagem que leva em consideração uma narrativa de caráter simbólico-imagético, que evolui com as condições históricas e étnicas relacionadas a uma dada cultura, na busca por explicar e demonstrar a origem das coisas.

(2015), estava nas relações entre os evangelhos, definindo Mateus e Lucas como inspiração para Marcos e não o oposto.

Outro autor que colaborou para as pesquisas foi Heinrich Julius Holtzmann¹⁸, levantando a exploração crítico-literária das fontes sobre Jesus, considerando Marcos e Q¹⁹ como as mais antigas e confiáveis. Em Marcos, extraiu a evolução biográfica de Jesus, pontuando momentos cruciais de seu reconhecimento e anúncio enquanto Messias. Há de se considerar que tanto a fase dos impulsos críticos para a questão da historicidade de Jesus, quanto o otimismo para as pesquisas liberais sobre ele, consagraram uma nova concepção de Cristo, abastecendo os estudos de criticidade aos fatos e às fontes. As contribuições de autores como Albert Schweitzer (1909), que em *Vida de Jesus*²⁰ demonstrou que as muitas “vidas de Jesus”, ou seja, os diversos relatos que tendiam a crer uma multiplicidade de personalidade, estavam mais relacionadas aos ideais do autor e suas prioridades do que sobre o Jesus em sua totalidade, entrega-nos o ponto de partida para o colapso nas pesquisas sobre o Jesus histórico. Certamente existem outros fatores, mas não é nosso objetivo nos aprofundarmos neste tópico, já que envolve uma discussão extensa e complexa, que excede nossos objetivos de investigação.

Para uma melhor compreensão, foi extraído de *O Jesus Histórico* (2015, p. 30) uma tabela que organiza os grandes momentos da história da pesquisa sobre Jesus, apresentados seus principais representantes, declarações, métodos utilizados e contexto teológico, histórico e filosófico no qual se basearam para construir seus trabalhos:

¹⁸ Die synoptischen Evangelien. Ihr Ursprung und geschichtlicher Charakter, Leipzig, 1863.

¹⁹ Q é a abreviação de *Quelle* = fonte, do alemão. Representa a Fonte dos Ditos, material oral e escrito, provavelmente de domínio público utilizado em Mateus e Lucas como fonte, juntamente com o evangelho de Marcos. Porém, não se pode afirmar que Q compõe o livro de Marcos (THEISSEN; MERZ, 2015, p.48)

²⁰ A primeira edição data de 1909 sob o título *Von Reimarus zu Wrede. Eine Geschichte der Leben-Jesu-Forschung* (De Reimarus a Wrede. Uma pesquisa de história de vida de Jesus). A segunda edição, intitulada *Geschichte der Leben-Jesu-Forschung* (Pesquisa de história de vida de Jesus). No Brasil, foi publicado com o título *Vida de Jesus*.

2. QUADRO GERAL: A HISTÓRIA DA PESQUISA SOBRE A VIDA DE JESUS

	Impulsos críticos para a pesquisa sobre Jesus	Pesquisa liberal sobre Jesus	Colapso da pesquisa sobre a vida de Jesus	A "nova pergunta" pelo Jesus histórico	"Third quest" for the historical Jesus
Principais representantes	Reimarus, Lessing, Herder, Strauss.	Holtzmann; Hase; Beyschlag.	Schweitzer; Bultmann; Dibelius; Schmidt; Wrede.	Käsemann; Bornkamm, Fuchs; Ebeling; Braun.	Sanders; Vermes; Theissen; Burchard; Crossan.
Principais declarações	<p><i>H. S. Reimarus:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Diferenciação entre o Jesus histórico e o Cristo eclesástico. A teoria de fraude objetiva explica discrepâncias. Jesus interpretado no contexto judaico. <p><i>D. F. Strauss:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Teoria do mito: a tradição sobre Jesus (especialmente em João) é pesadamente revestida de mitos. 	<ul style="list-style-type: none"> Reconstrução histórico-crítica da vida de Jesus com base nas fontes mais antigas: <ul style="list-style-type: none"> Ex. de Marcos como quadro (desenvolvimento biográfico: virada em Marcos 8) Com base na reconstrução da Fonte Q, o ensino de Jesus é acrescentado. 	<ul style="list-style-type: none"> Caráter projetivo das imagens da vida de Jesus (A. Schweitzer). Caráter fragmentário da tradição sobre Jesus: pequenas unidades, enquadramentos secundários. Caráter querigmático da tradição sobre Jesus. 	<ul style="list-style-type: none"> Identificação entre o Jesus histórico e o Cristo da fé torna necessária a pergunta pelo Jesus histórico. "Sustentação" do querigma do Cristo é encontrada na reivindicação de Jesus por autoridade ("cristologias implícitas"). Consequência: percepção de Jesus se dá em contraste com o judaísmo. 	<ul style="list-style-type: none"> Jesus é percebido no contexto judaico como fundador de um "movimento de renovação intrajudaico" (Sanders). Continuidade entre Jesus e o Cristo: teologicamente: uso de modelos de interpretação bíblico-judaicos. sociologicamente: peregrinos carismáticos dão continuidade ao estilo de vida de Jesus.
Método/critério	<ul style="list-style-type: none"> Reimarus: pergunta puramente histórica. Strauss: perspectiva mítica (história das formas). 	<ul style="list-style-type: none"> Crítica literária (teoria das duas fontes). 	<ul style="list-style-type: none"> História das formas. História da redação. História das religiões. 	<ul style="list-style-type: none"> Critério de diferença (Jesus é "removido" do judaísmo e do cristianismo primitivo). 	<ul style="list-style-type: none"> Critério histórico de plausibilidade (em relação ao contexto judaico e à influência de Jesus sobre o cristianismo).
Contexto teológico e histórico-filosófico	<ul style="list-style-type: none"> Iluminismo exige aplicação de métodos histórico-críticos a textos bíblicos. Filosofia de Hegel influencia Strauss. 	<ul style="list-style-type: none"> Tema da crítica eclesástica da teologia liberal: libertar a fé do dogma e renová-la à luz da história. 	<ul style="list-style-type: none"> Teologia dialética (o "fato" é suficiente). Existencialismo (contra certezas mediante dados históricos). Escola da história das religiões (situa Jesus no judaísmo). 	<ul style="list-style-type: none"> Representantes mais jovens da teologia dialética se esforçam por superar a distância entre revelação e história. 	<ul style="list-style-type: none"> Diálogo entre judeus e cristãos: <ul style="list-style-type: none"> Judeus descobrem Jesus como parte de sua história. Cristãos se asseguram de suas raízes judaicas.

Tabela 1

3.2. DAS FONTES: CRISTÃS, NÃO-CRISTÃS E SUAS AVALIAÇÕES

3.2.1 Cristãos

Para avaliar as fontes de pesquisa acerca do Jesus histórico são necessários dois critérios primários: a proximidade histórica e sua independência. A primeira não se refere apenas à datação da fonte, pois um documento pode estar incluído em um período de tempo anterior às demais fontes, mas se distanciar quanto às informações relevantes sobre as tradições anteriores a sua escrita. Deve-se levar em consideração também a independência das fontes utilizadas, pois uma concordância plena entre os materiais supõe uma dependência. A independência, no entanto, não pressupõe uma divergência absoluta, pois o que se busca com as fontes é analisar as possibilidades e para isso, é necessário que estas apresentem semelhanças que afirmam ou negam uma tese, mas também apresentem elementos originais, não encontrados nas demais. O cuidado para a escolha de boas fontes está na seleção de documentos que ofereçam, além de uma proximidade real do Jesus histórico, exclusividade.

Para fazermos essa classificação das fontes e então selecionar quais irão compuseram pesquisa, apresentamos os grupos canônicos e extra canônicos, pois deles não fizemos diferenciação de importância, pois compreendemos, assim como Theissen e Merz (2015) que a seleção para o cânon é complexa e perpassa pela subjetividade dos que dela participaram, podendo excluir materiais significativos para a pesquisa por não se adequarem às suas expectativas com a produção. Além disso, podem ainda se equivocar quanto à forma e conteúdo dos documentos. No entanto, fizemos uma seleção de materiais baseados em critérios que serão apresentados em tempo oportuno.

O destaque dos canônicos para esse grupo está nos evangelhos de Mateus, Lucas, Marcos e João, que apresentam cada qual uma abordagem característica de Jesus, mas se unificam em subgrupos identificados como sinóticos (Mateus, Lucas e Marcos) e evangelho quase gnósticos (João). A separação se dá pela imagem construída de Jesus como pregador escatológico do Reino de Deus para o primeiro, e mediador de uma revelação esotérica para o segundo. Isso significa que João não nos apresenta Jesus numa visão predominantemente histórica, mas em suas atribuições sobrenaturais. Certamente, que os sinóticos não desqualificam a natureza divina de Cristo (seria uma heresia tal afirmação), mas nos oferecem um material que se sustenta no panorama histórico e dotado de tradições. Portanto, João não será considerado nessa pesquisa como material de consulta.

Quanto aos sinóticos, não se pode negar que para as pesquisas há uma hierarquia de preferências, levando em consideração os pilares apresentados de proximidade e independência. Embora exista um debate sobre a origem dos evangelhos, a teoria mais aceita pela comunidade acadêmica é a de que Marcos serviu de fonte para Mateus e Lucas, por ser considerada a fonte mais antiga o que, na prática, a atribui menor dependência. Não invalidamos as contribuições de Mateus e Lucas, de forma alguma. Como é preciso refinar a pesquisa, por conta da extensão que pode assumir, selecionamos Marcos como o material base, ao qual recorreremos dentro dos sinóticos, sendo os demais utilizados para complementar a pesquisa. Para facilitar a compreensão, note-se abaixo o seguinte esquema:

AS FONTES SINÓTICAS

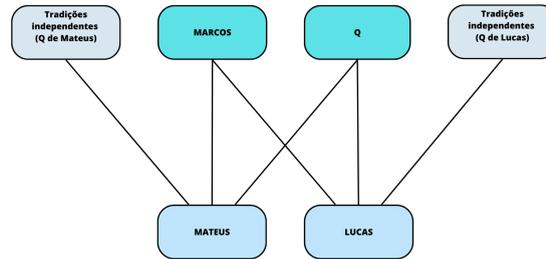


Ilustração 3²¹

Quanto aos evangelhos quase-gnósticos pertencentes ao cânon, no qual se inclui João, há de se resgatar o nome de Tomé, que embora esteja nessa mesma categoria, é extra canônico. Além dele, há também os evangelhos gnósticos de diálogos (exceto Tiago, extra canônicos) em que se encontram a Epístola de Tiago, Diálogo do Redentor e Evangelho dos Egípcios. Apesar de trazerem importantes contribuições, principalmente Tiago com sua ênfase no sofrimento de Jesus e seus ensinamentos em parábola (que muito nos interessa neste trabalho) e o Evangelho de Egípcios, que aborda os ensinamentos de Jesus à Salomé, estes são reformulações tardias dos ditos do cristianismo primitivo, o que compromete a legitimidade das informações. Por consequência, excluímos estes da nossa análise.

Os materiais acima, nos oferecem um grande repertório de informações acerca da vida de Jesus, mas diferentemente destes, alguns se destacam pela sua fragmentação, embora possua um caráter independente e próximo historicamente, o que é nosso critério de avaliação. Podemos citar o Papiro de Egerton 2, O Evangelho “secreto” de Marcos, Evangelho de Pedro, papiro de Oxyrhynchus 840 e 1224. Se estas são apenas partes de um todo desconhecido, por que, então, considerá-las? A resposta está nos elementos sinóticos e joaninos apresentados e que trazem reflexões sobre possível interdependência dos documentos, o que fortalece ainda mais a crença na veracidade dos evangelhos sinóticos e de João.

O papiro de Egerton 2 ou Evangelho de Egerton, por exemplo, carrega forte tom joanino e conteúdos de (in)justiça e cura, um milagre não relatado (exclusividade), mas de impossível de ser reconstruído. Surgem, então, algumas linhas de compreensão a respeito de ser um evangelho dependente de todos os outros canônicos ao se considerar a combinação de palavras e influências da tradição, ou independente de todos os evangelhos canônicos

²¹ Tabela elaborada a partir das informações oferecidas por Theissen e Merz (2015) acerca das fontes sinóticas.

seguindo a concepção de construção a partir da multiplicidade de fontes de tradição e um estágio anterior a Marcos 12-13-17, ou ainda, uma dependência do Evangelho de João ao se considerar a proximidade entre eles, divergindo em alguns pontos, o que se explicaria atribuindo a tradição oral como fonte. Independente da posição assumida, não se pode negar a relação desse evangelho com os quatro principais na pesquisa da vida de Jesus. Porém, há de se ponderar que um desses principais possuiu um tal “segredo”: uma produção revisada.

O evangelho “secreto” de Marcos, segundo a maioria dos pesquisadores na área, é uma variação do Evangelho canônico de Marcos, contendo um caráter misterioso na alusão que Clemente faz ao dizer a Teodoro em uma carta que há uma segunda versão do livro e destaca que uma delas é falsa e herética, divergindo do evangelho genuíno escrito aos fiéis à Igreja. Se ele conheceu ambas as versões ou não, não se sabe, porém, o fruto dessa colocação é um incentivo ao imaginário acadêmico e cristão de que poderiam haver informações importantes que, por algum motivo, não foram divulgadas e registradas para o público em geral, mesmo que essas, supostamente pelo que se presume do conteúdo da carta, na versão carpocraciana, fosse uma alusão a uma cerimônia libertina homossexual. Obviamente essas colocações nos colocam muito acima de nossas atribuições, portanto, embora seja importante destacar a existência desse evangelho, pouco se sabe dele, só se pode fazer deduções e ansiar que os pesquisadores do presente ou do futuro encontrem mais materiais que nos ajudem a compreender tais questões do passado.

Outro importante livro a ser analisado é o Evangelho de Pedro, que também carrega consigo a grande polêmica de supostamente oferecer indícios (falsos) que levassem o povo da época a conceber uma perspectiva docética, ou seja, de que a imagem de Cristo como homem não passava de uma ilusão. Mas a contribuição desse evangelho não está nesse debate (embora reconheçamos que a partir dele foi possível a inauguração de uma nova compreensão de Jesus e do cristianismo), mas também na coexistência de elementos antigos e novos da tradição, utilizando um vocabulário clássico, do Antigo Testamento e da narrativa em primeira pessoa, a responsabilização pela crucificação, por exemplo. No entanto, há uma proposição de que sua história acerca da páscoa seja anterior a Marcos, porém, essa foi excluída pelo evangelista, argumentando-se razões teológicas. O evangelho de Pedro é do ponto de vista histórico, conflituoso e misterioso, já que pouco se sabe do contexto da época de redação para aprofundarmos os estudos dos escritos que por si só, não agregam tanta novidade aos estudos sobre Jesus, logo, não pode ser considerado para essa pesquisa. De semelhante modo, podemos excluir os papiros de Oxyrhynchus 840 e 1224, pois estes, assim

como o evangelho de Pedro (de modo um pouco mais drástico) não nos oferecem informações suficientes para uma análise criteriosa. Torna-se então, uma leitura especulativa.

Ainda dentro do dilema histórico das fontes e acesso a seus conteúdos, temos o grupo dos chamados evangelhos judeu-cristãos, nome bem sugestivo. A questão desses evangelhos é a escassez de informações nos materiais disponíveis, que infelizmente foram perdidos, destruídos ou se configuram para a pesquisa, parte inexatos e/ou contraditórios. Essas referências se sustentam na descrição de um Jesus virtuoso e que buscava trazer o reino dos céus para a terra com ações de bondade, justiça e misericórdia. Composto por três evangelhos (segundo a divisão mais aceita pelos pesquisadores da área) nomeados Nazarenos, Ebionitas e Hebreus, divergem no foco do conteúdo, transmitindo uma mensagem de ativista social, vegetariano e radicalmente afetuoso. No que cabe ao nosso trabalho, não há motivos para a utilização desses documentos tanto pela fragmentação e datação, que partem do segundo século, mas não negamos e nem desprezamos sua existência.

Para encerrar esse tópico, ressaltamos outra informação importante nas pesquisas sobre a vida de Jesus: as tradições livres. É certo que os evangelhos canônicos assumem um protagonismo nas pesquisas sobre Jesus, mas além deles, existem inúmeras fontes disponíveis para consulta, porém é preciso um rigor ao selecionar nossas fontes. Assim, dispomos de três outras para conhecimento: Ditos de Jesus, Ditos Adicionais e Ditos sobre Jesus. O primeiro se refere às alusões encontradas nos evangelhos sem fonte referenciada “e ele lhes disse...” (Mc 10:11), “Assim ordenou também o Senhor...” (1 Cor 9:14), “E tendo partido dado graças, o partiu e disse” (1 Co 11:24), “(...) Tomou Jesus o pão (...) e disse” (Mc 14:22), certamente existem outras citações possíveis.

Quanto aos ditos adicionais, são estes os que não faziam parte da tradição escrita e depois passaram a compor o cânone, como a memorável passagem de Lc 23:34 “Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem”. A forte tradição oral exprimia a necessidade de uma rede de confiabilidade de tradições às gerações presentes e futuras, onde legitima-se a cultura da testemunha ocular com um grande valor social. Com a disseminação da escrita, a reunião dessas tradições orais tornou-se um processo cada vez mais longo, complexo e questionável, de acordo com o quanto de informações eram compartilhadas entre o povo. A seleção do que fica e sai perpassa pelos critérios de seus redatores. Em Dt 4:2 diz “Nada acrescentareis à palavra que vos mando, nem diminuireis dela (...)”, o que concluímos referenciar-se aos fatos. Ao questionar a legitimidade das fontes, faz-se um exercício de intensa observação, sobre tudo aquilo que é visível e aquilo que também não é. Disso já sabiam os Padres (ou Pais) Apostólicos que, dando sequência aos Ditos Sobre Jesus, que com

Papias (Bispo de Hierápolis), nos ofereceram um material experiencial das testemunhas oculares e testemunhas das testemunhas, no início do século II. Seja na 1ª e 2ª Epístola de Clemente e com elas, a alusão a um suposto evangelho perdido ou na carta a Esmirna, escrita por Inácio, relatando o encontro do Cristo ressurreto com seus discípulos, uma coisa é certa: existem muitos mistérios a serem desvendados, fontes a serem descobertas e peças para serem encaixadas.

3.2.2. Não Cristãos

No nosso contexto histórico-cultural há um recurso revolucionário que democratizou o acesso do público a obter e compartilhar informações sobre si, sobre os outros e sobre o mundo: a tecnologia. Diferente da nossa época, nos tempos de Jesus não havia redes sociais para registrar ocorridos, não como hoje. Algumas personalidades importantes (e mesmo anônimas) nos presentearam com um acervo de documentos que tratam da vida de Jesus, seja como foco de seu conteúdo ou apenas uma citação para situar outras informações que julgam ser mais relevantes. De todo caso, indo na contramão do que se supõe de relevância dos escritos canônicos em detrimento dos extra canônicos e não-cristãos, repousa nossa esperança de saber um pouco mais sobre ele de um outro ponto de vista. Como uma publicação no Instagram da época, Josefo faz suas considerações em *Antiguidades Judaicas* e marca Jesus num comentário, para localizar seus seguidores sobre a quem se referia, Tiago e o identifica como “irmão de Jesus, que é chamado Cristo”. Nem admirador, nem *hate*. Josefo utilizou uma certa neutralidade (ou uma menção minimamente positiva) para o tratar.

Retomando a linha histórica, Josefo não fazia manuscritos para abordar questões relativas a quem Jesus era ou significava, embora lhe interessasse, de certa forma, por ser judeu e filho de sacerdote fariseu. Se dedica à obra desse autor a investigação da autenticidade de uma de suas produções: *Testimonium Flavianum*. Quanto à anterior, há um consenso entre os pesquisadores de sua veracidade, mas essa não nos oferece o que é necessário para o desenvolvimento deste trabalho. A relevância desse polêmico documento, para o nosso estudo, está na suposta colocação de que Josefo o reconhecia como um homem sábio e profundamente influente, realizando seu magistério escatológico com convicção e democraticamente. No entanto, se dividem três correntes que ou alegam a total veracidade, teorizam uma interpolação ou ainda, uma reelaboração. Embora haja uma tendência à hipótese da reelaboração (solução que busca reconstruir o texto com base na literatura da época, estilo do autor e isentando as supostas influências cristãs que comprometem a

interpretação do documento, o mantendo praticamente intacto), não podemos nos posicionar efetivamente e sustentar nela nossas argumentações. É preciso uma revisão mais completa do material e da avaliação dos historiadores. Por estas razões, descartaremos a fonte.

Quanto às fontes rabínicas, estas representam Jesus como uma figura desonrosa para o judaísmo da época, o tratando como feiticeiro (por conta dos milagres que fazia), rebelde no que compete a certas práticas tradicionais e desvirtuador de Israel (atribuição posterior)²². Esta fonte nos serve para compreender o conceito de rejeição que Jesus sofria de seu próprio povo, sua cultura e sua religião (se é que lhe pode ser atribuída essa característica). Adiante nos aprofundaremos na relação do Jesus histórico com o judaísmo e nas perspectivas dos rabinos sobre seu “antigo irmão”.

Para além do judaísmo e cristianismo, voltavam-se para Jesus os olhares de pagãos que vislumbravam nele, virtudes necessárias e admiráveis. Mara Bar Sarapion, um estoico sírio em uma carta ao seu filho, acalenta o espírito com notas de reflexões para que o menino siga num caminho eterno de elevação. Para tal, utiliza da argumentação pelos exemplos e compara três sujeitos que crê serem homens dignos: Sócrates, Pitágoras e Jesus. Ele discorre sobre a importância da sabedoria e como esta é perseguida por aqueles que preferem manter-se na ignorância, ocasionando uma perda inestimável para o mundo. O destaque para essa fonte está num conteúdo que reconhece a realidade sócio-histórica de Jesus, mas não o canoniza, o tratando em posição de igualdade com os filósofos. Esta fonte nos vale para ressaltarmos o teor revolucionário dos discursos de Jesus, que não só atraíam a atenção para uma relação de ensino-aprendizagem, mas também de disputa de poder. Para Sarapion, sobreveio um castigo aos homens pelo seu desprezo pela oportunidade de desenvolvimento humano por meio do conhecimento. O que diria ele hoje, ao conhecer nossa realidade, vendo que se passaram milênios e ainda “matamos” todos aqueles que buscam nos trazer à luz? O testemunho do Jesus histórico, o “rei sábio”, como é nomeado na carta, apresenta protagonismo não só entre os cristãos, mas entre os pagãos também.

Vale destacar que também existem fontes dos romanos acerca de Jesus, dentre as quais estão apenas menções, como em Plínio, Tácito e Suetônio, mas elas não acrescentam uma compreensão aprofundada para as utilizarmos nesse trabalho, porém, como as demais, compreendemos que é importante deixar claro sua existência. Fortalecemos a argumentação de que não tratamos aqui de um ser mitológico, mas um homem e reforçamos que aqui

²² Theissen; Merz; *O Jesus Histórico* (2015) p. 94-96

abordamos o seu caráter histórico e não fazendo defesa de suas atribuições sobrenaturais, divinas, embora ainda apareçam, pois não podemos dissociá-las totalmente.

3.2.3. Avaliação das fontes

Após a análise do material disponível, chegamos à conclusão de que nos sustentaremos nos livros sinóticos, já que são os materiais mais acessíveis e que têm como função esclarecer as questões sobre a vida de Jesus. Essa pesquisa é necessária para filtrar o máximo de informações possíveis e evitar equívocos. Os outros materiais citados não serão inseridos neste trabalho por três principais motivos: não houve validação na relação de independência das fontes, proximidade histórica ou ainda, o texto disponível é apenas um fragmento. Aliadas a estas fontes selecionadas, temos também as produções científicas que nos oferecem uma síntese de todos os séculos de pesquisa na figura do Jesus histórico, com, claro, um rigor metodológico na triagem dessas fontes. Esta avaliação serve tanto para este título “o percurso do Jesus histórico” como para o seguinte: “Palavras de um mestre e um convite ao discipulado”.

Iniciaremos um estudo sobre a estrutura histórica da vida de Jesus, refletindo sobre sua trajetória de vida, sua cultura e religião.

3.3. DA ESTRUTURA: LINHA CRONOLÓGICA E CULTURA

3.3.1. Um menino nasceu, um filho nos foi dado

Existe uma grande complexidade ao se tratar de datas, principalmente se esperamos delas valores absolutos em dia, mês e ano e acordo entre as fontes. As pesquisas sobre o Jesus histórico têm suas convergências e divergências cronológicas, como por exemplo, acerca do nascimento de Jesus. Estima-se, segundo Theissen e Merz (2015), que ele tenha nascido na vigência do governo do imperador Augusto (entre 37 a. C. - 14 d. C) e, embora os evangelhos de Mateus e Lucas apresentem outra datação, a confiabilidade desses dados é questionável. Outro questionamento feito é anterior ao próprio nascimento de Jesus, quanto à aparição de um anjo à Maria, que a abordando com cumprimentos de admiração, entrega o recado “E eis que em teu ventre conceberás e darás à luz um filho, e pôr-lhe ás o nome de Jesus” (Lc 1:31) e, então, confusa, a jovem alega ser virgem (Lc 1:34) e o questionou sobre como aconteceria tal gravidez, logo, “respondendo o anjo, disse-lhe: descerá sobre ti o Espírito Santo, e a

virtude do Altíssimo te cobrirá com sua sombra (...)” (Lc 1:35) e ela, de bom grado, aceitou a palavra do anjo, confirmando as profecias de Isaías 7:14. Não é nossa intenção fazer defesa ou ataque à castidade de Maria, mas partiremos dessa premissa, pois, assim, se constitui a história.

Outra controvérsia está no lugar de nascimento e no reconhecimento social de Jesus. O segundo capítulo de Lucas narra a existência de um decreto (um censo) para alistamento na cidade natal, na qual José (pai de Jesus segundo as funções sociais) deveria dirigir-se para a Judéia, em Belém. Partindo do pequeno vilarejo de Nazaré, com sua mulher com gestação avançada, seguem viagem até a cidade natal do célebre rei Davi. Chevitarese e Funari (2012) afirmam que essa informação foi adicionada posteriormente, para legitimar a genealogia de Jesus, o que se complementa em Theissen e Merz (2015), de que é provável que Lucas tenha falsificado propositalmente dados incompatíveis²³ e os concebido como se fossem verdade. Assim, permitindo uma licença para especulação, é possível que as escrituras do autor tenham sido contestadas pelas profecias interpretadas de que o salvador sairia de Belém, cidade do rei Davi, de sua “casa”, referenciado em 2 Samuel 7:12-13. Com base nisso, é possível que a suposta intervenção tenha sido feita para maior adesão do público à palavra, conforme nos ensina a metodologia da análise retórica.

Pouco se sabe sobre a infância de Jesus, fora os episódios de imigração forçada para assegurar sua vida, que antes que pudesse pronunciar seus balbucios, já estava ameaçada. Existem algumas fontes que se arriscam a narrar a vida de uma criança judia e marginalizada, mas, como avaliamos com base nos critérios definidos, não cabe citar. Se acredita que as poucas informações são fruto de uma intencionalidade dos autores, que, acreditando ser irrelevante usar seu tempo, esforços e materiais para pregar sobre as brincadeiras de um menino (que se crê ter tido uma infância normal), investiram na abordagem ministerial, inaugurada com o batismo, realizado por João Batista (Mt 3:13-17; Mc 1:9-11; Lc 3:21-22; Jo 1:32-34) (Chevitarese e Funari,2012).

Sobre sua família, conhecemos um pouco mais sobre a composição familiar, para além de seus pais, em Mc 6:1-3 há a descrição de Jesus ensinando numa sinagoga e as pessoas que o cercam, maravilhadas com suas palavras de sabedoria, buscam entre si validar suas suposições sobre sua vida familiar: “não é este o carpinteiro” (ofício), “o filho de Maria”

²³ Os responsáveis pelo Censo citados não conciliam em cronologia com a proposta de Lucas, segundo fontes não-cristãs. Tampouco o próprio Censo tem sentido, sabendo que era demasiadamente burocrático e havia a opção de se alistar na cidade em que vivia, sendo desnecessária a viagem. Logo, há grande possibilidade de Jesus ter nascido em Nazaré. Theissen e Merz (2015) pág. 173

(filiação, importante indicador social e de identidade), “irmão de Tiago, José, Judas e Simão?” “suas irmãs não estão aqui entre nós?” (esse último merece uma observação: nomear a cada um dos irmãos demonstra conhecimento desses sujeitos e perceber a localização mesmo que temporária dessas irmãs, apontam convivência dessa família com os demais membros da comunidade. Assim, “não é este o ...” pode sugerir uma incredulidade na transição de posições sociais ocupadas, que outrora era da vida comum e agora, é de ministro, como se fossem duas pessoas diferentes).

Suas aparições públicas, assim como a citada acima, geram um certo alvoroço no público, que se reunia aos montes para lhe ouvir, seja para admirá-lo ou incriminá-lo, como faziam os fariseus. Não se pode precisar quando essa atividade teve início, embora Lc 3:1-2 apresente uma descrição bem completa da época: “e no ano quinze do império de Tibério César, sendo Pôncio Pilatos presidente da Judéia, e Herodes tetrarca da Galiléia, e seu irmão Filipe tetrarca da Ituréia e da província de Traconites, e Lisânias tetrarca de Abilene”. Segundo Lc 3:23, Jesus começou seu ministério com 30 anos de idade, mas o manuscrito deixa dúvidas, então, consideremos uma margem de erro. Theissen e Merz estimam que suas atividades públicas começaram entre 26 e 29 d. C.

Quanto à sua morte, que encerra o ciclo da vida humana, a qual estamos considerando, têm algumas peculiaridades quanto ao dia do mês, mas não da semana. Tanto os sinóticos quanto João afirmam que Jesus morreu numa sexta-feira, mas divergem quanto ao dia, se era véspera de páscoa ou o primeiro dia. Os argumentos que sustentam a hipótese de João, admitida por Theissen e Merz (2015), sustentam-se na analogia de Cristo como cordeiro, quando o cordeiro era abatido na véspera da festa pascal, no 14º dia de Nisan, enquanto os sinóticos apresentam o dia seguinte, 15º. Os autores também estimam que Jesus tenha morrido entre 26 e 36 d. C. Fazendo cálculos do calendário (cair numa sexta-feira e se adequar à idade), o ano mais provável da morte de Cristo tenha sido 30 d.C.

3.3.2. Jesus e o judaísmo

Uma das grandes questões que permeiam os estudos sobre o Jesus histórico está em equilibrar as características que o compõem e trazer para a pesquisa seriedade e compromisso com a verossimilhança histórica, que reside na análise contextualizada não só do sujeito principal, protagonista, mas também do meio em que vive e com quem vive. Essa seção busca trazer um olhar dos pares judeus, por vezes negligenciados e silenciados por grupos (especialmente cristãos), que interpretam equivocadamente suas intenções ou proposições

acerca de Jesus. Não nos cabe defender ou acusar os segmentos e suas crenças, mas trazer à tona as possibilidades e reflexões que podem iluminar nossa pesquisa sobre sua identidade. Está clara a dupla personalidade comum e extraordinária de Jesus para os cristãos e judeus, mas qual é o limite dessa normalidade e da excepcionalidade e em que áreas se aplicam? Discutiremos isso adiante.

Nosso objetivo aqui é resgatar uma discussão que se perdeu no tempo por falta de respeito mútuo, interesse e até sentidos, dando voz aos judeus, para que argumentem sobre quem era Jesus no contexto do judaísmo da época, que, certamente, não é o mesmo da modernidade, traçando um paralelo com o cristianismo, mas este último é nosso coadjuvante nessa etapa. Não diminuimos a importância dele na construção das narrativas, sobretudo da história de Jesus, apenas daremos destaque por fins didáticos ao judaísmo, para compreender a realidade em que ele vivia.

Como fazer esse diálogo milenar considerando as contribuições de ambos, tanto o cristianismo quanto o judaísmo sem um discurso tendencioso? A resposta para essa questão está no equilíbrio entre o reconhecimento das diferenças que os identificam enquanto fé independente, mas também dando o devido valor às suas proximidades, dentre elas a mais importante para nossa pesquisa que visa um diálogo inter-religioso é a Torá. Somente partindo do mesmo ponto e com o mesmo critério de verdade será possível buscar por respostas às questões que ainda permeiam os estudos sobre o Jesus histórico.

Para orientar o estudo, foram organizados dois tópicos principais, sendo o primeiro destinado a trazer informações sobre o judaísmo antigo, clássico e o segundo traça um paralelo entre Jesus enquanto um sujeito comum e também extraordinário. Isso é possível com base nos estudos realizados em *Um rabino conversa com Jesus*, de Jacob Neuser (1994) e *Jesus segundo o judaísmo*, organizado por Beatrice Bruteau (2001). O interessante dessa escolha de materiais reside no primeiro ser obra de um autor renomado, que trouxe uma nova abordagem sobre o judaísmo, que se configura como plural e conflituoso desde a Antiguidade até os dias de hoje, ampliando as reflexões sobre os limites entre o cristianismo e judaísmo. O segundo material traz uma singularidade: é um conjunto de artigos que trazem distintas perspectivas e temas sobre o Jesus Histórico, o Cristo da fé e o judaísmo clássico, escrito exclusivamente por rabinos e estudiosos do segmento. Há nesse livro um interesse legítimo da busca por um diálogo, mesmo que as abordagens sejam drasticamente diferentes, em alguns textos se comparados aos demais. Serão utilizadas também outras produções, mas essas, careciam de uma apresentação.

No referido estudo, fica evidente a posição conflituosa dos membros que compartilham da mesma cultura, etnia e fé (os judeus), o que nos leva a pensar como poderia ser diferente ao se buscar a harmonia ideológica entre o cristianismo e judaísmo. Não significa que não haja harmonia na relação, pois essa pode e deve existir, mas nos referimos à concordância em temáticas por vezes polêmicas para ambos, como a atribuição messiânica. Quanto ao público judeu, arriscamos dizer ser unânime (ou quase) a impossibilidade de Jesus ser o messias. Entre os próprios judeus, as discussões são sob um teto comum, onde compartilham princípios e crenças, mas divergem especialmente no “como”.

Seria muita ingenuidade achar que, aqui, cabem todos os debates desse grupo do qual Jesus pertencia, seja na Antiguidade ou até mesmo hoje. Vamos nos ater à construção da identidade de Jesus enquanto homem judeu, suas relações com os pares de seu tempo e como se constituiu sua imagem ao longo dos séculos, compartilhada pelos cristãos e judeus, na oralidade e nos documentos, como os evangelhos, que certamente influenciaram os estudos sobre ele e suas práticas - o que particularmente, muito nos interessa.

3.3.2.1. O Judaísmo: entendendo o contexto histórico

O judaísmo se configura como uma religião monoteísta, que teve origem no reconhecimento de sua ancestralidade em Jacó, o qual teve seu nome mudado para Israel ao travar uma batalha com um anjo do Senhor²⁴ e seu nome foi eternizado ao ser usado para se referir à comunidade do chamado “povo eleito” ou “povo de Deus”. Seria equivocado seguir sem esclarecer que o judaísmo não se refere apenas a uma religião, mas é também desdobrado como étnico e cultural, já que excede o limiar do conjunto de princípios e doutrinas baseados na *Torá*. É étnico ao se considerar que para ser judeu é preciso laço sanguíneo, ou seja, ser nascido de pais judeus, mas há uma exceção para os que ao se encontrarem com as crenças do grupo, são convencidos pelo discursos e se convertem, participam de rituais próprios e, então, passam a integrar a comunidade judaica (Galinkin, 2008). Infirmo que a continuidade da genealogia judaica pressupõe um respeito à história do povo e a decisão divina de escolhê-los como seus. É também cultural ao reunir conhecimentos, definir padrões de conduta para seus membros, organizar leis e instituições e defender uma moralidade que preza pelo pleno funcionamento social. Seria possível dizer

²⁴ “Senhor” é uma referência direta ao Deus que creem ser o criador de todas as coisas e a nomenclatura revela uma relação de dependência, serventia e profundo temor do povo à autoridade divina.

que o judaísmo é um complexo de atribuições, sendo composto por cada parte ao mesmo tempo.

Retomando a história do povo judeu, Galinkin (2008) diz que a gênese do povo escolhido parte de Abraão, quando este recebeu a promessa de ser o pai de uma grande nação e foi exigido dele fidelidade para com o Deus, que lhe prometeu tal coisa. Assim, constituiu-se uma genealogia de onde deriva “Israel” (referência a renomeação de Jacó), as doze tribos e a escrita dos Dez Mandamentos por Moisés²⁵, inspirado por Deus, de onde se fundamentam as teorias e práticas judaicas. A Torá²⁶ possui grande importância para os judeus, já que este é o seu guia com orientações, tanto afirmativas quanto negativas, para as suas ações cotidianas. Essa informação é importantíssima para a pesquisa do Jesus histórico, em vista de que ele é acusado pelo próprio povo, tanto de sua época como de um futuro distante, de ser transgressor da sagrada lei de Moisés.

Há um distanciamento cronológico entre a escrita da Torá e a época de Jesus, sendo ele um conhecedor e praticante dos escritos da lei, como os demais de seu grupo sociocultural e religioso. Para a comunidade judaica, não há revelação maior do que essa entregue no monte e compartilhada por gerações, a qual orientou e orienta a vida dos devotos à justiça, fidelidade e amor ao Deus único. No entanto, embora seja unânime a percepção do papel da Torá no judaísmo, a dinâmica do judaísmo ainda segue em discussão. Leite (2009) fez um apanhado conceitual de importantes pesquisadores da área e sua visão sobre o judaísmo na época de Jesus, chamado também de Segundo Templo. Observe tabela formulada a partir das colocações do autor:

PERCEPÇÃO DA DINÂMICA DO JUDAÍSMO NA ÉPOCA DE JESUS		
Autores	Conceitos	Obras
Ed Sanders	Monolítico de doutrinas	SANDERS, 1977; 1985; 1990; 1992
Shaye Coen	Expressão de identidade étnica característica; Identidade judaica está ligada ao comportamento	COHEN, 1987
Jacob Neusner	Pluralidade dos judaísmo; experiências divergentes e conflituosas	NEUSER, 1987; 1994; 1998
Lawrence Schiffman	Desdobrar histórico de experiências em temas comuns; Transforma-se ao longo do tempo	SHIFFMAN, 1998

Tabela 2

Além dos pesquisadores, também há divisões no que tange a organização dos judaísmos (aqui adotamos a perspectiva de Neusner, 1994) por parte dos grupos judaicos do Segundo Templo, encontrados nos manuscritos de Qumran. A reivindicação pela

²⁵ Destaque para a grande importância que *Moshé*, ou Moisés, possui para o povo judeu, em vista de que este é considerado o maior profeta por sua contribuição na transcrição e instrução a outros profetas.

²⁶ Traduzido, Torá corresponde a “lei”, “ensinamentos”, “instrução” e é composta pelos cinco primeiros livros da Bíblia: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio, o pentateuco.

ancestralidade, cumprimentos e desenvolvimentos das tradições remotas eram de comum acordo, até mesmo de Paulo (apontado por ser o fundador do cristianismo), mas que dadas as suas singularidades teológicas, cada ramificação seguiu seu caminho, mesmo que se chocando com os demais judaísmos de seu tempo, do qual de alguns princípios ainda partilhavam (LEITE, 2009). Mesmo sendo o judaísmo de Paulo posterior ao período de vida de Jesus, nenhum conflito nasce do nada e isso significa que havia muitas questões em aberto para o público judeu, principalmente sobre a vinda do messias, e que dividia opiniões, entre elas, está o próprio Jesus.

A diversidade de judaísmos, tomando Paulo como um exemplo, é necessária para compreendermos que o empreendimento maior era a fidelidade ao Deus único e o cumprimento de seus mandamentos, mas que no percurso cada grupo organizaria, da forma mais conveniente, seus meios. Sabendo que Paulo era declaradamente judeu em seu discurso, prática e fundamentos, discípulo de Gamaliel²⁷ e retomando ao conceito de que a proximidade ideológica, de hábitos e origens são fundamentais para a construção e fortalecimento do sentimento comunitário (GALINKIN, 2008), ao se distanciar de algumas proposições judaicas, a marginalização é inevitável, porém, unidos aos outros que partilhavam desses princípios, novos agrupamentos judaicos-cristãos²⁸.

Levando em consideração essa construção de identidade coletiva, pode-se afirmar que os seguidores de Jesus eram em sua maioria judeus, que conheciam a Torá e buscavam praticá-la em seu cotidiano e a busca intensa pelo grupo dos gentios parte de Paulo, em suas pregações ao público mais amplo. Partindo desse ponto, o discurso de Jesus era voltado à sua própria comunidade e produzia sentidos e sensações em seus ouvintes ao trazer um outro olhar para a lei que era difundida entre eles. Como disse em Mateus 5:17, “não penseis que vim revogar a Torá e os profetas; não vim revogá-los, mas dar-lhes pleno cumprimento”, estabeleceu um acordo prévio com seu auditório e fundamentou que seu discurso era complementar e fortalecedor dos ensinamentos, mesmo que de uma maneira única, tenha promovido a criação de uma torá²⁹ particularmente divergente das demais. Neusner (1994, p. 4) afirma que ao dar “continuação, expansão, elaboração e esclarecimento da Torá, ele é um

²⁷ Importante mestre da lei, fariseu, rabino

²⁸ Uso esse termo para indicar um período de transição. Com base nas pesquisas, não é possível unificar as duas crenças.

²⁹ Segundo Neusner (1994), “Torá” faz referência aos escritos de Moisés, a revelação dada por Deus para instruir o povo, enquanto “torá” é o termo designado para indicar ensinamentos compartilhados por um mestre dentro do contexto da Torá. Pode-se dizer, com base nessa definição, que há abertura para a interpretação dos textos mosaicos e, por conseguinte, a discussão entre os pares sobre aquilo que é subjetivo nas passagens bíblicas.

mestre da Torá. Mas segundo as disposições das escrituras, ele ensina a Torá e faz acréscimos à Torá.: então, ele também é um autor de torá.”

Existe na tradição judaica uma preocupação legítima com o cumprimento das leis de Moisés e da discussão com as próprias leis, não no sentido de questionar sua validade, mas sua aplicação no dia a dia, buscando um relacionamento íntimo com Deus e seus irmãos. Também há uma grande importância na discussão entre os pares sobre os ensinamentos, para que possam refletir através das diversas experiências, formas de fortalecer suas convicções e permanecerem fiéis ao Senhor. Portanto, podem parecer inflexíveis e críticos às novidades que minimamente fogem daquilo que concebem como correto, porém, esta é uma tradição que deve ser compreendida não isoladamente, como uma resistência infundada e desnecessária, mas como um ato de respeito ao considerar seu opositor como alguém digno e inteligente para criticar e defender as causas que lhe são fundamentais. Segundo Neusner (1994), é inseparável a contenda das atividades religiosas do judaísmo e são através delas que se adquire conhecimento e se promove estima e respeito pelo outro.

O grande debate do judaísmo da época com Jesus reside justamente nas extrapolações do possível, que, para os fariseus, ao serem inconcebíveis, não seriam verdade e por conseguinte, desqualificavam Jesus enquanto Cristo. São revelações desse pensamento a origem humilde de Jesus e sua encarnação a “imagem e semelhança”, fazendo do deus, um humano³⁰. Quanto à sua origem, é interessante considerar que há uma especificidade: "matrilinearidade não é a forma de transmissão da identidade judaica encontrada no Pentateuco. Observa-se, na leitura das Escrituras, que a referência é sempre feita à descendência patrilinear sendo esta que identificava os israelitas” (GALINKIN, 2008). Acredita-se que essa mudança da matrilinearidade para patrilinearidade se deu já na era cristã como forma de manutenção da descendência judaica. O fato de ter uma mãe por si só já foi surpreendente, pois um Deus todo poderoso e criador estar sujeito e se assemelhar a sua criatura parece um tanto incoerente. Portanto, era de suma importância para o judaísmo clássico a preservação da sua história enquanto povo eleito, mantendo a linhagem e dando sequência às tradições e ritos.

A comunidade judaica, embora tivesse (e ainda tem) uma grande pluralidade como defende Neusner (1994), se encontra em seu monoteísmo ético e exclusivo, a fé em uma aliança histórica entre Deus e seu povo, na institucionalização (templos e sinagogas livres de

³⁰ Vale destacar que não tomaremos as questões relativas à morte e suposta ressurreição para o judaísmo, pois não nos cabe esta discussão nesta pesquisa, mas há nelas um grande potencial para estudo.

imagens como lugar de adoração e reverência à divindade), sacrifícios³¹ e liturgia da Torá e o respeito e cumprimento dos ensinamentos: a tradição (THEISSEN; MERZ, 2015). A história desse grupo perpassa por inúmeros marcos históricos que contribuíram para a construção da sociedade judaica da época, como as correntes de renovação, da qual Jesus faz parte e a reformulação política e social que viria a criar “um estado judaico independente com características anti-helenísticas (140 a.C. a 63 a.C)” (THEISSEN; MERZ; 2015, p. 151). Desenvolver a discussão sobre tais marcos seria demasiadamente extensa por se tratar de fatos históricos e muitos desdobramentos. Para nós, é interessante reconhecer e compreender que o meio se transforma por seus membros e é transformador para eles, sendo a história viva e a sociedade sensível às reivindicações do povo.

3.3.2.2. Jesus, um judeu: entre o comum e o extraordinário

Ao se falar de Jesus, há entre o público, principalmente cristão, uma memória que reúne sensações de encantamento, sofrimento e triunfo. São plausíveis tais considerações ao se analisar a história como um todo e do ponto de vista devoto, crente na versão trazida por João, que aborda Jesus como um ser mítico e místico. Entretanto, ao isentarmos o mito da ressurreição, nos resta a história de um homem revolucionário e que vivia humildemente, trabalhava e ensinava com sabedoria, bom humor e sensibilidade. Dessa forma, não parece nada espetacular, pois estamos discutindo sobre alguém ou com alguém³² que é, como cada um de nós. Neusner, no início de seu livro, faz um desafio interessante sobre encontrar com Jesus nas ruas da Galiléia e conseguir ver e admitir seu potencial enquanto messias. Certamente que não vamos fazer defesa ou ataque a messianidade, mas ainda assim, a reflexão é válida para nos colocar na posição de seus pares, em um tempo remoto onde as expectativas com base na Torá são umas e a realidade aparenta ser outra. Conhecendo o Jesus carpinteiro, que andava pelas ruas produzindo e anunciando sua torá, teríamos o compreendido como alguém além de um judeu comum?

³¹Realizado no Templo de Jerusalém e como forma de expiação pelo povo, ou seja, clamor pela remissão dos pecados e purificação da alma. Durante o culto sacrificial, o Sumo Sacerdote adentrava o Santo dos Santos enquanto o povo descansava e se humilhava. Esse ritual era anual e acontecia no décimo dia do sétimo mês. (Levíticos 16:29-30)

³² Referência ao convite de Neusner (1994) para discutirmos nos parâmetros judaicos com Jesus e assim, responder às questões profundas que nos intrigam sobre ele.

Um homem que nasceu de mãe e pai³³ judeus (Lucas 3:23), que cresceu em um contexto de prática e fidelidade às tradições judaicas, como a circuncisão e consagração da criança (Jesus) no Templo (Lucas 2:21-22), o rito de Bar-Mitzvá³⁴ (Lucas 2:42), a frequência no templo (Lucas 2:46-49 e 4:16) - destaque para o termo “como fazia de costume” e participação nas festividades religiosas, como a da Páscoa. Sendo um judeu praticante e piedoso, não atraía olhares para si sobre sua legitimidade, se não, após o início de seu ministério, quando assume sua tarefa messiânica de anunciar as boas novas e há entre os judeus o questionamento dos sinais da lei. No entanto, precisamos destacar que não se sabe muito sobre o que os judeus da época diziam sobre ele, afinal, como dissemos anteriormente, era alguém comum vivendo uma vida comum. O movimento acerca das contribuições do Cristo da fé para a comunidade judaica é posterior ao Segundo Templo e tem como propulsor do debate a propagação do cristianismo e as críticas ao judaísmo e seu papel na história da prisão e crucificação.

Então, como podemos compreender a identidade judaica de Jesus e a percepção de seus irmãos? A primeira manifestação está em Lucas (2: 46), quando no episódio do sumiço do jovem recém inserido como membro da comunidade, que estava no templo interagindo com os mestres da lei, demonstrando estima ao perguntar-lhes sobre as coisas da fé. Embora a passagem não traga uma transição da escuta e perguntas que fazia para as perguntas que recebia e respondia, é nítida a impressão positiva que causou nos presentes ao dizer que “Todos os que o ouviam ficavam maravilhados com o seu entendimento e com as suas respostas” (Lucas 2:47). É notória a apreciação dos judeus pela sua diligência, afinal, o estudo da Torá é um princípio inegociável do judaísmo.

Já ao se tratar de questões místicas, a incidência de reprovação por parte dos irmãos é bem maior, o acusando de conspiração com Belzebu, o tendo como feiticeiro (Marcos 3:21). Não se pode negar também o caráter provocador de Jesus, que lança sobre alguns fariseus condenação sobre seus atos e os categoriza como hipócritas (Mateus 23:13-15). Cook (2003) traz um apanhado de concepções que os judeus tinham sobre Jesus e a de ser feiticeiro e enganador não é exclusiva da passagem de Marcos, mas se estende do fim da Antiguidade até a Idade Média. Não podemos perder de vista, porém, que as fontes sobre a relação de Jesus com os judeus são escassas e para termos um panorama dessas impressões, devemos retornar

³³ A paternidade legítima socialmente. Não faremos ataque à virgindade (ao se considerar a paternidade divina) ou fidelidade de Maria (mesmo desconsiderando o mito da gravidez pelo Espírito Santo e os argumentos de José que não a tinha como esposa no momento da concepção).

³⁴ Traduzido do hebraico como “Filho da Lei”, é uma cerimônia de passagem da infância para a maioridade e inserção do jovem judeu na comunidade, ao completar doze anos de idade.

para os tempos posteriores, quando o público se dispôs a discutir sobre o assunto em nome da sua honra, para defender-se das injustiças de uma história vaga e que, acusada por eles, inclusive o autor, era uma jogada política decorrente da vulnerabilidade cristã a Roma. Tal desproteção ocasionou, segundo o autor, em complicações entre o judaísmo e cristianismo, e a ficção do julgamento de Cristo culpou aos judeus para livrar os cristãos e demonstrar sua fidelidade a Roma. Diante desses conflitos, séculos mais tarde, o que pensar sobre o presente daquele tempo, quando sem os fatores da condenação e registro bíblico, viviam Jesus e os demais judeus suas vidas normalmente?

Não há dúvidas dos judeus quanto à vida, ações e grandeza ética judaica de Jesus e nem quanto à importância da análise do contexto histórico e cultural de seu tempo, para situar as tradições, ilustrações e sentidos produzidos. Embora existam divergências quanto ao seu destino e sua divindade, não parecia ser uma preocupação dos contemporâneos de Jesus o registro de sua história, já que a oralidade tinha uma papel fundamental e interessava muito mais o conhecimento das informações do que sua escrita, já que havia grande confiabilidade nas testemunhas oculares e fontes orais. Embora as fontes que narram a vida de Jesus sejam judias (Lucas segue em análise sobre ser ou não), o Novo Testamento é um documento da Igreja Católica Romana Gentia e é plausível questionar como são retratados os judeus, já que tempos depois do episódio da condenação, o povo criou resistência com sua figura e essa foi a oportunidade para descarregar nos judeus mais culpa (WOLF, 2003).

A afirmação de que “a visão judaica convencional é a de que Jesus era um judeu razoavelmente bom, mas Paulo era um anti-semita que criou o cristianismo” (WOLF, 2003, p. 49) é um esvaziamento da própria questão judaica e fragmenta o grupo do qual Paulo, que também era judeu, fazia parte. Jesus era um judeu comum, com o qual muitos simpatizavam, alguns não se importavam e outros o seguiam em busca de brechas no discurso para criticá-lo, considerando que nenhum ensinamento pode se colocar como superior da Torá. Portanto, ao fazer milagres entrando em contato com doentes, quebrava regras de pureza e causava inquietamento nos doutores da lei. Suas ações de oposição, baseado em sua torá, o colocavam na mira de especulações e críticas da comunidade, fazendo dele um judeu comum que fez coisas incomuns (como demais profetas listados no Pentateuco) e tinha uma percepção do mundo mais livre e acolhedora não só para os judeus, mas para todos os que cressem em seu Deus.

O caráter extraordinário de Jesus não reside em seus milagres, maravilhas, ressuscitação dos mortos ou poder de salvação (não para esta pesquisa), mas na argumentação cativante que provoca em seu auditório reflexões sobre a vida, justiça, fraternidade,

fidelidade e integridade. O Jesus e judeu histórico demonstra que a construção de uma identidade não acontece isoladamente, mas na relação com o meio e com o outro. Ao estar inserido em uma comunidade judaica e aderir suas crenças e tradições, exerce uma identidade coletiva na qual lhe é permitido participar ativamente da construção de uma sociedade mais próxima do arquitetado por Deus, juntamente com seus pares. Assim, ao trazer suas contribuições, Jesus em sua torá, discursa pautado no critério de verdade partilhado, a Torá e promove aceitação e interesse. Por meio de exemplos do cotidiano, instituições e locais propícios para o debate, intencionalmente elabora um espaço de acolhimento de pessoas e compartilhamento de conhecimentos da tradição e novidades, aproximando-se delas e a elas do reino de Deus. Com sensibilidade e disposição, é extraordinária sua capacidade de fazer do comum, algo revolucionário.

4. ANÁLISE RETÓRICA

Nesta etapa da pesquisa, apresentamos uma análise retórica do discurso do Jesus histórico e suas contribuições para uma pedagogia democrática. Como abordado anteriormente, nossa compreensão de democracia está pautada na igualdade humana, interdependência, liberdade, justiça e transformação social, valores os quais localizamos tanto nos discursos analisados neste tópico, quanto os que não foram por questões didáticas. A extensão dos discursos em quantidade e qualidade limitaram nossas opções a um pequeno grupo, intitulado “discipulado”, selecionado por sua proximidade da temática da formação docente. A função pedagógica dos discursos de Jesus estava no ensino das coisas celestiais. A função retórica, na persuasão para a mudança de vida e adesão aos princípios defendidos por ele. A função democrática, na equidade humana, justiça social, participação das discussões e capacidade de deliberar acerca dos mais variados assuntos. A atmosfera educativa não só atravessava os discursos, mas constituía o próprio discurso.

Tiago, apóstolo de Jesus Cristo, em exortação ao povo sobre a procedência de seus discursos, nos apresenta argumentos interessantes sobre o poder da língua e sua influência:

Quando colocamos freios na boca dos cavalos para que eles nos obedeçam, podemos controlar o animal todo. Tomem também como exemplo os navios; embora sejam tão grandes e impelidos por fortes ventos, são dirigidos por um leme muito pequeno, conforme a vontade do piloto. Semelhantemente, a língua é um pequeno órgão do corpo, mas se vangloria de grandes coisas. Vejam como um grande bosque é incendiado por uma simples fagulha. Assim também, a língua é um fogo. (Tiago 3:3-6)

Destaca ainda que “Toda espécie de animais, aves, répteis e criaturas do mar doma-se e tem sido domada pela espécie humana; a língua, porém, ninguém consegue domar.” (Tiago 3:7-8). Embora Tiago apresente uma posição de reprovação da conduta de seus ouvintes, com ele podemos aprender que a palavra não é vazia de contextos, intenções ou poder. O questionamento que surge a partir desta perícopes e que atravessa este trabalho é como se constrói um discurso, quais os contextos, intenções e recursos que influenciam sua produção. Se as palavras utilizadas pelo povo, na passagem de Tiago, eram de cunho desagradável, invejoso, ganancioso e maldizente, podemos compará-las às palavras utilizadas nos discursos do Jesus histórico, que eram misericordiosas e esperançosas para observar o contraste no posicionamento e no juízo do auditório.

O poder do discurso, seja ele afetuoso ou degradante, não reside em um elemento apenas, mas no equilíbrio das intenções e expressões de seu orador, manifestas na sua habilidade e conhecimento retórico. Portanto, para que um discurso seja transformador para seu auditório³⁵, é preciso despertar nele um real interesse e aceitação das premissas. No que tange ao discurso do Jesus histórico, o sucesso - e se entende sucesso pela ampla propagação de seus ditos - reside na coerência e adaptação de conceitos complexos do judaísmo para uma população iletrada e carente de participação dos assuntos religiosos, políticos e culturais. Destacamos, entretanto, que o auditório não era exclusivamente iletrado e marginalizado, mas havia dentro desse grupo lideranças político-religiosas e com grande prestígio e riquezas. Por essa diversidade de auditório, embora seus princípios permanecessem os mesmos, sua metodologia se alterava, demonstrando uma sensibilidade às necessidades, realidades e expectativas de seu auditório.

Portanto, esta parte do trabalho dedicada à análise retórica do discurso do Jesus histórico, especialmente suas metáforas e analogias, não se concentra apenas em explicar os significados isoladamente, mas compreende e pretende trazer à tona a importância do pleno conhecimento dos artifícios oferecidos pela retórica para enriquecer e fortalecer um discurso. Nossa pretensão é que o discurso seja compreendido não como um resultado, mas um processo vivo e que está em constante transformação, bem como os envolvidos nesta dinâmica. Aqui, desenvolvemos uma estrutura que apresenta, exemplifica e reflete sobre o orador, auditório, discursos, objetivos, contextos e recursos utilizados, sobretudo, as figuras

³⁵ Auditório é um termo próprio da retórica que se refere ao público para o qual um discurso se destina.

de linguagem, ou melhor, retóricas³⁶, das quais a metáforas e analogias fazem parte. Ao entender esses conceitos, chegamos a um ponto importante da pesquisa: a mobilização dos sujeitos proporcionada pela persuasão do discurso. Encaminhamos, então, para a especificidade do trabalho que é refletir o trabalho docente como potencial difusor de ideais e mobilizador da transformação social. Logo, se torna cada vez mais óbvia a escolha do Jesus histórico para protagonizar nossos exemplos de docência democrática, não-violenta e transformadora, já que ele apresenta um domínio de oratória e retórica excepcional, bem como um ideal de sociedade livre, igualitária e fraterna.

Para sustentar nossa argumentação, selecionamos materiais e dividimos em três blocos: os que se referem à retórica, outro à contextualização histórica de Jesus e por fim, a docência de Jesus. Para o primeiro, recorremos a Reboul (2004) em *Introdução à Retórica*; Meyer (2007) em *A Retórica*; Snodgrass (2010) em *Compreendendo todas as parábolas de Jesus*. No segundo bloco, Theissen e Merz (2015) em *O Jesus histórico*. Por fim, para o terceiro, Prince (1980) em *A Pedagogia de Jesus*. Destacamos que estes compõem um referencial base, mas que no decorrer do texto foram complementados com outras produções.

4.1 A RETÓRICA

Segundo Reboul (2004, p. XIV), a retórica é definida como “a arte de persuadir pelo discurso” e discurso, “toda produção verbal, escrita ou oral, construída por uma frase ou por uma sequência de frases que tenha começo e fim e apresente certa unidade de sentido”. Portanto, o convencimento pelo discurso necessita de uma espécie de acordo prévio para que seja produzido o referido sentido e deste sentido, uma (re)ação. O acordo prévio pode ser compreendido como alguma semelhança compartilhada entre o ethos e pathos e que lhes possibilita a comunicação, o logos. Para ilustrar, basta pensar como um aborígine e um brasileiro poderiam partilhar informações se ambos desconhecem a língua (verbal ou de sinais) e o sistema de escrita do outro. No entanto, se fosse estabelecido entre eles algum conhecimento da realidade do outro, seria possível a comunicação, mesmo que mínima. É preciso para um discurso ser eficaz, que ambos os envolvidos tenham a linguagem compreensível e a partir daí, vão se estabelecendo outros acordos, cada vez mais complexos.

³⁶ Destacamos que a distinção de “figura de linguagem” para “figuras “não está na estrutura, mas na finalidade. As parábolas e analogias são figuras de linguagem, mas quando assumem um papel importante na persuasão, passam a integrar também o grupo das figuras retóricas.

Superada a barreira da linguagem, surgem outras como sociais, políticas, financeiras, morais, de gênero e assim, por conseguinte. A apreciação das ideias difundidas vai se intensificando à medida que os laços se estreitam e as distâncias diminuem.

Se o acordo está firmado e o auditório atento ao discurso, cabe ao orador a sensibilidade, compreendendo as emoções e razões, buscando levar seu auditório para perto de si e de seus ideais. Para isso, é preciso conhecimento dos recursos linguísticos, oratórios e contextuais para exprimir deles as opções mais prováveis de atingir o fim desejado. Entretanto, destacamos que a retórica não é uma ferramenta destinada à manipulação ou opressão, pois não vemos nela, isoladamente, poder para ser ou não ser, mas no orador que dela desfruta a responsabilidade por suas ações. Assim, fica claro que sua identidade de persuasão pode ser de degradação, como nas mãos de Hitler, que usou de seus recursos para convencer a Alemanha a adotar suas nefastas propostas, ou de transformação, nas mãos de Jesus que com as técnicas, atraiu e mobilizou não só o povo de seu tempo, mas da atualidade também. Portanto, interpretar quais são as expectativas, experiências, necessidades e realidades do auditório, embora não estejam expressos no discurso, o compõem e fazem com que ele produza interesse, sentido e ações (REBOUL, 2004)

Mas se a retórica é fundamental não só para persuadir, mas também para compreender quando se é persuadido, então, assume papel fundamental na sobrevivência e resistência da democracia, bem como no ataque a ela, se o orador partilhar de ideais antidemocráticos. Há uma expressão popular de que “o coração do homem é terra fértil onde qualquer coisa cresce” e, se jogadas muitas sementes (dúvidas e ideais) e estas forem bem cuidadas, germinarão, crescerão e frutificarão. Portanto, o discurso não acaba no momento em que é feito, ou partindo da analogia referida, quando a semente é lançada, mas é um processo que demanda tempo, conhecimento e dedicação. Ao atravessar as subjetividades, encontra brechas nas vulnerabilidades do outro e lá se estabelece, mas este não é um espaço eterno, pois também pode ser substituído por outro ideal, se não for tão preciso, forte e instigante quanto os que com ele disputam. Sem a plena convicção no ideal, ele não resiste, enfraquece e morre. Saber das próprias intenções e especular com base nas informações as intenções do outro, nos mantém alerta e menos suscetíveis à barbárie, como também conscientes do tipo de argumento que nos torna mais frágeis e inclinados à aprovação.

Ora, ao professor cabe a reflexão do quão impactante, sólido e interessante é seu discurso, já que seus alunos estão a todo tempo sendo bombardeados de informações, ideais, ideais e convites aos mais diversos projetos e protestos. Se assumir e aplicar o conhecimento oferecido pela retórica, pode argumentar e buscar nas paixões, abertura e motivação para que

dessa terra fértil, brote discursos e práticas em favor da liberdade e igualdade. Não se pode esquecer que o estabelecimento de um acordo prévio, o conhecimento do auditório, a construção sensível do discurso e a criticidade em relação a ele são uma parte do processo e não o todo. A retórica é uma área riquíssima e não seria possível desenvolver nesta pesquisa um estudo aprofundado, mas elencamos, aqui, alguns conceitos importantes sobre a argumentação para subsidiar os estudos sobre os discursos do Jesus histórico.

Para iniciar, é preciso compreender a natureza da retórica: pode defender diversas causas, possibilita a discussão de quaisquer temas que possam ser contraditórios, suas técnicas podem ser ensinadas, faz e se sujeita ao juízo ao persuadir auditório, seja favorável ou contra suas premissas, atribuindo ou não o valor de “verdade”³⁷. Exige criatividade e conhecimento na construção, organização, definição e refinamento do estilo e eloquência, buscando nos elementos externos como postura, movimentos, modulação vocal e afins a assimilação desejada. Para dar sentidos e modelar adequadamente as ações, o orador deve observar três fatores: o tipo de auditório, tempo a que se refere o discurso e valores que defende ou critica (REBOUL, 2004).

Relação de auditórios			
Auditório	Tempo	Função	Valores
Tribunal	Passado	Julgar	Justo/Injusto
Assembléia	Futuro	Deliberar	Útil/Inútil
Epidíctico	Presente	Reconhecer	Nobre/Vil

Tabela 3

A partir desta tabela, podemos refletir sobre a importância da coerência no discurso, para que sua proposta não se perca em um debate desconexo, gastando energia, argumentos e credibilidade. O orador deve estar consciente de seus objetivos, auditório e funções. Suponhamos que um sujeito está diante de seu auditório oferecendo a eles um produto o qual vende e assim, argumenta sobre as utilidades e o quanto pode otimizar a vida de seus clientes, mas em um momento alguém se levanta e faz uma crítica ao seu trabalho. Revoltado, começa

³⁷ Neste caso, empregamos o termo “verdade” em substituição a “verossímil” partindo do ponto de vista do auditório, que valida ou invalida a causa, como se aprovasse a verdade e refutasse a mentira com base nos argumentos.

a despender seus recursos para defender-se e logo a assembleia tornou-se um tribunal. As pessoas pouco a pouco foram saindo por se sentirem intimidadas com o debate e, ao acabar seu tempo, volta para casa sem vender uma caixa sequer, desamparado e desestimulado. Então, o homem deveria sofrer o ataque em silêncio? Não, mas pensamos que poderia rebater a crítica de outras formas, estabelecendo um acordo de reconhecimento na oferta de qualidade no produto e serviço, minimizando a hostilidade e atestando acessibilidade. O exemplo serve para reflexão de como um discurso pode ser esvaziado e enfraquecido se não houver clareza das propostas, sensibilidade ao auditório ou objetividade nos valores defendidos quando confrontado por discursos de oposição.

O cinema nos presenteou com a célebre frase do filme “O Grande Desafio” (2007) “Quem é o Juiz? O juiz é Deus. E por que ele é Deus? Porque é Ele quem decide quem ganha e quem perde. Não o meu opositor. Quem é o meu opositor? Ele não existe. É apenas uma que discorda da verdade que eu digo”. A referida frase destaca a importância de não ser levado pelas circunstâncias desafiadoras e confrontadoras ao se discursar para um auditório, sobretudo quando o acordo prévio não está estabelecido ou estabelecido minimamente. A oposição apresentada neste contexto não se refere a um sujeito ou grupo de sujeitos, mas a oposição da própria verdade, do ideal defendido. O cerne é que não há confronto maior que o interno na instabilidade dos princípios e valores, os quais subsidiarão reflexões para a construção do discurso e, portanto, é necessário se manter firme “é só uma voz” e confiante na causa. Além disso, a soberania não é dada ao que professa, mas ao que delibera, ou seja, há uma espécie de divindade no auditório a qual o orador não pode acessar, pois este só será persuasivo se validado pelo outro e, quanto a isso, não pode forçar aceitação. O discurso embora seja originado no orador, excede suas competências ao ser proferido e passa a ser por si só capaz de mobilizar as paixões, produzir sentidos e gerar ações. A palavra que atravessa gerações e os ideais que transcendem o tempo.

Podemos perceber que existem elementos comuns nesses discursos memoráveis, os quais destacamos a mobilização das paixões aliadas a um linguagem descomplicada, tornando as palavras sensíveis e acolhedoras aos que ouvem ou lêem. Aproveitando o exemplo de Hitler, dado anteriormente, destacamos aqui o discurso feito no desfile de partidários nazistas em campanha eleitoral em Waldenburg, Alemanha: “Por catorze **longos** anos estes partidos **violaram** a liberdade dos alemães, **bateram** nos homens [alemães] com porretes. Se vocês votarem nos candidatos do Nacional-Socialismo, **acabaremos** com este

terror após dois a três meses de governo.”³⁸ Por estar discursando para partidários, já havia ali um acordo prévio bem consolidado na troca dos votos pelas melhorias no país. Em vista da urgência da causa que era ganhar a eleição, ele buscou nas paixões do auditório a validação, acessando sua indignação histórica e argumentando pelo senso de (in)justiça. Os grifos são os termos chave de sua fala e remetem, juntamente com seu tom de voz e expressões corporais, a uma dor reprimida e, então, ele se apresenta como a solução para terror, convencendo pela escassez, pois somente ele havia prometido algo tão grandioso em um intervalo de tempo tão curto. Com um histórico de fidelidade e resultados satisfatórios, argumentava também, mesmo não sendo componente direto deste discurso, por autoridade. Argumentar por autoridade, que era algo recorrente no discurso de Hitler, é, segundo Reboul (2004) a justificativa de uma afirmação baseando-se no valor de seu autor (...) Na vida comum, baseia-se na moralidade” já “em política, baseia-se no passado” e “em religião, baseia-se na revelação”.

Embora o argumento por autoridade seja marcado pela validação com base na confiabilidade da pessoa, este não é o único dentro da categoria de identidade. Há também o “ad hominem”, que visa fazer o oposto e desacreditar o outro em seus próprios feitos ou essência (REBOUL, 2004). O mesmo orador citado também constantemente utilizava deste argumento para desmoralizar e desumanizar os povos aos quais dizia ser superior, buscando no povo a legitimação de suas atrocidades. A difusão de seus ideais foi de uma caricatura que ridicularizava o povo judeu, até discursos para grandes massas solicitando que denunciem as pessoas às autoridades para enviá-las para os campos de concentração. Este tipo de argumento possui uma particularidade dos demais, por se caracterizar na redução ou eliminação do valor do indivíduo e é preciso um cuidado para não ultrapassar os limites, que já são bem estreitos. Outro exemplo, não tão impactante, é o de alguém que deixa de fazer uma venda sob a justificativa de que o outro não irá pagar ou que recusa um serviço por acreditar que este não será bem executado. De qualquer forma, é preciso atenção, sobretudo, quando estiver com o auditório voltado para si, pois ao recorrer a este argumento, pode-se quebrar o acordo estabelecido ou então, fixar uma barreira moral entre o auditório e o orador.

Ainda sobre os argumentos de coexistência, a dupla hierarquia e *a fortiori*, ou “com maior razão”. O primeiro consiste em estabelecer uma escala de valores entre termos, vinculando cada um deles aos de uma escala de valores já admitida (REBOUL, 2004, p. 178-179), é a relação das preferências, o que é preferível supera o que não é, o que é bom é

³⁸ Enciclopédia do Holocausto. **Hitler discursando em campanha eleitoral.** Museu do Holocausto.

superior ao que é mau (segundo a concepção de quem o diz). Entra então o argumento *a fortiori*, que recorre a uma racionalidade, mas só fará sentido se esta for de comum acordo. Aqui, é possível perceber uma abertura para contestação que perpassa o nexos entre as premissas ou então, a ordenação ou validade das hierarquias. Um exemplo é a fala de Paulo (1 Coríntios 1:25): “Porque a loucura de Deus é mais sábia que a sabedoria humana, e a fraqueza de Deus é mais forte que a força do homem”. Há neste trecho uma relação interessante para análise, dentre elas a desqualificação de um termo já admitido como superior para a qualificação do termo inferior pela autoridade do que o sujeito que lhe acompanha. É possível organizar o seguinte esquema de valores: Sabedoria > Loucura; Deus > Homem, mas no caso em questão, há uma inversão de ordens esperadas: Sabedoria de Deus > Loucura dos Homens. No entanto, há uma quebra de expectativas ao reorganizar os termos de maneira pouco convencional, admitindo não a virtude como superior, mas o sujeito, logo: Loucura de Deus > Sabedoria dos homens. Esse trecho remete a um conceito de que mesmo o que os homens têm de melhor para oferecer (sua sabedoria) é desprezível diante do que representa o divino. Os planos de Deus incompreendidos são superiores aos mais claros, objetivos e bem estruturados planos humanos. Vale destacar, que, em retórica, todas as premissas podem ser questionadas, inclusive esta, pois não há uma verdade absoluta, mas uma gama de possibilidades preferíveis ou não ao auditório. Portanto, o orador precisa estruturar bem seu discurso, de forma que este nada ou pouco tenha para se contestar e persuada. Para isso, é necessário conhecimento teórico e prático de estratégias discursivas, bem como uma sensibilidade ao meio e ao outro, fazendo com que elementos externos possam compor o discurso e enriquecê-lo de sentidos.

A grande estratégia da retórica é a observação atenta e consideração dessas observações no corpo e essência do discurso. Tiago³⁹, direcionando sua fala às doze tribos de Israel, apresenta um conselho: “meus amados irmãos, tenham isto em mente: Sejam todos prontos para ouvir, tardios para falar”. A força de sua premissa está na virtude da paciência, ou seja, aguardar pelo momento certo para se manifestar e domínio próprio, para que esta manifestação não venha prestar um desserviço à própria causa, mas atuar na defesa dos interesses do orador. Assim, a produção do discurso requer planejamento, obtenção e análise dos dados, ordenação e articulação das expressões, além de flexibilidade e sensibilidade ao

³⁹ Resgatamos neste texto algumas passagens do livro de Tiago por seu caráter exortativo e reflexões acerca do poder da palavra e coerência entre ações e discursos, o que é pertinente a este tópico. A abordagem do livro tem cunho complementar, ilustrativo e reflexivo. Não faz parte da análise, mas é importante para a construção dela.

auditório. Portanto, discursar, embora seja uma atividade própria dos seres humanos e com a qual estão familiarizados, requer uma série de habilidades e conhecimentos prévios, que, a depender da finalidade e auditório, podem exigir do orador um estudo aprofundado sobre o tema e o aprimoramento de técnicas oratórias. Pode-se concluir, então, que, o exercício da retórica tem potencial para o desenvolvimento de virtudes, tais como a paciência, o domínio próprio e a humildade.

É preciso tomar um cuidado especial com a afirmação anterior para que não sejamos iludidos ou levados a uma posição otimista de que a prática da retórica, por si só, é capaz de libertar os sujeitos dos vícios às virtudes. As transformações do homem são frutos dos confrontos perdidos e culpas admitidas. Só é possível transformar aquele que se permite ser transformado, não sendo mérito apenas do entusiasmo, mas também da humildade, reconhecendo as limitações e buscando desenvolver-se para alcançar seu ideal recentemente apropriado, para tornar-se melhor para si e para os outros. Todo discurso carrega consigo um potencial transformador, acionado perante a admissão das premissas do orador pelo auditório. Assim, podemos retomar o exemplo de Hitler que mobilizou seu auditório à transformação, porém, não com a finalidade que defendemos nesta pesquisa. Por outro lado, Jesus Cristo também mobilizou o seu auditório à transformação, mas este podemos tomar por exemplo, dado sua natureza acolhedora e democrática. A suma é que diferentes sujeitos, em tempos distintos e para objetivos opostos, fizeram uso da retórica para promover um espaço de mudança de ideais, hábitos e relações. Eis o questionamento que surge com o exemplo anterior: o que há de comum entre eles para que produzissem tamanha comoção, mesmo que em intenções conflitantes? A resposta é encontrada na própria retórica: uma boa argumentação.

4.2. ARGUMENTAÇÃO

Segundo Maritain (1964), a democracia é essencialmente cristã. Sua afirmação procede uma uma série de estudos e experiências das quais foi possível construir a referida premissa. No entanto, o auditório pode questioná-lo sobre sua veracidade ao formular um esquema lógico a partir de afirmações apresentadas, chamado na retórica de entimema. Pode-se, então, alegar, que: se a democracia é essencialmente cristã, cristãos são democráticos e não-cristãos pouco ou nada têm de democráticos em sua essência. Embora seja razoável a argumentação, ela peca ao se desvincular do contexto original de onde o fragmento foi extraído, negligenciando sua real proposta e consequentemente, sua conclusão.

Reside neste exemplo a consciência de que a argumentação não se constitui de um elemento apenas, mas de um conjunto que lhe dá sentido. Melhor é uma argumentação na medida que é clara e não dá margens para a interpretação de uma intenção que se desvincule e comprometa a ideia original, levando o auditório a reprimir a causa ao invés de ser persuadido. É necessário que o orador tenha um domínio da sua linha argumentativa e também dos valores de seu auditório que podem ou não lhes impulsionar a questionar as tais premissas defendidas.

Se o auditório é composto por cristãos, estes podem sentir-se valorizados e motivados a lutar pela causa do autor, mas se não pertencem aos cristãos e se pouco partilham de seus princípios, podem sentir-se marginalizados, desamparados e até atacados. Como já explicado na primeira parte destinada a abordar a causa da democracia na perspectiva do autor, não é sua intenção defender um grupo de pessoas, pois a Humanidade não pode justificar a si mesma, pois sua razão é fraca e falha, portanto, a razão mais coerente e admissível é a divina, na qual surge o ideal democrático. Se o auditório não estiver em acordo com a hierarquia estabelecida pelo autor, onde Deus é soberano ao homem e entre os homens não há relação vertical, as premissas podem ser questionadas. O que é verossímil neste exemplo é a aplicabilidade do conceito de democracia na sociedade e que, partindo de suas afirmações, é possível vislumbrar uma possibilidade de transformação social e fortalecimento do ideal democrático. O autor, então, argumenta pela autoridade e com autoridade, mas também apelando para as paixões, ao utilizar o exemplo da guerra, dor, sofrimento para causar sensibilidade e aversão ao horror, despertando um sentimento de urgência, disposição para enfrentamento e resgate da esperança, conseguido mediante a militância pelos valores cristãos. Podemos construir, aqui, um entimema de defesa da tese, mas que confronta os cristãos, ao invés de enaltecê-los como seres naturalmente democráticos: Se a democracia é essencialmente cristã, e nossa sociedade está distante desse ideal, é preciso resgatar os valores cristãos perdidos ao longo do tempo, dos quais os próprios cristãos se perderam.

Uma simples premissa pode proporcionar a criação de inúmeras outras e dar origem às mais diversas causas, sejam elas favoráveis ou contrárias à primeira, nomeada como premissa maior. Essa premissa maior é a afirmação mais geral, que engloba um conjunto de pessoas, objetos, situações ou conceitos. Já a premissa menor, é construída a partir da fragmentação de um dos elementos que compõem a premissa maior. Tomemos por exemplo a premissa maior (PM) e Premissa menor (Pm):

- É dever do **cristianismo** defender a democracia - Cristianismo representa um grupo de pessoas;
- O falso **cristão** é negligente às causas sociais e reprime a liberdade de seus irmãos - Cristão é uma parte do que compõe o cristianismo

Destas premissas, é possível extrair mais algumas, chamadas de conclusão, pois estas partem da relação estabelecida entre a maior e menor, produzindo uma finalização para a ideia, mas não finaliza a discussão ou o desenvolvimento dela.

- Há, dentro do cristianismo cristãos verdadeiro e cristãos falsos e o que vai determinar em qual grupo estão inseridos é sua relação com a democracia
- A Democracia é a defesa das causas sociais e valorização da liberdade dos irmãos (aqui cabe o questionamento: que tipo de irmandade é esta? Irmãos exclusivamente cristãos? Cristãos e não-cristãos? Cristãos verdadeiros e cristãos falsos?)
- É responsabilidade do cristianismo dar cumprimento à justiça social e liberdade

É possível contestar sobre a conceituação de cristianismo, cristão, democracia, oferecidos pelo orador do exemplo, bem como exigir que sejam especificados os valores atribuídos à justiça social e liberdade, para uma melhor compreensão e uma possível admissão dessas atribuições. A definição é um outro recurso retórico de argumentação importante para quem integra uma causa, sobretudo se esta, como a referida acima, tratar de assuntos complexos e que não foram estabelecidos parâmetros ou conceitos sólidos. A subjetividade do discurso é por um lado uma aliado ao permitir que uma afirmação vaga seja admitida, como “ser um bom cristão é defender o cristianismo”, conhecido também como falácia argumentativa ou sofisma⁴⁰. Como também pode ser um grande problema, se o auditório está interessado em suas implicações: “O que o cristão deve fazer?”, “o que o cristianismo prega?”, “como um cristão pode defender esse cristianismo?”.

Sabendo que as premissas assumem um papel importante na compreensão de um discurso e não podem ser analisadas isoladamente, e, que as conclusões, assim como as premissas podem ser contestadas, precisamos tomar um cuidado com as conclusões apresentadas, apesar de não serem necessárias para a construção de sentidos de um discurso.

⁴⁰ O termo *sofisma* carrega um tom pejorativo, e, embora tenha sido usado no texto para enriquecer o repertório da pesquisa de termos retóricos quanto ao grupo dos argumentos *quase lógicos*, foi substituído no decorrer da pesquisa por *Tautologia* (Fiorin, 2015) e *Petição de princípio*.

O orador pode ou não facilitar o caminho para que o auditório seja levado diretamente ao seu objetivo, ou pode, então, lançar premissas e aguardar que o próprio auditório lhe retorne com suas considerações. A estratégia de permitir essa participação está em, mas não só, compreender quais são as expectativas, experiências e sentidos que foram produzidos. Se um professor chega diante de sua turma e diz: “A educação no Brasil está em decadência, pois não temos recursos o suficiente nem mesmo para custear as despesas mais básicas como água e luz. Felizmente, nossa escola recebeu hoje os insumos adquiridos no mês passado. Vamos até a sala ao lado para ver.” Embora não tenha chegado a uma conclusão e tenha desviado a atenção do assunto, certamente uma conclusão pode ser retirada: embora a educação do Brasil esteja em decadência, segundo suas definições, a escola em questão, mesmo pertencendo ao território brasileiro, está em ascensão. Esta escola é diferenciada e pode ser tomada por exemplo para as demais, dando até margem para uma argumentação pela superação e em defesa da meritocracia.

Há de se considerar que uma boa argumentação nem sempre está ligada à persuasão do outro, pois há um limite a ser debatido que é o ético. No exemplo acima, supondo uma intenção meritocrática, o professor se vale de um acontecimento específico para argumentar sobre algo mais amplo, geral. Logo, “se esta escola recebe a mesma quantidade de dinheiro que a escola X, e esta compra computadores enquanto a outra não consegue comprar alimentos, a falha não está no sistema, mas na gestão”. Esta premissa é razoável, mas só se considerarmos que ambas estão inseridas na mesma realidade. Trazer à luz um único elemento pode mudar a percepção e contestar a afirmação, como o número de alunos. Na escola deste professor são duzentos alunos, enquanto na escola X são quinhentos, mais que o dobro. Ou então, se levantarmos os gastos com reparos, já que a escola X foi assaltada ou inundada com as fortes chuvas. Portanto, o orador ao proferir seu discurso, é atravessado pela eficácia (persuasão) ou a honestidade com seu auditório. Nesse sentido, as tautologias e as (in)conclusões são recursos retóricos com grande adesão, dada a sua subjetividade (REBOUL, 2004, p. 97-100) e podem levar, seja intencional ou não, o auditório a aderir premissas vagas ou falsas em nome da ignorância e carência.

Resumidamente, os argumentos são “proposições destinadas a levar à admissão de outra” (REBOUL, 2004, p.92), são sempre questionáveis e compõem um processo de reflexão, organização e (re)produção de ideias. Podem estar destinados aos mais diversos auditórios, como o universal (um grupo genérico de indivíduos), especializado (com domínio

de algum conhecimento ou habilidade) ou particular (subjetivo e passional⁴¹), mas para serem bons, estes argumentos além de conhecerem seu alvo, devem também trabalhar para diminuir o distanciamento e estabelecer acordos prévios, caso já não estejam estabelecidos. Somado à oratória, a argumentação compõem a retórica e permite ao orador, infinitas possibilidades de atuação nas mais distintas causas, cabendo a ele a compreensão e adequação aos limites da ética. Se este orador decide por ser (des) honesto, esta é uma escolha individual e intransferível, não sendo, então, responsabilidade da retórica dignificar o sujeito que discursa ou o auditório a qual se destina. A retórica é, portanto, um caminho de reflexão e (auto) conhecimento, por onde transitam os homens, quer estejam conscientes disso ou não. Zigzagueiam, eles, na defesa de suas causas e ataque das alheias, aderem às de outros homens, elegem o preferível aos seus olhos, reprovam o abominável e negociam insistentemente e instintivamente, fortalecendo ou enfraquecendo seus princípios e valores à medida que as premissas razoáveis cruzam seus caminhos e os bons oradores - dominadores da língua, da postura e da emoção, lhes convencem da forma como deve ser, fazer e viver.

Se há uma complexidade na comunicação, que impede ou dificulta a mensagem de ser compartilhada com o outro, ou melhor, que uma premissa seja analisada e admitida pelo auditório, é preciso considerar os meios de garantir que essa barreira seja quebrada para que as ideias do orador possam subsistir. Havendo para o auditório um desnivelamento de compreensões sobre determinado tema, seja pela linguagem técnica ou falta de repertório para assimilação, cabe ao orador desenvolver recursos que possibilitem que seus esforços e estudos sobre a retórica não sejam desperdiçados. Surgem aí, os tropos e figuras retóricas, que ampliam a percepção de mundo do auditório por meio de conexões com as situações cotidianas. O trivial passa ao extraordinário. O complexo passa a ser simples e o auditório passa da ignorância ao conhecimento. Não podemos, entretanto, adotar um argumento de superação, de que a utilização destes recursos necessariamente assumirá uma característica transformadora em todos aqueles ou aquilo em que perpassa. A chave é a sobriedade. A utilização otimiza e facilita a compreensão, mas também embeleza e enriquece as produções de sensibilidade, quando as palavras já não são capazes de expressar, descrever ou apresentar aquilo que o orador quer, sente e pensa.

A beleza dos discursos que adotam os tropos e figuras retóricas reside na ilustração da realidade, sobretudo, na livre expressão de uma ideia que excede o nosso vocabulário ou entendimento. Encontramos no discurso do Jesus histórico a utilização sistemática desses

⁴¹ Relativo às paixões, na concepção da retórica. Um tipo de auditório mobilizado por emoções e sentimentos

recursos para explicar ao povo da terra com coisas terrenas, as maravilhas celestiais. Em uma passagem bíblica de João, Jesus discursava para o povo sobre o Reino de Deus, entre os quais estava Nicodemos, uma autoridade judaica e grande conhecedor das escrituras sagradas. Ao ouvir sobre o renascimento proporcionado pelo evangelho, o fariseu pergunta a Jesus sobre como poderia se dar isso, em vista de que não se pode retornar ao ventre materno. Respondeu-lhe, então, Jesus, dizendo:

Asseguro-lhe que nós falamos do que conhecemos e testemunhamos do que vimos, mas mesmo assim vocês não aceitam o nosso testemunho. Eu lhes falei de coisas terrenas e vocês não creram; como crerão se lhes falar de coisas celestiais? Ninguém jamais subiu ao céu, a não ser aquele que veio do céu: o Filho do homem. (João 3:11-13).

Quando dizia a respeito do novo nascimento, Jesus utilizou uma metáfora, simbolizando uma mudança de vida, uma transformação tão profunda que seria como iniciar a vida do zero. No entanto, Nicodemos não compreendeu a mensagem.

Ainda neste capítulo, João narra a resposta de Jesus e a utilização de outro recurso para ilustrar acerca da salvação, se referindo ao seu protagonismo e função messiânica, estabelecendo um paralelo entre a bondade e a luz e a maldade e as trevas, entre Deus e a bondade e os homens e a maldade, e, ainda, os homens tementes a Deus e verdade: “Este é o julgamento: a luz veio ao mundo [Jesus], mas os homens amaram as trevas, e não a luz, porque as suas obras eram más.” Continua a analogia com caráter reflexivo: “Quem pratica o mal odeia a luz e não se aproxima da luz, temendo que as suas obras sejam manifestas. Mas quem pratica a verdade vem para a luz, para que se veja claramente que as suas obras são realizadas por intermédio de Deus”. Ao dialogar com um homem que possuía uma instrução ímpar e era letrado nas escrituras sagradas, se podia julgar uma compreensão que excederia a do povo, mas na realidade, estavam igualmente confusos, pois a analogia de Jesus fugia de sua visão finita de realidade. Percebendo e reconhecendo essa limitação “Ninguém jamais subiu ao céu, a não ser aquele que veio do céu: o Filho do homem” (João 3:13), começou a discursar trazendo elementos naturais (luz e trevas), culturais (bondade e maldade), religioso (Deus e o mal) para dar subsídios no entendimento do porquê do novo nascimento e da sua vinda ao mundo. Inferimos, aqui, que, para que o povo compreendesse suas premissas complexas de uma realidade em dimensão intangível e irreconhecível, era necessário adaptar o discurso e adotar uma linguagem descomplicada e acessível, para que fossem persuadidos e salvos pela sua pregação.

Tendo levantado essas considerações, passamos para outra fase desta pesquisa, que é a análise da argumentação do Jesus histórico, objetivando a reflexão sobre como os tropos e figuras de retórica podem democratizar e dar sentidos ao discurso e, em seguida, qual é a contribuição desta proposta pedagógica para a educação na Contemporaneidade.

4.3. O DISCURSO DO JESUS HISTÓRICO

A argumentação do Jesus histórico é rica em tropos e figuras de retórica, possibilitando ao auditório a compreensão e participação dos debates acerca dos temas levantados por ele, geralmente abrangem cultura, política e religião, com ênfase no caráter messiânico, claro. Ao tratar de assuntos que envolvem uma certa complexidade, sobretudo pela sua posição de destaque por ser o cumprimento das profecias bíblicas, segundo a perspectiva do cristianismo, o orador (Jesus) recorreu a uma intervenção que considerava o contexto, a história e a realidade do povo. Assim, resgatou os princípios da Torá e narrativas bíblicas para sustentar suas argumentações e defender-se de seus acusadores, bem como também usava o cotidiano como exemplo para enaltecer ou criticar algo, tomando os valores de sua pregação, a qual afirmava ser a vontade e manifestação de Deus, como orientador para a conduta humana.

Embora seus discursos tenham um valor histórico imensurável, temos que destacar que nele, embora haja um teor revolucionário, não é, do ponto de vista da retórica, novidade. Na Antiguidade, os gregos, romanos e judeus já utilizavam desses recursos para comunicar-se com grupos menos instruídos ou então, para adornar suas argumentações. A consagração do discurso do Jesus histórico está na essência do discurso: igualdade dos homens perante Deus e a morte⁴² e submissão à Deus (termo que exprime a própria noção de democracia, como apresentado anteriormente no primeiro capítulo). Mesmo sendo revolucionária, o cerne de sua argumentação não seria o suficiente para o fim desejado sem o uso de uma comunicação atrativa. Portanto, apropriando-se da linguagem corrente de seu tempo, o Jesus histórico passa a argumentar pelas metáforas, levando seu auditório ao inquietamento, reflexão e à metanoia.

Para analisarmos seu discurso, precisamos esclarecer algumas questões sobre a própria natureza da análise, especialmente sobre sua fundamentação, em vista de que a

⁴² Nesse sentido, não se pode fragmentar a morte de Deus, pois se dEle é o domínio da eternidade, a morte é necessariamente o ato de tomar para si o espírito concedido ao homem e demais criaturas. Deus é a vida e a morte, simultaneamente.

comunidade acadêmica tem contribuído significativamente para os estudos sobre a vida e atuação de Jesus, mas de forma conflitante. Nos posicionamos favoráveis a uma pesquisa que considera indivisivelmente o contexto sócio-histórico-político-religioso dos manuscritos bíblicos, o que reflete também na perspectiva adotada para analisar mais precisamente as figuras de retóricas utilizadas, buscando não cometer o equívoco (e aqui nos desculpamos antecipadamente se o fizermos) de reduzir o caráter das metáforas ou limitá-las. Adotamos a perspectiva de Snodgrass (2010), pois seu trabalho apresenta, dentre os demais autores, maior solidez. Portanto, assumimos que o propósito dos discursos de Jesus não era impor barreiras ao entendimento acerca do Reino de Deus e tampouco confundir o povo sobre as questões celestiais, mas facilitar sua compreensão e tornar a salvação acessível (MONA, 2017). Para isso, desenvolvemos uma estrutura que acreditamos ser bem objetiva e clara para o entendimento das parábolas e propósitos do Jesus histórico ao utilizá-las em sua docência ministerial.

4.3.1. Parábolas e analogias

As parábolas de Jesus assumem um caráter particular de reflexão e ensino, pois sua intenção, segundo nos parece razoável inferir, era a de consolidar um ministério escatológico com membros implicados nos princípios e valores ensinados por ele e dispostos ao compartilhamento com os outros, quer sejam de sua comunidade, quer sejam estrangeiros. Sua proposta de não-acepção de pessoas demandava acolhimento da diversidade e posicionamento firme diante das dificuldades da trajetória. Então, como saíam os homens de sua vida comum e confortável para assumir a linha de frente de um grupo cujo objetivo era a defesa de ideias, mesmo lhes custando a morte? Ao que tudo indica, Jesus era muito persuasivo. No entanto, sua pregação não era tão radical, pelo menos não em alguns pontos. Usando da sutileza, Jesus apresentava ao povo situações e personagens fictícios e aguardava pela sua manifestação, para então, ensinar-lhes sobre as coisas espirituais. Podemos dizer que sua estratégia retórica é a figura retórica, mas qual?

Utilizaremos nesta etapa as parábolas como figuras retóricas, em vista de seu caráter persuasivo. Anunciamos antecipadamente que foram selecionadas quatro parábolas dentre as muitas, por sua contribuição singular para a nossa proposta de contribuição para formação docente. Estas pertencem ao grupo “discipulado”, uma das divisões possíveis para categorizar as parábolas por temas. Adiante retomamos com as considerações sobre este tópico, onde

cada uma terá sua análise individualmente e encerrada por esquemas de assimilação, para sistematizar as informações e proporcionar uma compreensão mais detalhada sobre a análise.

A princípio, pelo título “parábolas e analogias” possa parecer óbvia a pergunta, mas não é, porque encontramos nas definições uma série de caminhos que nos levam a diferentes metodologias de análise e compreensão do que de fato é uma parábola e uma analogia. Na consulta ao dicionário de língua portuguesa Michaelis (2015)⁴³, parábola pode ser definida como uma comparação que ilustra uma verdade moral indiretamente, já a analogia é a semelhança entre elementos, gerando correspondência entre elas, resumidamente. Mora e Oliveira (2017) destacam a definição de diversos autores acerca das parábolas, desde os períodos Patrístico e Idade Média até a Modernidade, destacando as contribuições para os estudos sobre parábolas e apontando lacunas nas quais a utilização da metodologia pode implicar equívocos. A partir deste trabalho, foi possível considerar outras possibilidades que permitissem uma análise mais sensível e crítica, onde encontramos em Snodgrass (2010) uma abordagem que não é tão radical, a ponto de destrinchar palavra por palavra, tornando a análise tão específica que lhe retira os sentidos ou então, que se refere a algo concreto e perde o seu teor subjetivo, ou ainda, de dar uma abertura tão grande às parábolas, que qualquer um pode lhes atribuir um significado, de acordo com seus interesses (MORA; OLIVEIRA, 2017). Adotamos por metodologia da análise do discurso do Jesus histórico que “cada parábola precisa ser abordada de maneira exclusiva e não se deve pressupor que o seu desenvolvimento ocorre com o das demais”, considerando que o contexto, linguagem e sujeitos envolvidos influenciam a própria dinâmica da parábola. As analogias presentes no discurso estão inseridas dentro das parábolas e por fins didáticos passamos a tratá-las de forma mais geral. Ao momento que for interessante abordá-las isoladamente, resgataremos o termo.

Ao se falar sobre as figuras de retóricas, é comum reduzi-las a uma metáfora ou ilustração, mas as parábolas, no caso do discurso de Jesus, não são apenas ilustrações ou abstrações, mas envolvem uma relação com as coisas do mundo concreto e tempo presente. Portanto, as definições são incompetentes para expressar plenamente o que são as parábolas, mas isso não significa que não devemos nos esforçar na busca de uma que melhor lhe representa. Uma alternativa interessante para pensarmos sobre a natureza da parábola é seu objetivo imediato que é “ser algo bastante atraente e, ao ser atraente, ela redireciona a atenção e desarma o ouvinte. O objetivo final de uma parábola é despertar uma compreensão mais

⁴³ Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa - versão online

aprofundada, estimular a consciência e levar os ouvintes a uma ação”⁴⁴. Se considerarmos esses objetivos, o discurso retórico de Jesus, suas “histórias com propósitos”, segundo Snodgrass (2010), é uma poderosa ferramenta de levar o auditório à transformação, sem se dirigir diretamente a ele. Segundo Reboul (2004 , p. 131), “existe uma pedagogia muito antiga, a do mistério, que consiste em retardar a solução para incitar o discípulo a buscá-la”. Cada um é confrontado pela sua própria conclusão e estabelece para si novos padrões de conduta e vida. Portanto, “a parábola é uma analogia ampliada utilizada para convencer e persuadir”⁴⁵.

Se considerarmos a diversidade dos auditórios, em suas expectativas e experiências múltiplas, precisamos considerar também a possibilidade de abordar as parábolas (como é o caso em questão) de uma forma ampla e simultaneamente específica. Ampla no sentido de envolver a todo o auditório, buscando nos elementos mais gerais, intercessões e, específica, para que a mensagem seja compreendida dentro das finalidades propostas pelo orador. Portanto, Snodgrass (2010) propõe uma categorização das parábolas para um estudo mais didático, mas enfatiza que as definições são imprecisas e, por vezes, inúteis, por isso, é preciso cuidado. Reconhecida a extrapolação dos limites de classificação humana e destacado que o objetivo é a de compreensão das similaridades e distinções para reflexão sobre sua organização, funcionamento e característica, e não para sua compreensão em si mesma, passamos agora para a ordenação proposta pelo autor com adaptações nossas, na qual, reunimos no quadro abaixo seus pontos principais:

⁴⁴ Snodgrass, 2010, p. 34

⁴⁵ Idem 9

TIPOS DE PARÁBOLAS					
IMAGEM	REFLEXIVA	NARRATIVA			
Similaridades	Interrogativas	Narrativas	Jurídica	Indireta simples ou Histórias de exemplo	"Quanto mais"
Comparação explícita utilizando o "como". São imagens ampliadas relacionadas com acontecimentos ou elementos da vida comum, quer sejam verdadeiros ou não.	Situação hipotética que força a resposta de uma pergunta para transferir sua resposta em outra área. A pergunta, frequentemente chamada de "retórica" já pressupõe a resposta do auditório.	Metáforas ampliadas em analogias narrativas com estruturação. É uma comparação implícita que não utiliza o termo "como". Narra um evento específico para transmitir uma verdade moral ou espiritual	Similar a Interrogativa; Evoca a autocondenação do ouvinte com auxílio de uma situação hipotética para transferir o julgamento para si, conforme o fez à figura	Objetiva apresentar uma personagem positiva, negativa ou ambos para servir de exemplo a ser (ou não) seguido pelo auditório	Essa categoria é determinada pela função da parábola. Busca enaltecer um sujeito em relação ao outro, contrastando suas essências e ações, seja de forma implícita ou explícita
"E vendo as multidões, teve grande compaixão delas, porque andavam cansadas e desgarradas, como ovelhas que não têm pastor. (Mateus 9:36)	" Qual de vós , se seu filho pedir pão, lhe dará uma pedra?" (Mateus 7:9)	Vós sois o sal da terra; e se o sal for insípido, com que se há de salgar? Para nada mais presta senão para se lançar fora, e ser pisado pelos homens. (Mateus 5:13)	Então Davi encheu-se de ira contra o homem e disse a Natã: "Juro pelo nome do Senhor que o homem que fez isso merece a morte! " "Você é esse homem!", disse Natã a Davi. (2 Samuel 12: 5 e 7)	"Vá e faça o mesmo " (Lucas 10:37)	Pois se vós, sendo maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais dará o Pai celestial o Espírito Santo àqueles que lho pedirem? (Lucas 11:13)

Tabela 4⁴⁶

Embora a tabela acima seja bem didática e objetiva, devemos considerar algumas coisas: esta não é a única forma de categorizar as parábolas, inclusive, há um grande debate, por exemplo, sobre as alegorias e se compõem ou não um subgrupo das parábolas, qual a finalidade das parábolas de Jesus e outras questões técnicas. Nesta pesquisa, as alegorias são consideradas, mas não fragmentadas das parábolas e nem nos permitimos alegorizar nossa própria análise. É importante destacar que "todas as parábolas, salvo as indiretas simples ["histórias de exemplo" e "quanto mais"], são metafóricas/alegóricas no sentido de refletirem uma realidade que está no exterior delas mesmas" (Snodgrass, 2010, p. 46), e as demais, recorrem a um certo nível de realidade, em sua própria estrutura, seu interior. A parábola do Bom Samaritano, por exemplo, não trata apenas da assimilação a uma realidade paralela, como a relação de Deus e o homem, mas também da própria relação cultural entre os judeus e os samaritanos. Portanto, para uma análise mais fiel, cada parábola deve ser entendida em seu contexto. Todavia, podemos resumir as características das parábolas de Jesus, que se fazem presentes na maioria (para não dizer todas).

As parábolas eram objetivas e com poucos detalhes e personagens, dando ênfase apenas ao que era significativo para a assimilação da mensagem e retirando do corpo do discurso o excesso de informações. O protagonismo dos personagens revelava algum traço de

⁴⁶ A tabela em questão é uma síntese do trabalho de Snodgrass (2010), mas não é um fragmento de sua obra. Sua construção é autoral, mas reproduzimos alguns termos próprios da pesquisa referenciada

personalidade, quer seja como exemplo, como o Bom Samaritano, quer não, como o Servo Infiel, e estavam sempre dentro de uma dinâmica social, cultural, política e religiosa conhecida e natural a todos do auditório. Portanto, ao estabelecer esse acordo prévio e trazer para suas parábolas esses elementos cotidianos, era despertado um profundo interesse, sobretudo quando eram surpreendidos por alguma situação inusitada ou inversão de valores ou papéis, sendo atraídos pelo absurdo. As parábolas também se valem do exagero, da impossibilidade e dos monólogos, demandando a reflexão sobre as questões narradas e exigindo um posicionamento favorável ou contrário ao que foi dito, trazendo o auditório para a participação. “Elas normalmente exigem que o ouvinte/leitor faça um juízo acerca dos acontecimentos da história relatada para, depois, exigir que faça um juízo semelhante sobre questões religiosas”⁴⁷, assim, Jesus encurralava seu auditório, assim como Natã fez com Davi, no exemplo da tabela, para que agissem com coerência, especialmente em casos onde o povo justificava a si mesmos, mesmo apontando os erros similares de outros e exigindo uma punição severa a estes.

A hipocrisia do povo judeu era constantemente referenciada nas passagens bíblicas, até mesmo pelo próprio Jesus, como na do Bom Samaritano, que teve mais misericórdia do homem violentado do que os grandes líderes religiosos, ditos próximos de Deus. A argumentação por parábolas jurídicas e interrogativas era fundamental nesse contexto, para que o juízo de si não fosse brando e do outro, rígido, conforme os interesses daqueles que julgavam a causa. Era preciso avaliar o contexto, pois o desconsiderando, o discurso não faria efeito naquele momento e tampouco faria hoje. Tanto que, nas parábolas greco-romanas e rabínicas era o contexto que lhes dava sentido e só era possível uma real assimilação se esse auditório também pertencia ou pelo menos conhecia a realidade tratada e os elementos que a compunham.

Considerando seu contexto enquanto judeu, era essencial para a fundamentação do discurso e produção de sentidos nas parábolas, que Jesus abordasse as questões do judaísmo, especialmente a Torá. Para além de sua messianidade, a concepção de seu povo era teocêntrica e isso exigia que os valores compartilhados fossem originados e destinados à divindade. Se somados à sua função de salvador, enviado por Deus, segundo o cristianismo, era quase que óbvio que sua argumentação teria um teor religioso. No entanto, embora abordasse o assunto frequentemente, utilizava de analogias e metáforas das coisas terrenas sem expressar diretamente sua intenção em tratar das espirituais. Enquanto o auditório

⁴⁷ SNODGRASS, 2010, p. 48

assimilava, julgava e debatia sobre a interpretação, ele os avaliava em seus posicionamentos e intervinha com a solução ou inseria dentro do diálogo seu objetivo.

Embora não tratasse diretamente sobre si, mas sobre Deus, seu Reino e a eternidade, Jesus era representado implicitamente em cada uma das histórias, ao considerar que é parte de Deus e o próprio Deus. Apesar disso, não se posiciona como protagonista da história, mantendo um certo distanciamento estratégico, para que possa mediar de forma mais próxima as reflexões sobre a transformação do homem pela palavra, a começar pelo seu reconhecimento de erros. Retorna ao Antigo Testamento para fundamentar suas palavras e ações, se colocando como mestre, mas também, como aprendiz, uma vez que preciso estar juntamente com as demais crianças e jovens nos templos para aprender sobre a Torá. Enquanto Deus é representado nas histórias como rei ou pai (posições que evocam autoridade), ele se coloca como cordeiro, símbolo de mansidão e sacrifício. Podemos inferir que todas essas coisas fazem parte da narrativa do Jesus histórico, desde seu discurso propriamente dito com os elementos retóricos já citados, como até mesmo a construção de uma imagem serena e humilde, corajosa e forte, um arquétipo de salvador, herói. É possível vermos, também, um arquétipo de sabedoria⁴⁸, que nos conduz a uma percepção de docência, mas com uma característica peculiar que destoa da visão que temos de professores na educação tradicional. Ele se mostra como alguém que ensina de forma respeitosa, incentivando a participação, confrontando e acolhendo as ideias e permitindo ao aluno uma participação ativa em sua própria educação através da consideração de suas contribuições.

4.3.2. Análise das parábolas

Para compreendermos melhor o trabalho deste professor empenhado no seu objetivo pedagógico de evangelização através das figuras de retóricas, precisamos filtrar qual das muitas parábolas utilizaremos para fazer a análise. Podemos dividi-las em alguns grupos temáticos: responsabilidade, perdas significativas, Reino presente, destinados à Israel, discipulado, dinheiro, Deus, oração, escatologia futura, humildade e sementeira. Embora cada um tenha profundas contribuições para a reflexão sobre a construção de um discurso persuasivo e pedagógico, não há tempo hábil para o desenvolvimento de todos, logo,

⁴⁸ Não tomamos por arquétipo uma versão apenas visual, aparente, mas um conjunto de elementos que nos direcionam a crer que aquela pessoa, neste caso, Jesus, é alguém dotado de inteligência.

deixamos estes temas para uma produção futura. Escolhemos dentre eles o grupo de parábolas acerca do discipulado, pois este é um claro convite de Jesus para a formação, mas fizemos também um apanhado de pontos centrais das parábolas do semeador (semeadura) e fariseu e publicano (humildade).

4.3.2.1. Parábolas sobre o discipulado:

4.3.2.1.1. Dois alicerces (Mt 7:24-27; Lc 6:47-49)

“Todo aquele, pois, que escuta estas minhas palavras, e as pratica, **assemelhá-lo-ei ao** homem prudente, que edificou a sua casa sobre a rocha;

E desceu a chuva, e correram rios, e assopraram ventos, e combateram aquela casa, e não caiu, porque estava edificada sobre a rocha.

E aquele que ouve estas minhas palavras, e não as cumpre, **compará-lo-ei ao** homem insensato, que edificou a sua casa sobre a areia;

E desceu a chuva, e correram rios, e assopraram ventos, e combateram aquela casa, e caiu, e foi grande a sua queda.” (Mateus 7:24-27)

A parábola apresentada, assim como todo o grupo de parábolas é uma de pensamento oriunda da alegoria, pode ser classificada inicialmente como *síncrese* ou *antítese*, pois é uma comparação entre opostos por justaposição. Há nos escritos judaicos primitivos, referências interessantes sobre questões abordadas nas parábolas do Jesus histórico: “Ahiqar 168(75): ‘A cidade dos ímpios será varrida nos dias da tempestade e os seus portões cairão em ruína...’”⁴⁹; “Sir 22.16-18: ‘Uma viga de madeira firmemente fixada a uma edificação não se solta com um terremoto; assim também a mente firmemente determinada depois da reflexão não temerá uma crise [...] o tolo não permanecerá firme diante dos diversos temores’”⁵⁰; “1 QH 14:22-32: ‘[...] Tu [Deus] colocas o meu alicerce sobre a rocha e firmas as vigas no tamanho correto e a tua linha de prumo testou as pedras para a edificação de uma fortaleza que não se abalará’”⁵¹. Além desses exemplos, há outros, mas precisamos ser objetivas. Apresentamos estes por serem pertencentes a cultura judaica e possivelmente fizeram parte da educação de Jesus. Destacamos que a utilização das edificações em parábolas vem desde o

⁴⁹ SNODGRASS, 2010, p. 462

⁵⁰ Idem 13

⁵¹ Idem 13

Antigo Testamento, pois se trata de uma prática que acompanha o homem desde os primórdios, representa segurança e carece de recursos e esforços para ser erguida. Assim, muitas metáforas e analogias podem ser construídas a partir dela.

O contexto da passagem citada é o Sermão da Montanha, conhecido como o discurso mais memorável de Jesus, dadas suas características de consolação e exortação. Consolação pois nos capítulos anteriores, em Mateus 5, Jesus discursa sobre esperança e redenção em um sequência de bem-aventuranças, utilizando de oxímoros⁵² para intensificar suas falas. Em seguida, exorta sobre a hipocrisia e desobediência, e aqui entra a citação acima. Jesus é bem explícito e deixa pouca margem (eu nenhuma, arriscaria dizer) sobre a relação dos sujeitos com o conhecimento da palavra e as consequências de suas ações. Alerta aos seus discípulos sobre a importância da submissão à palavra de Deus, apresentando esta obediência não como um fardo, mas como uma medida de segurança. Apresenta a mesma situação para ambos “correram rios, e assopraram ventos, e combateram aquela casa”, mas diferentes resultados: a primeira “não caiu, porque estava edificada sobre a rocha”, já a segunda, omite o fato de estar edificada sobre a areia, interrompendo o ritmo da parábola (indicado pela repetição de alguns termos chave), e dá ênfase à devastação, comovendo o auditório “caiu, e foi **grande** a sua queda.”

Resumidamente, essa passagem tem um cunho profundamente retórico e pedagógico, pois busca persuadir seus discípulos à obediência e pedagógico ao estar orientando cada um não só para sua própria vida, mas também para a formação de demais discípulos. Basicamente, o Sermão da Montanha, segundo podemos inferir, foi um momento de formação docente para propagação do evangelho segundo as proposições estabelecidas por Jesus. Ali foram instruídos de forma sistemática sobre a conduta moral e, sabendo que era chegada sua hora, “despediu-se” com uma grande aula de como ser um bom professor, mas antes disso, como ser um bom aluno.

⁵² Termos que inicialmente parecem excluir-se a si mesmos por sua oposição, mas que são, na verdade, empregados para reforçar uma expressão: “bem aventurados [felizes, abençoados] os que choram”

DOIS ALICERCES (Mt 7:24-27)		
Estrutura da parábola	Características	Contribuição para a formação
Utiliza antítese - Comparação por justaposição - como recurso narrativo	<ul style="list-style-type: none"> • Homem prudente • Homem insensato • Edificada sobre a rocha • Edificada sobre a areia • Não caiu • Foi grande a sua queda 	<p>A repetição de termos opostos possibilita a assimilação de que diferentes valores e propostas que produzem diferentes resultados. Dentro da parábola, associava insensato/areia/queda, mas no cotidiano, o professor contribui para a construção de valores ao contrastar ações, ideias, pessoas e resultados. É preciso tomar muito cuidado para não promover nas afirmações dualismos, limitando a diversidade e atribuindo a um sujeito, objeto ou grupo uma função positiva ou negativa, a depender das experiências e expectativas do auditório.</p> <p>Ex: Vermelho é a cor do comunismo /O comunismo é violento / Quem usa vermelho é comunista e violento.</p> <p>A bandeira do Brasil é verde e amarela / O brasileiro que usa verde e amarelo tem orgulho do Brasil/ Brasileiro que usa vermelho não ama o Brasil e é comunista.</p>
Parábola Narrativa	<ul style="list-style-type: none"> • Assemelha-lo-ei • Compará-lo-ei 	A utilização das parábolas tem como finalidade a ilustração de uma verdade abstrata para assimilação da realidade concreta . Opera em uma dinâmica de democratização, acessibilidade e participação do conhecimento .
Ritimação por repetição de termos (anáfora)	"E desceu a chuva, correram os rios e assopraram os ventos, e combateram aquela casa"	A estética precisa ser considerada para trazer ao discurso encantamento e cativar a atenção . Na previsibilidade pode-se gerar surpresas
Temática de domínio do auditório	<ul style="list-style-type: none"> • Edificação de casas 	A utilização de termos e exemplos próximos da realidade do educando reduzem as desigualdades professor-aluno e possibilitam o diálogo e melhora a assimilação do que se pretende ser ensinado.

Tabela 5

4.3.2.1.2. O bom samaritano (Lc 10:25-37)

“E eis que se levantou um certo doutor da lei, tentando-o, e dizendo: Mestre, que farei para herdar a vida eterna?

E ele lhe disse: **Que está escrito na lei? Como lês?**

E, respondendo ele, disse: Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todas as tuas forças, e de todo o teu entendimento, e ao teu próximo como a ti mesmo.

E disse-lhe: Respondeste bem; **faze isso**, e viverás.”

Devido a extensão dessa passagem, a fragmentamos em duas partes. A primeira acima, nos apresenta uma característica interessante da argumentação de Jesus, que, ao invés de respondê-lo, replicou sua pergunta com outra: “Que está escrito na lei?”, o que nos leva a pericope de Marcos 12: 28-34, quando um escriba lhe questiona sobre os mandamentos, reforçando a importância do conhecimento da Torá para conduta moral. Ao questioná-lo sobre a lei, Jesus buscou (ao que tudo indica) que este refletisse sobre a lei e não a citasse simplesmente, e, por isso, o questiona “como lês”? Aqui, Jesus traz à luz que a lei também pode ser interpretada. Embora não tenha sido abordada essa questão nesse trecho, podemos

ver aí uma brecha para a hermenêutica, tratando algumas passagens com um caráter mais subjetivo e metafórico, quando for o caso.

Podemos notar aqui uma proposta pedagógica de protagonismo e desenvolvimento da própria argumentação, para que o próprio auditório, que aqui passa a ser orador, elabore seu discurso. Segundo Reboul (2004), para construir um bom discurso, é necessária a invenção, disposição, elocução e ação. Jesus ao fazer as duas perguntas ao doutor da lei, especialmente a segunda, o condiciona a buscar argumentos em suas experiências e conhecimentos, organizá-los em uma sequência objetiva e clara e finalmente, respondê-lo. Apesar dos mestres de seu tempo discursarem (salvo exceções) de forma assimétrica, o Mestre lhe permite certa simetria. Pode-se alegar que sua metodologia se constitui assim por este ser um doutor da lei, portanto, alguém com grande prestígio social, mas essa suposição cai por terra, pois esta prática era comum na didática de Jesus. Satisfeito com a resposta, Jesus, argumenta de forma imperativa para fazer o mesmo, mas o doutor não se sentiu contemplado pela ordenação.

“Ele, porém, querendo justificar-se a si mesmo, disse a Jesus: **E quem é o meu próximo?**

E, respondendo Jesus, disse: Descia um homem de Jerusalém para Jericó, e caiu nas mãos dos salteadores, os quais o despojaram, e espancando-o, se retiraram, deixando-o **meio morto**.

E, ocasionalmente descia pelo mesmo caminho certo **sacerdote**; e, vendo-o, passou de largo.

E de igual modo também um **levita**, chegando àquele lugar, e, vendo-o, passou de largo.

Mas um **samaritano**, que ia de viagem, chegou ao pé dele e, vendo-o, moveu-se de íntima compaixão;

E, aproximando-se, **atou-lhe as feridas**, deitando-lhes **azeite e vinho**; e, pondo-o sobre o seu animal, levou-o para uma estalagem, e **cuidou** dele;

E, partindo no **outro dia**, tirou dois dinheiros, e deu-os ao hospedeiro, e disse-lhe: **Cuida dele; e tudo o que de mais gastares eu to pagarei quando voltar**.

Qual, pois, destes três te parece que foi o próximo daquele que caiu nas mãos dos salteadores?

E ele disse: O que usou de misericórdia para com ele. Disse, pois, Jesus: **Vai, e faz da mesma maneira.**”

Percebendo a insatisfação do homem e até mesmo sua justificação de si, Jesus inicia uma parábola dando continuidade a conversa e a partir de elementos oferecidos pelo próprio doutor da lei, iniciando de sua própria tentativa de desviar-se da responsabilidade atribuída.

Conta sobre uma situação de violência e atrai a atenção para a personagem, gerando compaixão para com ela. Aqui, já se constrói o que será consolidado ao final da parábola, um senso de justiça, evocado pela pergunta com resposta óbvia, por isso, uma parábola interrogativa, mas também jurídica e indireta simples. Trataremos disso adiante. Então, Jesus descreve uma hierarquia social de que todos, mesmo implicitamente, estavam familiarizados, e dá um ritmo decrescente e que enfatiza a posição do último personagem, o samaritano. Podemos organizar o seguinte esquema: sacerdote > levita > samaritano. O senso comum, durante a parábola, poderia criar expectativas quanto ao heroísmo do sacerdote, mas a expectativa é quebrada e o mesmo acontece com o levita. Entretanto, talvez estivessem preparados pelos exemplos anteriores e pelo preconceito com o povo de Samaria, esperar que tampouco o homem samaritano poderia oferecer algo de bom, mas o auditório é surpreendido pela bondade e misericórdia dele. Ao deixá-lo intencionalmente para o final, desperta uma comoção e quebra paradigmas. Se estabelece uma nova ordem: samaritano > sacerdote = levita.

O tratar o samaritano como misericordioso (“cuidou dele”, “moveu-se de íntima compaixão” e “partindo no outro dia”, mostrando que passou a noite dedicando-lhe atenção), generoso (“deitando-lhe azeite e vinho” e “tirou dois dinheiros e deu-lhes ao hospedeiro”) e justo (“tudo o que de mais gastares eu te pagarei quando voltar”), restabelece uma hierarquia social, que desarma e critica ao povo por sua falta de empatia e temor a Deus, tanto culturalmente na relação entre os povos, quanto na sua relação espiritual com os irmãos. Entende-se por irmãos as criaturas de Deus e não só os judeus e justos⁵³. Ainda ordena: “vá e faze o mesmo”, assim como no diálogo anterior. Nota-se que a recomendação é a mesma, seguir a lei, porém, agora a lei foi enriquecida através da parábola com uma motivação, adquirida por meio da mobilização das paixões. Portanto, a suma da parábola, com destaque a pedagogia e retórica, é a compreensão das expectativas e experiências do auditório e aliá-las ao que se é pretendido ensinar, para que a mensagem seja assimilada e que possam fazer uso de seu juízo (daí o caráter jurídico da parábola) para julgar a si e buscar na razão, endireitar-se e seguir pelo caminho que lhe parece mais justo.

⁵³ SNODGRASS, 2010, p.479, em escritos rabínicos sobre amor: Sir 12.1-7e 1QS 1.1-3, 9-10.

O BOM SAMARITANO (Lc 10:25-37)		
Estrutura da parábola	Características	Contribuição para a formação
Parábola narrativa Indireta simples/história de exemplo	<ul style="list-style-type: none"> • Faze isto e viverás • Vai, e faz da mesma maneira 	A discussão é iniciada com o questionamento de um doutor da lei acerca da vida eterna: "Mestre, que farei para herdar a vida eterna?" e Jesus responde " Que está escrito na lei? Como lê? ", proporcionando reflexões sobre uma lei já estabelecida, rígida e tratada como literal, abrindo margem para interpretações e considerando a experiência e expectativa do seu aluno como orientador da própria argumentação. Em suma, valorizar a participação do outro e suas considerações reduz as desigualdades entre os sujeitos e possibilita um diálogo para a diversidade. Ao replicá-lo, Jesus, recomenda uma ação: "faze o mesmo",
Despertamento de paixões para assimilação e tomada de decisão em uma causa urgente	<ul style="list-style-type: none"> • O despojaram, e espancando-o, se retiraram, o deixando meio-morto • Atou-lhe as feridas; cuidou dele 	Ao despertar sentimentos de (in)justiça , provocados pela violência sofrida, o auditório é convocado a questionar sobre os sujeitos que antes eram tidos como próximos (sacerdote e levita) e defender o samaritano pelas suas ações de respeito e cuidado, este, que outrora era desprezado. Assim, estabelece paradigmas , vinculando "próximo" não mais a um sujeito ou grupo. Sai do concreto (pessoa) para o abstrato (ideia) . A utilização da violência e empatia em justaposição permitem uma assimilação mais fácil e conclusão mais rápida, dada a urgência da causa/resposta. Busca romper com os preconceitos sociais e estabelecer novos parâmetros
Resposta indireta para os questionamentos, recorrendo a uma parábola narrativa jurídica	<ul style="list-style-type: none"> • Qual, pois, destes três te parece que foi o próximo daquele que caiu na mão dos salteadores? 	A utilização desse recurso pretende, aqui, não a autocondenação, mas o fortalecimento das noções de justiça e fraternidade . Se anteriormente não tinha estruturado o que era o "próximo", agora tampouco o tem conceituado: "próximo é ...", mas indiretamente estabelece conexões entre as ações e a definição da palavra. A resposta indireta abre margem para a subjetividade e permite ao aluno, de acordo com suas experiências, elaborar suas próprias colocações sobre o tema. Poderíamos dizer "o próximo é aquele que ajuda", mas isso em momento algum foi colocado como uma resposta definitiva.

Tabela 6

4.3.2.1.3. Os trabalhadores da vinha (Mt 20:1-16)

“Porque o reino dos céus é **semelhante** a um homem, pai de família, que saiu de madrugada a assalariar trabalhadores para a sua vinha.

E, **ajustando com os trabalhadores a um dinheiro por dia, mandou-os para a sua vinha.**

E, saindo perto da hora terceira, viu outros que estavam ociosos na praça,

E disse-lhes: **Ide vós também para a vinha, e dar-vos-ei o que for justo.** E eles foram.

Saindo outra vez, perto da hora sexta e nona, fez o mesmo.

E, saindo perto da hora décima, encontrou outros que estavam ociosos, e perguntou- lhes: Por que estais ociosos todo o dia?

Disseram-lhe eles: Porque ninguém nos assalariou. Diz-lhes ele: Ide vós também para a vinha, e recebereis o que for justo.

E, aproximando-se a noite, diz o senhor da vinha ao seu mordomo: **Chama os trabalhadores, e paga-lhes o jornal, começando pelos derradeiros, até aos primeiros.**

E, chegando os que tinham ido perto da hora décima, receberam um dinheiro cada um.

Vindo, porém, **os primeiros, cuidaram que haviam de receber mais; mas do mesmo modo receberam um dinheiro cada um.**

E, recebendo-o, murmuravam contra o pai de família,

Dizendo: Estes derradeiros trabalharam só uma hora, e **tu os igualaste conosco**, que suportamos a fadiga e a calma do dia.

Mas ele, respondendo, disse a um deles: **Amigo, não te faço agravo**; não ajustaste tu comigo um dinheiro?

Toma o que é teu, e retira-te; **eu quero dar a este derradeiro tanto como a ti**.

Ou não me é lícito fazer o que quiser do que é meu? Ou é mau o teu olho porque eu sou bom? Assim os derradeiros serão primeiros, e os primeiros derradeiros; porque muitos são chamados, mas poucos escolhidos.

Nesta parábola, em continuação a conversa de Mt 19⁵⁴, sobre riqueza e ganância, Jesus começa a discursar sobre um caso onde um “homem, pai de família” e que havia “saído de madrugada para assalariar seus trabalhadores”. Não é obra do acaso a descrição inicial, pois estabelece um acordo prévio de afetividade com o homem, o consagrando como responsável, que no decorrer da história pode ser hostilizado ou não, a depender da expectativa do auditório. Ao considerarmos o já exposto a respeito da objetividade das parábolas e que os detalhes apresentados nelas são de relevância para o todo, podemos supor que os detalhes sobre este homem tem uma finalidade retórica.

A história continua com sua busca por trabalhadores para a vinha, e, encontrando com alguns, lhes oferecem um salário pelo dia trabalhado e estes, aceitam. Ao seguir sua busca, encontra com mais trabalhadores, assumindo o trabalho no meio e no final do dia. Ao fim da jornada, chama a todos para o pagamento e oferece a mesma quantia. À essa altura, o auditório provavelmente estava dividido entre a defesa do dono da vinha, já que ambos teriam acordado com o valor e outros, revoltados pela injustiça, afinal, o pagamento deveria ser proporcional. Cremos que esse conflito é necessário para dar sentidos à parábola, pois esta tem uma natureza narrativa e jurídica, implicando uma comparação de situações concretas e metafóricas e também uma autocondenação ou autoabsolvição por parte do auditório, ao se identificar e defender ou acusar a causa dos personagens.

Os conflitos são necessários para a advogar internamente (como é o caso, mas não só) as causas, passando pelo processo citado anteriormente de construção dos argumentos para a

⁵⁴ “Disse-lhe Jesus: Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens e dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu; e vem, e segue-me. E o jovem, ouvindo esta palavra, retirou-se triste, porque possuía muitas propriedades.

Disse então Jesus aos seus discípulos: Em verdade vos digo que é difícil entrar um rico no reino dos céus.”

(Mt 19:21-23)

validando ou não das premissas ou até mesmo do conjunto. A pergunta implícita é: a quem pertence a razão: ao dono da vinha ou seu trabalhador? A reflexão sobre a pergunta direciona a um veredito, mas este não foi compartilhado com os demais como no caso da passagem de Samuel a respeito de Davi⁵⁵, para que depois fosse aplicado na situação que originou a parábola, afinal, estas não surgem no vácuo, mas são criadas a partir da necessidade pedagógica do orador em gerar ação por parte do auditório. Apesar de não serem expostas as respostas, o teor jurídico não foi alterado, pois cada um fez juízo de si conforme a defesa de quem fez. Jesus evoca o senso de justiça ao trazer à tona alguns princípios: o primeiro é o da negociação. O dono da vinha tratou com cada um e firmou um contrato, logo, ao final do dia, para que fosse justo, deveria pagar aquilo que foi prometido antes do início do trabalho, e ele o fez. Outro princípio é o da gratidão, o qual precisamos retomar a dinâmica social para compreender. Na hierarquia, o senhor está acima de seu servo, mas estes, estão sujeitos aos valores sociais-religiosos, assim: valores morais > senhor > servo. Logo, o servo deve obediência e gratidão ao seu senhor, o que não aconteceu na parábola.

O senhor da vinha questiona seu trabalhador lhe perguntando se havia lhe causado algum prejuízo para que este se revoltasse contra ele e reafirma sua posição ao dizer que lhe cabe fazer com seus bens, aquilo que desejar. Argumenta ainda por autoridade invertido ou *ad hominem*, já que “olho mau” em algumas passagens bíblicas faz alusão a inveja. Poderíamos ler assim nas novas traduções: “Ou você está com inveja porque eu sou generoso?”⁵⁶. Por fim, é difícil definir o que seria a relação de inversão dos primeiros e derradeiros, pois alguns autores, baseados na vasta produção primitiva, encontram textos com sentidos diversos. Não faremos, então, a análise desse fragmento por fugir da dimensão da nossa pesquisa.

Ao retomar a análise do texto, fica claro que Jesus foi intencional no detalhamento do personagem principal para uma maior adesão do auditório, despertando paixões e promovendo através da repetição, uma percepção de igualdade, apesar das condições que cada trabalhador foi convocado fossem distintas. É essa mesma percepção que é retomada no pronunciamento do dono ao questionar o trabalhador sobre a sua ação generosa. Há de se considerar também, que a sensação de injustiça e ganância do trabalhador, lhe impossibilitaram de admirar e participar da alegria dos demais trabalhadores. Se fosse o oposto, certamente se sentiria honrado, grato e disposto a trabalhar novamente para esse senhor. Podemos retirar dessa parábola um recurso interessante para a docência, que é o

⁵⁵ 2 Samuel 12: 1-7

⁵⁶ Tradução de Mt 20:15 na versão NVI

despertamento para as paixões conflitantes para o debate sobre as questões complexas e subjetivas na qual há um interesse pedagógico. A invenção, no sentido que nos apresenta Reboul (2004), de argumentos dentro desse contexto é riquíssima e a ação, a apresentação do discurso propriamente dito, evocará as paixões do auditório e simultaneamente, do orador, principalmente se este se sente transpassado pela causa a qual defende ou acusa. O espaço para um debate que envolve afetividade, técnica, receptividade e entusiasmo para o diálogo é ímpar e traz para a sala de aula uma outra dimensão de reflexão, respeito, liberdade e juízo.

OS TRABALHADORES DA VINHA (Mt 20:1-16)		
Estrutura da parábola	Características	Contribuição para a formação
Parábolas de imagens - similaridades	<ul style="list-style-type: none"> O reino dos céus é semelhante 	Para trazer informações sobre uma realidade fora do contexto do auditório, Jesus argumenta por parábolas de imagem, que tem a função de ilustrar uma verdade complexa para torná-la mais simples para assimilação . Portanto, o uso de "é semelhante" traz uma compreensão parcial, limitada pela própria natureza da coisa, no caso, uma humana que dificulta a espiritual. No entanto, o recurso visa reduzir as desigualdades de conhecimento e possibilitar ao auditório participação no conhecimento de algo que transcende sua própria realidade.
Assunto de domínio do auditório	<ul style="list-style-type: none"> Trabalho agrícola (vinha) 	Era comum nas parábolas de Jesus a utilização de temáticas que atravessavam o cotidiano como trabalho no campo, pesca, edificação, criação de animais, Partir de exemplos que consideravam a realidade de seu auditório e sua enquanto homem, vale destacar, permitiam um acordo prévio e despertavam atenção e autoestima ao conseguirem assimilar informações que outrora pertenciam somente aos grandes líderes espirituais. No entanto, mesmo estes, como na parábola do bom samaritano, nem sempre conseguiam compreender a dimensão de certas passagens, histórias ou parábolas.
Despertamento de paixões e promoção de virtudes	<ul style="list-style-type: none"> Ajustando com os trabalhadores a um dinheiro por dia Dar-vos-ei o que for justo Os primeiros vão receber mais? Os últimos vão receber menos? 	Jesus continua sua argumentação sobre riqueza e ganância e propõe através da parábola noções de justiça, humildade e benevolência . Estabelece no início uma empatia do auditório com o protagonista ao descrevê-lo como "pai de família" que saía pela madrugada para trabalhar. No entanto, essa noção é colocada em choque pela sua suposta injustiça, ao pagar aos trabalhadores da manhã e tarde o mesmo valor, embora houvesse sido o combinado. Cada sujeito poderá tirar suas conclusões se este foi justo ou não, pois não há uma resposta de encerramento que oriente a conduta, apenas frases como "não te faço agravo" e "é mau ao teu olho porque sou bom?" , que dão margem para uma interpretação que liberta ou condena os personagens. Há então a abertura para a abstração dos conceitos , tais como igualdade e justiça (se completam ou anulam?) e a colocação implícita da benevolência como uma virtude e a ganância, um vício. A grande questão aqui é a capacidade de interpretar para deliberar de forma justa.

Tabela 7

4.3.2.1.4. O construtor da torre e o Rei rumo à guerra (Lc 14:28-33)

“Pois **qual de vós**, querendo edificar uma torre, não se assenta primeiro a fazer as contas dos gastos, para ver se tem com o que acabar?

Para que não aconteça que, depois de haver posto os alicerces, e não a podendo acabar, todos os que a virem comecem a escarnecer dele,

Dizendo: Este homem começou a edificar e não pôde acabar.

Ou **qual é o rei que**, indo à guerra a pelear contra outro rei, não se assenta primeiro a tomar conselho sobre se com dez mil pode sair ao encontro do que vem contra ele com vinte mil?

De outra maneira, estando o outro ainda longe, manda embaixadores, e pede condições de paz.”

Nesta parábola interrogativa, frequentemente chamada de retórica, Jesus apresenta duas situações distintas, mas que convergem em princípios de sabedoria e prudência e faz perguntas das quais ele já sabe quais serão as respostas, pois dificilmente alguém se levantaria e afirmaria tomar as decisões absurdas propostas. Assim, a causa advoga por si mesma. Na parábola, o contexto é a preparação para o ministério, que inclui devoção a Deus e renúncia. Ambas as exigências são rígidas, sobretudo porque em versículos anteriores, em uma argumentação radical, Jesus diz que quem não aborrecer seus entes queridos, não é digno de ser seu discípulo⁵⁷. Precisamos reforçar que a intenção aqui é colocar a vontade de Deus em soberania à própria e dos outros, como Abraão que oferece a Isaque em sacrifício, no Antigo Testamento⁵⁸, e não provocar ira e desgosto no próximo. Portanto, a força da argumentação desta parábola está na impossibilidade da ação de outra forma que não a indicada pelo orador, adquirida pela assimilação à racionalidade. Logo, o auditório é persuadido e direcionado a seguir o caminho indicado, ou mesmo, decide (ou tem a impressão de decidir) por onde trilhar.

A prudência e a sabedoria são constantemente destacadas nas parábolas, e embora sejam muito abstratas para definir, são correlacionadas a uma conduta padrão, aceitável, razoável. O orador tem nas mãos, ao utilizar o exemplo do que é tal conceito, uma ferramenta de orientação ou manipulação, se este for desonesto com seu auditório. Portanto, o orador ao considerar a parábola interrogativa, que possui um fechamento intrínseco, não carece mais de um grande apelo pelas paixões, mas recorre a racionalidade, precisando, então, de argumentos bem estruturados e premissas verossímeis e coerentes entre si, para estabelecer uma sequência retórica e que acesse a mesma resposta em coro. “Qual de vós?” “Nenhum de nós”, certamente.

Para o Jesus histórico, a argumentação era inevitável. Era por meio do discurso que atraía as multidões e comunicava as maravilhas do Reino de Deus e as amarguras da condenação eterna. Fazendo uso dos tropos⁵⁹ e figuras retóricas, acessava o *pathos*⁶⁰ dos homens e suas mentes, abrindo espaço para a assimilação de suas premissas e persuasão de seus princípios. Os valores intrínsecos no discurso eram democráticos e defendiam a

⁵⁷ Lc 14:26

⁵⁸ Gn 22:1-19

⁵⁹ Figuras de linguagem caracterizadas por uma mudança de sentidos, seja de pensamento ou palavra. Tomemos por exemplo a palavra “pé”, que tem como sentido original refere-se a um membro inferior do corpo humano, mas aliado à “mesa”, um móvel, assume o sentido de parte integrante responsável pela sustentação da mesa: Pé da mesa. Quando utilizado como recurso de persuasão, bem como as parábolas e analogias, passa à categoria de figura retórica.

⁶⁰ Pode-se destacar três grandes elementos da retórica, os quais são: o *ethos* (caráter do orador) *pathos* (paixões) e *logos* (discurso)

igualdade dos homens, os colocando horizontalmente e na interdependência de si e dependência de Deus. Embora algumas pessoas e grupos tenham se oposto radicalmente a ele e seu ministério, não podemos negar que em comparação com os que o seguiam e se admiravam com seus ensinamentos, como nos relata os textos sagrados, eram movimentos rasteiros. A utilização da retórica para obtenção do objetivo pedagógico no discurso do Jesus histórico é notável, pois sua intencionalidade atravessa não só as palavras, mas o contexto, os rituais e a própria movimentação. São muitos diálogos e parábolas para serem analisados e infelizmente não temos tempo hábil para discorrer sobre todos, mas os fragmentos escolhidos, destinados a formação de seus discípulos, enriquecem as práticas docentes se nelas forem aplicados os seus princípios de intencionalidade, sensibilidade às expectativas e experiências, protagonismo discente, utilização de uma linguagem coerente com a realidade e necessidade dos alunos.

O CONSTRUTOR DA TORRE E O REI RUMO À GUERRA (Lc 14:28-33)		
Estrutura da parábola	Características	Contribuição para a formação
Parábola reflexiva interrogativa	<ul style="list-style-type: none"> • Qual de vós • Qual o rei que 	Pressupõe uma resposta negativa ("nenhum de nós") por se configurar em algum absurdo, neste caso, moral, no segmento das virtudes. A referência da passagem é à imprudência dos personagens. A utilização deste recurso serve para fazer refletir sobre o tema e se atentar as proposições do orador para assumir suas premissas e não ser flagrado em seus vícios. Portanto, a famosa "pergunta retórica", se qualifica assim por persuadir indiretamente ao trazer possibilidades e poder de deliberação ao auditório, que (des)qualifica premissas óbvias e passa a compartilhar do posicionamento do orador.
Antítese como criadora de repertório conceitual e conduta moral	<ul style="list-style-type: none"> • Prudência • Imprudência 	Embora a antítese tenha sido utilizada na parábola dos "Dois Alicerces", aqui ela amplia seu papel e cria um repertório conceitual sobre o que é (in)prudência e conduz o auditório através da reflexão a uma conduta moral aprovada e defendida pelo orador. Sua contribuição está na subjatividade do discurso e em sua conclusão incompleta , embora apresente conceitos claros sobre o que também é cada termo: <ul style="list-style-type: none"> • Prudência = planejar antes de executar um projeto e buscar conselhos antes de assumir um posicionamento. • Imprudência = o oposto. No entanto, não se pode reduzir as definições a essas duas características, cabendo ao auditório, a partir da elaboração de entimemas, elaborar novas premissas e chegar até uma conclusão , que certamente pode ser contestada.

Tabela 8

Podemos concluir através da apresentação e análise das quatro parábolas no segmento “discipulado”, escolhido pela sua função intencionalmente pedagógica por se tratar de uma parte da formação docente dos próprios discípulos, que o professor é o grande responsável pela educação democrática no sentido mais local. Não isentamos de forma alguma a contribuição dos poderes, comunidade e famílias na educação, mas entendemos por local, a formação que acontece diretamente em sala de aula, seja ela um espaço regular como conhecemos ou uma variação estrutural, mas que mantém o cerne de um espaço pensando para a troca de conhecimentos. Podemos desenvolver um trabalho posteriormente para tratar

dos outros agentes e sua participação na educação democrática, mas no momento, vamos restringir nossa área de atuação que é a categoria docente.

A proximidade espacial do professor com seu aluno não implica em uma proximidade espiritual (retomando a concepção de espiritual como algo que diz respeito a vida, a consciência, e não ao místico). No entanto, ao se permitir conhecer esse aluno, suas experiências e expectativas, estreita os laços e abre uma gama de possibilidades de trabalho, o considerando como sujeito importante no processo educacional. Podemos chamar isso de protagonismo, mas não no sentido amplo e vazio que muitas vezes é apresentado no cotidiano escolar. Entendemos por protagonismo a consciência de seu papel sua participação ativa, não só nos espaços escolares, mas compreendendo que a formação é contínua, e zigzagueia entre aprender e ensinar. Na prática, o aluno olha para si com confiança, para sua própria história com respeito e para o outro com empatia. Esse protagonismo é aliado a responsabilidade social na defesa dos valores de dignidade humana, manifestados na justiça, equidade, liberdade, fraternidade, ou em outras palavras, da própria democracia.

A educação democrática no sentido que apresentamos preza pela igualdade entre as pessoas, mas não a igualdade de ideias, pois compreende e valoriza as diversidades humanas. É nessa relação horizontal, do ponto de vista social, que nasce a interdependência e noções de fraternidade e empatia uns pelos outros. Ao participar de uma escolarização que lhe permita discutir com colegas e o professor, não sendo oprimido, mas ouvido e orientado, sua participação se torna cada vez mais intensa e seu espírito, segundo nossa esperança nos permite especular, mais nobre. Já do ponto de vista educacional, a relação não é guiada por um eixo X ou Y, horizontal ou vertical, mas espiral, em constante movimento de idas e vindas, aprendendo e ensinando, sendo orador e sendo auditório.

Jesus ao discursar para os mais diversos grupos que compunham seu auditório, buscava essa estrutura espiral, embora a atmosfera de seu ensino parecesse vertical de certo ponto, afinal, anunciava verdades celestiais muitos distantes da realidade do povo e a falta de repertório prejudicava sua compreensão das mensagens. No entanto, esse interesse em democratizar o conhecimento e utilizar figuras de linguagem que possibilitavam a assimilação reduziu significativamente as desigualdades e proporcionou ao auditório participação e interesse nas pregações. Em resumo, compreender as lacunas existentes é fundamental para a construção de um discurso democrático, pois se a intenção é tornar os conceitos e informações acessíveis, porque manter uma linguagem complexa, desconexa e unilateral? Assim, um bom discurso é aquele que se constitui na clareza, acessibilidade e consideração ao auditório.

Essa consideração se manifesta no interesse pelo contexto social, político, cultural, religioso e quaisquer outros temas que possa contribuir para a invenção de um discurso que produza sentidos e, no caso da retórica, persuasão do auditório. Jesus ao narrar situações que envolviam trabalho doméstico, no campo, pesca, agricultura, pecuária, artesanato, matrimônio, maternidade e paternidade, por exemplo, apresentava uma posição de humildade, conhecimento de mundo e despertava a atenção por se tratar de assuntos de domínio público naquela realidade. Aliados a recursos retóricos, como as parábolas e analogias, o trivial tornou-se extraordinário. Assim, inferimos que os sentidos tenham se estendido para além do espaço de diálogo em que foram apresentados, ou seja, ao chegar em casa, aquele sujeito ao observar o campo frutificando, fortaleceu os ensinamentos trazidos na parábola dos trabalhadores da vinha, aliando a verdade abstrata a realidade concreta, num processo inverso ao que foi realizado anteriormente, mas que não reduz a qualidade dos aprendizados, mas fortalece a relação do mundo concreto e abstrato.

Destacamos também que não basta apenas um acordo prévio, conhecimento das realidades e utilização de recursos de assimilação para que uma educação possa se configurar como democrática. Se a democracia não é uma estrutura, mas uma metodologia ou consciência que opera os segmentos da vida humana, discursar democraticamente também perpassa por valores morais, dos quais já expomos a justiça, liberdade, fraternidade, igualdade e respeito. Mas não defendemos aqui discursos moralistas, no sentido de coersão e opressão, pois estes atuam em discordância com a própria noção de liberdade, mas não podemos dissociar o caráter virtuoso. Portanto, os discursos de Jesus se constituem democráticos pela sua promoção da igualdade dos homens e consideração pelas experiências prévias, o incentivo ao protagonismo, utilização de recursos e métodos de associação, linguagem acessível, liberdade de expressão e deliberação sobre causas ao auditório, acolhimento das diversidades e sujeitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um processo contínuo e não se inicia ou termina em uma sala de aula. A formação humana acontece nos mais diversos ambientes, propostas, sujeitos e tempos, então seria insensato de nossa parte referir este trabalho como uma contribuição apenas para os anos escolares. Se consideramos a educação em sua totalidade, também consideramos o professor em suas múltiplas possibilidades, dedicando a todos os que ensinam (mas também

aprendem) esta pesquisa. Intensionamos contribuir especialmente para a formação de profissionais da educação numa perspectiva democrática e crítica. Mas o que seria democrático e crítico na nossa perspectiva? Atuando de forma igualitária e justa, considerando os diversos contextos histórico-culturais e defendendo a liberdade e a dignidade humana, não cedendo às loucuras em que os inimigos da democracia, em sua retórica dissimulada tentam nos submeter. Ser crítico é compreender que as realidades são múltiplas, assim como os sujeitos que nelas vivem, e assim, refletir e deliberar causas não de forma assimétrica, dualista e rígida, mas compreendendo que é a sensibilidade, conhecimento e o diálogo que nos permite diante de uma dimensão tão complexa, pensar em possibilidades de intervenção.

Nossa proposição de educação não-violenta não segue pela linha apenas da desaprovação, mas no combate sistemático das violências. Isso implica na criação e reformulação de políticas públicas, reestruturação do sistema educacional, participação coletiva e formação docente, e a esta última, nos destinamos a fomentar as discussões neste trabalho sobre uma docência democrática e não-violenta. Se almejamos uma sociedade mais humanizada, nada mais coerente que humanizar a educação, concebendo principalmente o professor como um humano e não uma máquina de ensinar. Ao exigir resultados e negligenciar suas necessidades, os poderes argumentam a desimportância do fator humano na educação e desprezam os responsáveis por, conjuntamente com a sociedade, formar novos membros, ou na concepção de alguns desses citados discimulados, novos soldados à serviço da ordem e de um tal progresso.

Embora atual cenário da educação tenha um cunho violento em suas mais diferentes vertentes, é nessas realidades mais duras que emergem os movimentos de resistência, assim como o caso do autor citado no primeiro tópico “Educação não-violenta, democracia e transformação social”, Jacques Maritain. No calor da Segunda Guerra, se questiona sobre muitas coisas, principalmente sobre a própria noção de humanidade. Apesar de algumas lacunas na teoria do autor, não podemos negligenciar suas contribuições para a construção de uma identidade humana pautada na dignidade e nos ideais democráticos, bem como a compreensão da democracia enquanto consciência de equidade, liberdade, justiça e fraternidade. Assim, esperamos que nossos esforços não sejam em vão, mas alimentem o desejo de continuar lutando por uma educação de qualidade.

Ao produzir esta pesquisa fomos confrontados sobre muitas coisas, incluindo o conceito do que é uma educação de qualidade, que agora anunciamos explicitamente ser a educação que produz transformação e eleva a condição da dignidade humana de forma

contínua. Promover uma educação de qualidade é possibilitar ao outro elementos para superação de suas amarras, libertá-lo pelo conhecimento de si e do mundo. Temos no discurso de Jesus exemplos de transformações radicais por influência de suas palavras, podendo citar os próprios discípulos, convertidos de pessoas comuns a mestres da lei e da graça. Mas essa transformação exigiu esforços de ambos para se concretizar. Por um lado, Jesus precisou de paciência, sensibilidade, domínio de contexto e técnicas para persuadir, orientar e acolher a cada um. Por outro, os discípulos demandaram de si abertura ao diálogo, humildade, dedicação e disposição para confrontos e provações. Portanto, o processo educacional não é unilateral, mas uma responsabilidade coletiva.

Visando enriquecer o repertório teórico e prático para contribuição na formação docente, nosso trabalho se dispôs a resgatar e apresentar alguns conceitos como democracia, não-violência e transformação social, conceitos com os quais muitos professores tiveram pouco ou até mesmo nenhum contato. Nossa alegria está em participar, mesmo que indiretamente, da formação dos novos educadores, à luz de valores democráticos que aqui defendemos, mesmo sendo um desafio para esta autora escrever, chegar até aqui é uma conquista. Durante o período de elaboração do trabalho, muitas dúvidas surgiram e fizeram com que a insegurança por vezes assumisse as rédeas. Felizmente, realizar esta pesquisa é algo muito além do cumprimento da carga horária para colação de grau. É um compromisso assumido em parceria com a orientadora e com a educação e mesmo diante das dificuldades, encontramos na própria causa da educação democrática, motivação para prosseguir.

Para o professor, ter clareza de qual é a causa que defende é a manifestação da responsabilidade individual e coletiva, consigo e com o outro. Se segue desorientado comprando brigas sem sentido e levantando bandeiras aleatórias, em breve estará tão exausto e desacreditado, que é crível que até desista da educação. A sociedade está tão habituada a negligenciar a classe dos professores, que poucos querem seguir a carreira, embora muitos queiram criticá-la. Mesmo diante deste cenário desanimador, ainda encontramos pessoas dispostas a se formarem professores e professoras, que acreditam na causa da educação e desejam tornar as experiências de seus educandos transformadoras. Mas não basta apenas interesse em educar, é preciso boas doses de coragem para enfrentar os desafios da profissão e da vida.

Mas só ser corajoso não é o suficiente. É preciso conhecimento de mundo, de técnica e de futuro. Não fazemos analogia de professores com cartomantes, jogando cartas com o porvir para trilhar o caminho, mas nos referimos ao futuro no sentido de olhar adiante, ter objetivos e clareza para onde caminha e conduz os que nele confiam. Jesus é um exemplo que

nos traz profunda satisfação, pois sua coragem e senso democrático excederam os limites de seu tempo, tanto é, que neste ano de 2023, aqui estamos falando sobre seu discurso. Há nas peculiaridades da sua história algo que nos convida ao diálogo e convoca ao confronto interno e externo. Ele estava tão ocupado com o cumprimento de seu propósito, que não se permitiu ser atacado por aqueles que desacreditaram de sua causa e por isso, o ridicularizaram e buscavam colocá-lo em contradição para condená-lo. Certamente cada um de nós tem seus leões para enfrentar, seus fariseus para responder e seus discípulos para esclarecer. A cada um concedemos uma parte de nós, um discurso ou um recurso ... Saber “o quê” a “quem” é uma habilidade útil não apenas ao docente, mas a todo aquele que quer viver em harmonia com a sociedade.

Destacamos, por fim, que o uso da retórica na educação não deve servir para fortalecer uma relação vertical de poderes, onde o professor persuade o aluno e este, é passivo e condescendente no processo. Acreditamos que sua utilização nos espaços escolares e não-escolares serve para a fundamentação, criação, organização de argumentos para atuar na defesa ou crítica às causas que atravessam a própria vida humana e proteção contra os charlatões da argumentação. Esperamos que as falácias que fazem reféns os ignorantes, omissos e ingênuos não surtam em nós e em nossos alunos persuasão, mas despertem o desejo de resistência e combate a ignorância e manipulação, ao espírito violento e antidemocrático.

Por fim, reiteramos nosso profundo apreço pela democracia, especialmente a manifestada no discurso do Jesus histórico, que nos possibilitou incontáveis reflexões sobre a docência e ofereceu recursos teóricos e práticos para aplicar e desenvolver nas nossas mais distintas formas de educação. Há uma grande satisfação pessoal e profissional e sensação de dever cumprido com rigor científico, criticidade, criatividade e sensibilidade que atravessa esta pesquisa. Esperamos que este trabalho seja o primeiro dos muitos que o sucederão. Não pretendemos o deixar empoeirado na estante e nem mantê-lo apenas como uma memória saudosa dos tempos de faculdade, mas estimamos que seja revisitado constantemente e sempre motivo de reflexão e confronto, numa busca contínua por uma educação democrática, não violenta e transformadora.

6. REFERÊNCIAS

Bíblia Sagrada - versão JFA Revista e Corrigida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

Bíblia Online NVI. <https://www.bibliaonline.com.br/nvi/>. Acesso em 28/06/2023

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; **O que é educação**; São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

BRUTEAU, Beatrice (org). **Jesus segundo o judaísmo**: Rabinos e estudiosos dialogam em nova perspectiva a respeito de um antigo irmão. São Paulo: Paulus, 2003.

CHEVITARSE, André Leonardo; FUNARI, Pedro Paulo A. **Jesus Histórico**: uma Brevíssima Introdução. Rio de Janeiro: Kline, 2012

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa**. 5ª edição. Curitiba: Positivo, 2010

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

GALINKIN, Ana Lúcia. **Judaísmo e identidade judaica**. Interações: Cultura e Comunidade, Uberlândia: vol. 3, p. 87-97, 2008

Hitler discursando em campanha eleitoral. Enciclopédia do Holocausto. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/film/hitler-campaign-speech>. Acesso em 22/06/2023.

HOLZMANN, Heinrich Julius. **Die synoptischen Evangelien**. Ihr Ursprung und geschichtlicher Charakter, Leipzig, 1863.

LEITE, Edgard. Conteúdos do judaísmo paulino. **Atualidade Teológica**, Rio de Janeiro: Ano XIII, nº 31, p. 136-149, 2009

MARITAIN, Jacques; **Cristianismo e Democracia**; 5ª edição; Rio de Janeiro: Agir, 1964.

Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Melhoramentos: 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em 30/06/2023.

MONA, Dinis Manuel Nhangá; GUEDES, José Otácio Oliveira. **O propósito das parábolas de Jesus: um estudo exegético de Mc 4,10-12.** Rio de Janeiro, 2017. 93 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

NEUSNER, Jacob. **Um Rabino conversa com Jesus: Um diálogo entre milênios e confissões.** Rio de Janeiro: Imago, 1994

PRICE, J. M. **A pedagogia de Jesus: o mestre por excelência.** 3ª edição. Rio de Janeiro: JUERP, 1980.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica.** 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SNODGRASS, Klyne. **Compreendendo todas as parábolas de Jesus.** 1ª edição. Rio de Janeiro: CPAD, 2010.

STRAUSS, David Friedrich. **Das Leben Jesus, kritisch beardbeitet,** 2 vols., Tübingen, 1835-1836

THEISSEN, Gerd; MERZ, Annete. **O Jesus Histórico.** 3ª edição. São Paulo: Loyola, 2015